

**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
Subárea: SAÚDE E SOCIEDADE**

**NEM SOLDADOS NEM INOCENTES:  
JOVENS E TRÁFICO DE DROGAS  
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

*Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação da  
ENSP com vistas à obtenção do  
título de Mestre em Ciências na  
área de Saúde Pública.*

**MARCELO RASGA MOREIRA**

Orientador: Prof. Dr. Otávio Cruz Neto

**Rio de Janeiro - 2000**

*Deve-se recordar que o mais forte argumento adotado pelos reacionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é sua falta de fundamento, mas a sua inextinguibilidade. Quando se trata de enunciá-los o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza ou seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.*

*(Norberto Bobbio, A Era dos Direitos)*

***Amadeu**, avô que não me viu mas que segundo a etnografia da família é quem, pelas sete encruzilhadas, acompanha meus passos e prepara os rituais de passagem.*

***Newton e Wanda**, amados pais que me ensinaram a indignar-me com a injustiça e nunca desistir de lutar por uma sociedade melhor. Vocês hão de reconhecer-se nesta Dissertação*

***Fernanda**, esposa e companheira que ilumina caminhos e dúvidas sem errar na escolha. Sem você eu não chegaria até aqui. Estou cumprindo minha promessa*

*Kawo Kabiesile !!!*

## AGRADECIMENTOS

À **Otávio Cruz Neto**, Orientador incansável da vida, que quando faltou-me o chão, aprou a queda, levantou-me e incentivou-me a ir em frente. Sua sabedoria, carinho e dedicação ao ser humano não estarão impressas apenas nestas páginas, permanecendo para sempre em minha mente, coração e atitudes.

À **Luiz Fernando Mazzei Sucena**, cujo apoio fraternal, intelectual e logístico foram imprescindíveis para a consecução desta Dissertação. Seu momento está chegando! Conte comigo.

À **Jurema Correa da Mota**, especialista em desvendar os mistérios da estatística, informática e de minha letra.  
Espero que continuemos formando uma equipe por muito tempo.

Aos **Professores**, em especial **Jeni Vaitsman**, que com sua experiência, conhecimento e capacidade foram fundamentais em minha trajetória, ajudando-me, acima de tudo, a situar-me perante meu objeto, não me deixando esquecer que ele era constituído por pessoas e o mínimo que elas mereciam era o meu esforço máximo.

Aos **Pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais**, que acolheram-me com carinho, apoiando iniciativas e criando um ambiente altamente propício para meu desenvolvimento intelectual e profissional.

À Equipe do CLAVES, em especial **Edinilsa, Simone, Sueli, Romeu, Khatie, Cosme, Marcelo, Marcelão e Sandra**, que sob a coordenação de **Cecília Minayo**, foram vitais em minha formação profissional, ensinando-me a compreender a violência como fenômeno social e objeto da Saúde Pública.

Aos funcionários do DCS, **Fábio, Alex, Eliane, Jefferson, Érica, Moacir, Geralda e Edna**, que sempre atenderam minhas solicitações, por mais difíceis que fossem, com extrema presteza e competência, conseguindo o prodígio de algumas vezes a elas antecipar-se.

À **Coordenação de Ensino e Pós-Graduação** e aos atenciosos e competentes **Profissionais da Secretaria Acadêmica**, que convivendo com alunos que estão sempre com pressa, tensos e pressionados, demonstraram-se altamente prestimosos e dispostos a tornar nossa vida a mais tranqüila possível.

Ao **CNPq**, pela Bolsa concedida, permitindo o melhor rendimento possível de minhas pesquisas e estudos.

A **Rogério**, cujo a amizade ensinou-me a compreender melhor a vida e a superar limitações. Você merece muito mais, Doutor.

A **Ricardo e André**, a sociologia sorvida em longos goles (de cerveja). A Escola de Vila Izabel continua de pé. Revolução Já e Sempre!

A **Kid e William**, padrinhos e amigos de uma adolescência cada vez mais distante no tempo e presente na memória. Nossas discussões políticas valeram a pena e hoje tornam-se um pouco mais concretas.

Aos **Profissionais da São Miguel Arcanjo, São Vicente de Paula, São Domingos Sávio e Reencontro**, ONGs que participaram do "Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Infrator por Envolvimento com o Tráfico de Drogas", e que dedicaram-se ao máximo no trabalho com aqueles jovens.

Ao **Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça e à Fundação para Infância e Adolescência do Rio de Janeiro**, que propiciaram a criação do "Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Infrator por Envolvimento com o Tráfico de Drogas"

Ao **Dr. Guaraci de Campos Vianna, Juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital/Rio de Janeiro**, entusiasta da causa dos jovens e cujo a participação no "Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Infrator por Envolvimento com o Tráfico de Drogas" foi vital para o sucesso da iniciativa.

À **Drª Maria Amélia Barreto Peixoto, Coordenadora do Centro Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro**, paladina da luta pela garantia e efetivação dos direitos da criança e do adolescente, que com sua atuação segura e incisiva tanto tem contribuído para a melhoria das condições de vida e atendimento deste segmento da população.

A todos aqueles que dedicaram suas vidas e mortes a uma sociedade melhor e que, conhecidos ou anônimos, lutaram e lutam por um mundo no qual o capital não sobrepuje o ser humano e este não explore seu semelhante. Durante toda a minha vida vocês têm servido de espelho e os exemplos que deixaram de refúgio seguro quando o desânimo tenta aproximar-se.

E, principalmente, aos **Jovens** participantes do "Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Infrator por Envolvimento com o Tráfico de Drogas". Espero que este trabalho seja digno de vocês.

## RESUMO

Intrinsecamente ligado ao crescimento da criminalidade no Rio de Janeiro, o tráfico de drogas revela-se enquanto uma atividade ilícita que atua em sincronia com a conformação social do Município, transformando os problemas públicos enfrentados pela população em fator de desenvolvimento próprio e envolvendo um número cada vez maior de crianças e jovens. Utilizando-se de diversas estratégias, apresenta-se a este segmento como uma possibilidade concreta de garantir a plena satisfação de seus anseios de consumo, engendrando um processo que se aproveita de um forte componente de vulnerabilidade, misturando frustrações pessoais, familiares e sociais. Estigmatizados como “Soldados do Tráfico”, estes jovens aparecem ao senso comum como “agentes portadores da violência”, encobrendo, com sua delinqüência e óbitos, os setores mais lucrativos do tráfico de drogas que para serem operacionalizados requerem a participação de pessoas que tenham influência política e contatos no poder público e no mercado legal. Neste contexto o presente trabalho analisa de forma mais ampla as implicações na saúde dos jovens advindas de sua inserção no tráfico de drogas, procurando demonstrar que a abrangência e extensão de tais agravos extrapolam os limites pessoais e individuais. Contempla 88 jovens envolvidos com o tráfico de drogas, relacionando suas experiências de vida e depoimentos a uma análise sócio-histórica, desvendando este universo, com seus riscos e implicações, visando contribuir para o enfrentamento e superação desta grave questão social.

Palavras-Chave: Tráfico de Drogas; Crianças e Jovens; Saúde

## **Abstract**

Intrinsically associated with the growth of criminality in Rio de Janeiro, the drug traffic becomes an illicit activity which operates simultaneously with the city's social conformation, thus transforming the public problems faced by the population into a unique development factor involving an increasing number of children and youngers. Using different strategies, the drug traffic is introduced to this group as a concrete possibility of fully satisfying their consumption wants, therefore originating a process deeply rooted in vulnerability, mixing individual, familiar and social frustrations. Stigmatized as "Traffic Soldiers", these youngers are perceived by the common sense as "agents of violence", hiding with their delinquency and deaths the most profitable sectors of drug traffic, whose operationalization depends on the participation of politically influential people and connections in both the public sector and in the legal market. In this context, this paper extensively analyzes the implications in the health of these youngers determined by their involvement in the drug traffic, attempting to show that the scope and extent of these damages extrapolate personal and individual boundaries. This investigation, including 88 youngers involved in the drug traffic, relates the life experiences and testimonies of this group to a social-historical analysis, disclosing this universe, with its risks and implications, with the aim of contributing to face and overcome this serious social problem.

Key words: Drug Traffic; Children and Youngers; Health

## ÍNDICE

I) Introdução	01
II) Considerações Metodológicas	10
III) Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro: Raízes Históricas de um Objeto de Estudo de Recente Um Século Carioca	14 32
IV) Assim é se lhe Parece: Perfil dos “Perfis” de Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas	65
Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção": Um Perfil de Vários Ângulos, Faces e Contornos	72
Dados Pessoais	75
Condições de Moradia	79
Educação e Trabalho	85
Convivência Familiar	95
Lazer e Cultura	102
Tráfico de Drogas	105
V) “Coração de Bandido é na Sola do Pé”: Implicações na Saúde dos Jovens Envolvidos pelo Tráfico de Drogas	116
Implicações Ocasionadas pelo Consumo de Drogas	125
Drogas Injetáveis e AIDS	130
Morbi-Mortalidade	135
Morbi-Mortalidade em Suas Famílias	141
Morbi-Mortalidade em Suas Comunidades	142
Morbi-Mortalidade na Sociedade	144
VI) Considerações Finais	148

## BIBLIOGRAFIA

## ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FLUXOGRAMAS

Distribuição das Infrações Cometidas por Adolescentes no Município do Rio de Janeiro por Áreas de Infração. 1924-1941	38
Distribuição das Infrações Cometidas por Adolescentes no Município do Rio de Janeiro por Áreas de Infração. 1960-1971	45
Distribuição das Infrações Cometidas por Adolescentes no Município do Rio de Janeiro por Áreas de Infração. 1991-1998	56
Distribuição dos Atos Infracionais de Maior Incidência Cometidos no Município do Rio. 1995-1998	57
“As Rotas da Droga (Do Brasil para o Mundo)”	59
Estrutura Organizacional e Fluxo das Drogas em uma Boca de Fumo	61
Posições de Segurança e Serviços Gerais	62
Funções de Processamento e Venda	63
Chefia	64
Idade e Sexo dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	75
Etnia dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	78
Situação Domiciliar / Número de Cômodos	80
Relação Idade/Série dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	87

Frequência de Reprovação dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	88
Cursos Profissionalizantes x Atividades Laborais dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	93
Número de Pessoas com que residem os Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	96
Assuntos Preferidos dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	100
Hábitos Culturais e de Lazer dos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	104
Funções Exercidas no Tráfico de Drogas pelos Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção"	110
Implicações na Saúde Advindas da Participação no Tráfico de Drogas	124
Prejuízos à Saúde Ocasionados pelo Consumo de Cocaína e Maconha	127
Casos de AIDS em UDIs. Brasil, Estado e Município do Rio de Janeiro. 1980-1999.	133
Causa de Mortalidade na Faixa Etária de 10 a 19 anos. Distrito Federal. 1939-1941	137
“Como era sua Vida Antes de Entrar para o Tráfico de Drogas?” x “Como Ficou sua Vida Depois que Entrou para o Tráfico de Drogas?”	138

## **D) Introdução**

Vivemos em uma sociedade permeada por contradições sócio-econômico-políticas que delineiam, no limiar do marco histórico-temporal deste fim de século, um movimento crítico e tenso, de grave potencialização de conflitos. Entre atônitos e preocupados deparamo-nos com um mundo globalizado e hegemônico, capaz de desenvolver processos socializadores distintos e determinados, que propiciam, ao mesmo tempo, a satisfação de alguns com seu avanço tecnológico e sedutores bens de mercado e a frustração de muitos, excluídos até mesmo do acesso a seus direitos vitais.

Imersas neste cenário, perfilam-se situações complexas e inconclusas que contrapõem-se às iniciativas conciliatórias e despertam problemas de difícil contorno, dos quais pode-se destacar, dentre outros, a valorização dos anseios de mercado em detrimento das demandas da sociedade civil; o crescimento desmesurado da especulação financeira, gerando brutal diminuição da atividade produtiva e a elevação do desemprego; a convivência próxima e diária, no âmbito de uma sociedade de consumo, entre pobreza e opulência; a impotência das campanhas pela paz frente ao gigantismo de uma indústria bélica que municia a violência criminal, além do descrédito dos partidos e instâncias políticas junto à população, principalmente entre os mais jovens.

Ao contrário do que poder-se-ia concluir, a inclusão destas questões nos fóruns decisórios e agendas políticas das diversas instâncias de poder do País configura-se, via de regra, como pontual e isolada, descolada de discussões acerca das relações estruturais que as originam e ambientam. Sob o manto da negligência intensifica-se o poderio de atividades e instituições que, demonstrando um elevado potencial adaptativo, tiram proveito dos problemas sociais, obtendo vultosos ganhos financeiros e multiplicando seus efeitos perversos. O exemplo mais evidente e impactante desta simbiose é o do tráfico de drogas.

Intrinsecamente ligado ao crescimento da violência criminal no Rio de Janeiro, esta ilícita e lucrativa atividade revela uma perfeita sincronia com a conturbada conformação social do País, adotando procedimentos que se beneficiam das dificuldades enfrentadas pela população e transformando-as em fator de desenvolvimento próprio. Neste sentido, três situações paradigmáticas, dentre várias outras, podem ser citadas como perfeitas ilustrações desta perniciosa apropriação:

1ª) Assim como uma empresa escolhe criteriosamente os locais onde estabelecerá suas lojas e representações, os traficantes encastelaram seus pontos de venda e distribuição (verdadeiras *Joint Ventures*) em morros, favelas e periferias de difícil acesso para o aparato repressor-militar e fácil controle do trânsito não apenas da polícia, mas dos próprios consumidores. Este mecanismo de proteção/estratégia de mercado atinge sofisticados níveis tecnológicos, sendo que a imprensa carioca tem noticiado que alguns traficantes possuem sistemas de circuito fechado de TV e telefonia, como qualquer *shopping center*;

2ª) Estabelecidos nestes locais, os “chefes” e “gerentes” do “movimento” adquirem armas, dinheiro e autonomia a fim de conquistar o poder necessário para arregimentar a quantidade de pessoas que considerem adequadas para desempenhar funções hierárquicas e difundir o ‘negócio’. Tanto estes como aqueles geralmente são jovens, pobres, residentes nos próprios morros e tornam-se os componentes mais visíveis do tráfico, aparecendo aos olhos do senso comum como os “agentes portadores da violência” e nas estatísticas como o segmento populacional mais afetado pelas mortes violentas. Com sua delinqüência e óbitos encobrem os setores mais lucrativos, como a importação da droga, seu refino, transporte, lavagem e reinvestimento do dinheiro obtido, que só podem ser operacionalizados por pessoas de posição social e financeira destacadas, que tenham influência política e bons contatos no poder público e no mercado de capitais;

3ª) Transitando assim com igual desenvoltura por entre miséria e riqueza, os responsáveis por estes setores desenvolveram verdadeiras *estratégias de marketing* a fim de abarcar cada vez mais jovens de todos os segmentos sociais, atribuindo-lhes funções diferenciadas e específicas. Apresentando o tráfico de drogas como a única alternativa de mercado capaz de garantir a satisfação plena dos anseios de consumo impingidos pela sociedade atual e aproveitando-se de um forte componente psicológico que mistura frustrações pessoais, familiares e sociais, habilmente expandiram seu contingente de mão-de-obra, estabelecendo “relações de trabalho” baseadas em uma remuneração superior à da maioria dos empregos que seus integrantes poderiam exercer, no risco de vida premente, na coerção e na punição física.

Assediada pelos efeitos da associação entre crise social e tráfico de drogas a população carioca produz um sentimento de indignação e revolta que ao refletir-se no poder público muitas vezes é traduzido como um apelo que se volta exclusivamente para a intensificação da repressão jurídico-militar. Ante ao crescimento do número de jovens envolvidos no tráfico de drogas mobilizam-se caros e imponentes aparatos prático-

ideológicos, direcionando suas preocupações para a resposta a uma lacônica e unívoca questão: “Como puni-los?”

A reprodução audiovisual deste raciocínio, divulgado diariamente em fotos, letras garrafais e manchetes sensacionalistas, parece querer armar e municiar a sociedade para uma cruzada contra os “marginais”, tendo como objetivos “éticos e legais” impedir que “produzam mais violência” e, ao justificá-los exemplarmente, desencorajar, por vias transversas, outros a “entrarem para o mundo do crime”.

Agravando ainda mais a situação, o incremento da circulação armamentícia assustou e conflagrou certos setores da sociedade, notadamente os mais bem aquinhoados, gerando acirradas reações e sendo um dos co-responsáveis pela intensificação de uma concepção de mundo que apregoa como única solução a pura e simples repressão. Apoderando-se de governos e cargos públicos ligados à justiça/segurança, seus adeptos puseram em prática uma política que preconiza e até mesmo estimula a invasão dos locais de tráfico (para eles exclusivamente morros e favelas), autorizando seus comandados a atirar em qualquer um que lhes pareça suspeito para depois tipificar mortos e feridos como “traficantes”.

Agindo desta maneira subsumem, propositadamente, toda a complexidade e os aspectos sócio-estruturais das situações-problemas contra as quais se voltam, encobrindo causas e motivações e buscando saciar seus interesses individuais como se fossem universais.

O presente trabalho não pretende negar a gravidade dos fatos nem tão pouco acobertar atos infracionais, duvidar dos índices que mostram o crescimento da criminalidade juvenil e/ou desfazer dos sentimentos de apreensão e temor que assaltam os cidadãos cariocas. Seu intuito é demonstrar que o debate acerca da inserção de jovens no tráfico de drogas não pode ser confinado ao interior dos camburões de polícia, delegacias e instituições de atendimento do Sistema Sócio-Educativo, necessitando emergir e consigo trazer à tona a liberdade de expressão e a ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade.

Em sua essência esta proposta confunde-se e interage com a superação de resquícios autoritários que ainda campeiam e repercutem na sociedade, principalmente na esfera da “segurança pública”, que é exclusiva e aprioristicamente encarada como “caso de polícia”. Acima de tudo é preciso ter nítido que para a grande maioria dos cariocas, obrigada a lutar diariamente por suas condições de vida, em nada interessa o

(re)estabelecimento de uma política de controle social exacerbado, na qual sobressai o poder armado, punitivo, vingativo e tenuamente limitado. Mesmo diante do clamor e da comoção insuflada por mortes, roubos e seqüestros esta sempre será a pior opção, pois se num primeiro momento pode vir a transmitir uma pseudo-tranqüilidade, logo depois tende a extrapolar todos os padrões ético-humanitários, sobrepujando preceitos legais de acordo com a vontade dos que a comandam e sustentam. Exemplos não faltam: o massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás; a criminosa invasão do Carandiru; o Exército defendendo fazendas de proprietários privados; o assassinato de um servidor federal exercendo seu direito inalienável de greve... em todos o poder público interferiu sob o pretexto de resolver conflitos e promover a paz social.

Retiremos o tema em tela destes porões e acomodemo-lo no processo de elaboração, implantação e implementação de um conjunto articulado, coeso e planejado de políticas sociais, que substitua a atuação policial arbitrária e a extemporaneidade das ações de um poder público que, de forma desinteressada e lenta, age exclusivamente através de projetos esparsos e financeiramente limitados. Estes, se possuem o grande mérito de serem elaborados por técnicos que efetivamente lidam com os problemas, correm o eterno risco de ter sua atuação restringida ao período e ao número de pessoas que inicialmente propuseram, sem mesmo receber a oportunidade de postular seu aprimoramento ou replicação, assumindo um caráter reativo-paliativo.

Sintomaticamente foi a participação em um destes Projetos que aguçou ao extremo minha indignação e preocupação, levando-me a direcionar atenções, energias e reflexões para o estudo do envolvimento de jovens pelo tráfico de drogas e as implicações que esta participação acarreta em sua saúde. Denominado "Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Infrator por Envolvimento com o Tráfico de Drogas" (doravante chamado apenas de "Sistema Aplicado de Proteção") só não sucumbiu a este ciclo vicioso devido ao denodo e competência de seus técnicos e à intervenção do Dr. Guaraci de Campos Vianna, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro - Comarca da Capital, que ao participar ativamente das atividades pôde perceber suas potencialidades.

Iniciativa inovadora e potencialmente crítica aos preconceitos que se abatem sobre este público-alvo, o Projeto teve como principal mérito a percepção de que o atendimento prestado ao jovem em conflito com a lei por sua ligação com o tráfico de drogas deve ser diferenciado, privilegiando-se o enfrentamento de problemas sócio-econômicos e a reinserção familiar. Com duração de 12 meses, atendeu, efetivamente, a 94 adolescentes de

ambos os sexos, que cumpriam medidas sócio-educativas de semi-liberdade e liberdade assistida nos CRIAMs do Rio de Janeiro, Baixada e Leste Fluminense. Esses jovens foram encaminhados para 4 ONGs a fim de que recebessem todo o apoio necessário: retorno à escola; realização de cursos profissionalizantes, cesta básica de alimentos, reaproximação com a família, atendimento psicológico especializado, tratamento anti-drogas e auxílio financeiro de R\$ 130,00.

A avaliação do "Sistema Aplicado de Proteção" coube justamente à Equipe de Pesquisa do DCS/ENSP/FIOCRUZ, liderada pelo Prof. Dr. Otavio Cruz Neto e da qual faço parte há cerca de seis anos, desde os românticos tempos de Iniciação Científica. O convívio com os adolescentes, suas famílias e os problemas que o envolvimento com o tráfico acarretaram em suas vidas foi decisivo também em minha opção por uma trajetória acadêmica. Espantava-me a maneira simples, direta e resignada pela qual aqueles jovens falavam do tráfico, nos pontos que consideravam positivos em sua participação no “movimento” - mesmo tendo a exata dimensão de que poderiam morrer de uma hora para outra - e a mistura de tensão e poder que experimentavam quando estavam “na pista” (literalmente a via pública em que funciona a “boca de fumo”) para “trabalhar como vapor”.

Em uma das várias audiências realizadas na 2ª Vara da Infância e Juventude com o objetivo de comutar as Medidas Sócio-Educativas dos jovens em sua inserção no Projeto, percebi, quase por acaso, uma mãe, terço em punho, chorando abafado e envergonhada ao ouvir o Juiz dizer que aquela provavelmente seria a última oportunidade de seu filho (e dos outros) ter uma “vida honesta e digna”.

Instintivamente procurei visualizar aqueles jovens, querendo talvez captar sua reação. A imagem que se formou, ao mesmo tempo triste e enternecedora, era a de um grupo de adolescentes acuados, amedrontados e desnorteados, sem saber ao certo o que fazer da vida. Tão confuso e sensibilizado quanto eles, comentei com Luiz Fernando, companheiro de Equipe: “Olha! Esses são os ‘soldados do tráfico’ que ‘Eles’ tanto querem reprimir. Será que se estivessem aqui continuariam a pensar assim?”

“Soldados do Tráfico!” O termo soa forte e atemorizador, mas é cada vez mais usado. Tipificá-los assim é pressupor e admitir a lógica da guerra, que opera através da anteposição dos “Aliados” aos “Inimigos”, contra quem devem ser arregimentados todos os recursos disponíveis, tendo como objetivo sua derrota definitiva. O único meio de se atingir a este intento é destruí-los e, conforme afirmava o estrategista prussiano Gal. Von

Clausewitz, uma guerra só é vencida quando se marcha sobre a capital do inimigo e exterminam-se seus exércitos.

Transponham-se as estratégias militares para a realidade do Rio de Janeiro. Para quem defende esta concepção de mundo, onde ficariam as “capitais” dos traficantes? Nos morros e favelas, locais que já são os alvos preferenciais da ação policial. No entanto, se esta lógica tornar-se hegemônica, não será muito difícil classificá-las como “zonas de guerra”, ou seja, lugares onde acontecem os combates e em que a “população civil”, apesar de precisar ser protegida, passa a figurar no cálculo e preparação das tropas como “perdas esperadas”. Perceba-se como este raciocínio bélico converge para a legitimação das ações repressivas que se multiplicaram durante a década de 90.

No mesmo tom, o argumento de que são os próprios jovens que se auto-denominam “Soldados” não se adapta como referendo à sentença proclamada de que o Rio de Janeiro vive uma “Guerra Civil”, contribuindo menos para a superação dos problemas do que para o agravamento da exclusão social, estigmas e preconceitos. Além disso deixa transparecer uma tendência casuística: se é factível atribuir valor e crédito para este aspecto determinado, porque não proceder da mesma maneira quando eles reivindicam a melhoria de sua qualidade de vida, rogam por um sistema sócio-educativo que os trate com dignidade ou simplesmente pedem oportunidades de trabalho para sair do tráfico?

É lógico que a quantidade e a variedade de armas nas mãos dos traficantes, as disputas entre facções rivais e a ostensiva troca de tiros com a polícia configuram uma situação de conflito bélico, guardando uma incômoda semelhança com a guerra, principalmente pelo número de mortos e feridos, muitos deles sem ter nenhuma relação com a situação. No entanto, assumir a lógica da guerra equivaleria a declará-la oficialmente, o que isentaria e legalizaria as invasões da polícia em favelas; afetaria severamente a economia do Município, dependente do setor de comércio, serviços e turismo; colocaria em renitente conflagração interna os diversos segmentos sociais que, atingidos de formas e meios diferentes pela intervenção armada, protagonizariam a potencialização de seus rancores e, conseqüentemente, deixaria os cidadãos ainda mais indefesos.

Estes jovens não devem ser considerados pela sociedade como seus inimigos. É certo que eles também não são “Inocentes”, pois sabem que além de estar participando de uma atividade ilícita e criminalizada podem, com suas armas e atitudes hostis, causar a dor e a morte de outros cidadãos. Sabem e fazem, possuindo sua parcela de responsabilidade e

por ela devem responder, recebendo as sanções estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que não justifica que sobre eles deposite-se todos os rancores sociais e que sejam tratados como os únicos culpados pelo crescimento da violência.

Assim, antes de pensar em somente “punir”, interessa à sociedade: reagir ao apelo fácil da repressão; entender porque apesar do elevadíssimo risco um número cada vez maior de jovens está envolvendo-se com o tráfico de drogas; compreender as causas, motivações e relações sociais, históricas, econômicas e políticas que levaram os traficantes a atingir, no Município do Rio de Janeiro, tamanho poder; desvendar a relação entre a queda da qualidade de vida da população e esta ascensão; desmistificar a concepção de mundo que mimetiza violência em delinquência, incorporando ao tema às discussões sobre a violência estrutural e sua relação com o tráfico de drogas; desenvolver políticas de atenção integral a crianças e adolescentes, prevenindo sua inserção no tráfico de drogas e descobrir como reinserir socialmente os já envolvidos.

Debatendo, refletindo e aprofundando tais questões e livrando-se de juízos de valor pré-concebidos, a sociedade estará diante de uma possibilidade concreta de ação política apta a atacar frontalmente o tráfico de drogas e o crime organizado não apenas onde ele é facilmente visto pelo estardalhaço que faz, mas principalmente nos recantos sacralizados pela propriedade privada, onde é pensado, monitorado e, sobretudo, lucrativo. Paralelamente poderá identificar e punir cada um de acordo com sua importância e participação, sem que para isso seja necessário combater uma manifestação de violência com outra ainda mais perigosa.

Trata-se, então, de encontrar e enveredar por uma via de resolução que ao invés de acirrar as desigualdades e fomentar uma rancorosa clivagem social, proponha-se a uma profunda reflexão sobre o envolvimento de jovens pelo tráfico de drogas, procurando apontar não apenas a responsabilidade penal dos infratores, revolvendo também as causas e motivações sócio-estruturais que engendraram e ambientam tal situação. Em sua essência esta busca confunde-se com o próprio aprimoramento do processo democrático brasileiro, que se hoje é pleno no eixo institucionalização/participação, chega a ser metafórico no que diz respeito à garantia e efetivação dos direitos do cidadão.

O presente trabalho tenciona contribuir com este debate, apresentando subsídios para uma melhor compreensão da inserção de jovens na estrutura do tráfico de drogas, enfocando de forma mais específica as implicações que esta participação originam em sua saúde. Seu objetivo geral é analisar o processo sócio-político-econômico da violência

envolvendo jovens e tráfico de drogas no Município do Rio de Janeiro e seus possíveis impactos sobre o campo da saúde. Para sua consecução estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos (1) construir séries históricas dos atos infracionais cometidos por jovens no município do Rio de Janeiro, visando caracterizar sua participação no tráfico de drogas; (2) elaborar Perfil dos 88 jovens atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção” (Nov/98 - Nov/99) devido a seu envolvimento com o tráfico de drogas e (3) delinear as implicações na saúde dos jovens envolvidos pelo tráfico de drogas e inseridos no “Sistema Aplicado de Proteção”

Esta proposta estrutura-se em três macro-momentos que procuram proceder a uma investigação retrospectiva do processo histórico carioca, conjugando-a e interagindo com a análise da realidade contemporânea.

O primeiro passo de tal empreendimento delinea-se no capítulo intitulado **“Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro: Raízes Históricas de um Objeto de Estudo Recente”**, que ao propor uma discussão sobre as categorias que tradicionalmente matizaram este debate procura compreender de que forma determinadas políticas públicas contribuíram para que a qualidade de vida da população do Rio de Janeiro, em especial do segmento infanto-juvenil, fosse, ao longo deste século, extremamente debilitada, gerando um avolumar de vulnerabilidades que seriam percebidas e aproveitadas pelo tráfico de drogas em seu processo de expansão.

O capítulo seguinte, **“Assim é se lhe Parece: Perfil dos “Perfis” de Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas”**, traz para o contemporâneo as questões anteriormente levantadas, procurando cotejá-las e elucidá-las a partir de uma conjuntura social que é analisada através dos depoimentos dos jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção". Este momento enseja também uma análise crítica sobre a forma como a mídia vem tratando estes adolescentes e as características de sua abordagem, evidenciando o quanto elas tendem a atender à lógica da guerra. Como proposta de superação procuro elaborar um “Perfil” que não se esgote na superficialidade dos dados empíricos e imediatos, aprofundando seu viés qualitativo e permitindo que as falas dos jovens sejam não só o ponto de partida, mas também o guia de tal tarefa, evidenciando as parcas condições de vida a que são submetidos e demonstrando como a ineficácia das políticas públicas contribui para torná-los vulneráveis ao assédio do tráfico de drogas.

Esta vigorosa e decisiva tomada de posição passa, sem dúvida, por uma permanente interface com a abordagem da Saúde Pública, expressa no capítulo **“Coração**

**de Bandido é na Sola do Pé”: Implicações na Saúde dos Jovens Envolvidos pelo Tráfico de Drogas”.** A que tipo de agravos e implicações aqueles adolescentes foram submetidos? Afinal, passavam a maior parte dos dias, se não eles todos, armados, temendo a chegada da polícia ou dos “alemão”; preocupados se os que o cercam iriam traí-los para galgar seu posto; impedidos de regressarem livremente para casa; tolhidos de um horário de descanso e sono que quando é possível é sempre conturbado e intranquilo; sofrendo de baixa auto-estima e recorrendo ao consumo constante e intenso de cocaína e maconha. Uma rotina estafante e patológica, que os submete a situações e pressões que se considerados isoladamente, sem contar o elevadíssimo risco de ser ferido e/ou assassinado, já seriam fortes o suficiente para desestabilizar física e mentalmente qualquer ser humano.

Sobrevivendo dessa maneira são candidatos propícios a serem acometidos por uma grande variedade de problemas e distúrbios neurológicos, cardiovasculares e psicológicos. No entanto é importante perceber que os agravos advindos da participação no tráfico de drogas extrapolam os limites pessoais e individuais, atingindo direta e indiretamente a suas famílias, comunidades e à própria sociedade.

## II) Considerações Metodológicas

O fulcro deste trabalho, principalmente no que diz respeito aos capítulos que se referem diretamente aos jovens, reside em minha participação no Grupo de Pesquisa “*Estudo Sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro*” do Departamento de Ciências Sociais da ENSP/FIOCRUZ, ao qual coube avaliar o “Sistema Aplicado de Proteção”.

Proposto e implementado pela FIA – Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro, este projeto teve como objetivo gerar condições sócio-econômicas que impedissem a reincidência e favorecessem a reestruturação e o fortalecimento dos vínculos sócio-familiares de 94 adolescentes que, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas, estivessem cumprindo Medida Sócio-Educativa de Semi-liberdade e Liberdade Assistida.

Levando-se em consideração o panorama histórico das políticas públicas voltadas para o segmento infanto-juvenil no Estado do Rio de Janeiro, o “Sistema Aplicado de Proteção” pode ser considerado original e pioneiro, um “**Projeto Experimental**”, uma vez que em sua consecução adotou um conjunto inédito de procedimentos que visavam inaugurar uma nova relação entre Estado e adolescentes infratores. Neste sentido, há que se destacar: **a)** a Interlocação da FIA/RJ com os CRIAMs e o DEGASE; **b)** o estreitamento do relacionamento com o Poder Judiciário e o Ministério Público do Rio de Janeiro, posto que a decisão final sobre quais os adolescentes que efetivamente foram inseridos no Programa competiu ao Juiz da Infância e Juventude; **c)** o desenvolvimento de uma proposta de novas parcerias de atendimento, destacada do sistema formal e a cargo de 4 ONGs - São Domingos Sávio, Reencontro, São Vicente de Paulo e São Miguel Arcanjo - que durante um período de 12 meses trabalharam sob supervisão dos Pólos Regionais da FIA; **d)** a definição de um *per capita* mensal de R\$ 130,00 (correspondente a um salário mínimo em novembro de 1998) para cada adolescente durante os 12 meses de duração do Projeto. Este recurso foi mediado pelos Técnicos das ONGs de acordo com a necessidade de cada adolescente e investido na aquisição de bens, alimentos, pagamento de mensalidades de clubes... mas nunca sendo repassado em espécie aos jovens; **e)** o reforço a auto-estima dos jovens e a tentativa de articular, para cada adolescente, curso profissionalizante, emprego e geração de renda e **f)** a proposição de uma avaliação externa de seu desenvolvimento e resultados.

A incumbência pela execução do Projeto coube às ONGs que, de Novembro de 1998 a Novembro de 1999, absorveram a atribuição de traçar estratégias e implementar um

plano de atendimento que respondesse aos anseios e necessidades de cada adolescente e aos objetivos do “Sistema Aplicado de Proteção” através da aplicação de medidas protetivas como a colocação em abrigos, repasse de cesta básica e ajuda financeira à família, orientação, apoio, acompanhamento e atendimento especializado em Dependência Química. Além disso, deveriam ser definidas e objetivadas a (re)inserção escolar e em cursos profissionalizantes, a viabilização da inserção no mercado de trabalho e a melhor destinação para os R\$ 130,00 mensais destinados a cada adolescente.

A participação na avaliação deste Projeto propiciou-me a gratificante e instigante possibilidade de travar um contato direto com os adolescentes, coletando, levantando e sistematizando os depoimentos que lastrearão a consecução desta dissertação. Há que se frisar que apesar de o “Sistema Aplicado de Proteção” ter atendido efetivamente a 94 jovens, o universo desta dissertação será composto por 88 deles (93,61% do total), uma vez que, por problemas ligados aos prazos da avaliação, não foi possível abarcar todos os integrantes. Os dados e informações foram coletados através de 3 instrumentos específicos e inerentes ao trabalho de campo:

### **1) Entrevista com Instrumento Estruturado**

Questionário composto por 104 questões (60 abertas, 17 fechadas e 27 mistas) que abarcavam 7 temas específicos (“Dados Pessoais”; “Condições de Moradia”; “Convivência Familiar”; “Lazer e Cultura”; “Sexualidade”; “Educação e Trabalho” e “Tráfico de Drogas”), este instrumento foi elaborado pela Equipe de Avaliação e ministrado a 88 adolescentes pelos próprios técnicos que os atendiam. A Equipe realizou uma oficina de trabalho no Salão Internacional da ENSP com o objetivo de apresentá-lo e explicá-lo àqueles profissionais. Além disso, o próprio instrumento é prefaciado por uma extensa e minuciosa “pauta de normas”, que visava esclarecer, de forma didática, as possíveis dúvidas e as formas de aplicação.

### **2) Entrevista em Profundidade com Roteiro Semi-Estruturado**

O roteiro foi elaborado e aplicado pela Equipe de Avaliação, tendo como objetivo aprofundar as discussões sobre a vida dos jovens em três momentos diferentes: (a) antes de entrar para o tráfico de drogas, (b) durante sua passagem pelo tráfico e (c) a sua inserção no “Sistema Aplicado de Proteção”. Participaram 16 adolescentes que concederam entrevistas de duração variável (de 45 a 120 minutos), todas gravadas em fita K7. Os entrevistados

foram selecionados pelos técnicos das ONGs, que seguiram como critério principal a divisão dos jovens em dois grupos de 8, sendo um formado por aqueles que apresentavam melhores possibilidades de sair do tráfico e outro pelos que apresentavam maiores dificuldade para sair.

### **3) Diário de Campo**

Construído a partir do emprego da observação participante, técnica aplicada nos trabalhos de campo em que participei durante todo o processo de avaliação do Programa, envolvendo audiências na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, visitas constantes e periódicas às ONGs envolvidas nos Programas ou em reuniões conjuntas com os técnicos e representantes da FIA, DEGASE e CRIAMs

No presente trabalho esta complexa e multifacetada gama de informações é trabalhada através da interação entre as dimensões quali/quantitativa, privilegiando-se aquelas que (a) narrem motivos pessoais, determinantes sociais e demais causas que tenham influenciado o comportamento dos adolescentes, levando-os a serem envolvidos pelo tráfico de drogas; (b) forneçam subsídios para uma melhor compreensão de como era a vida destes adolescentes quando faziam parte do tráfico de drogas e (c) possibilitem a elaboração de seu perfil. Desse modo elas serão sempre utilizadas como contraponto à análise do processo histórico, corroborando, ampliando ou mesmo invalidando assertivas e conclusões.

Para efetivar este postulado em praxis, utilizar-se-á como método de análise a hermenêutica dialética, possibilitando com isso que os adolescentes, suas experiências de vida, frustrações, esperanças e anseios sejam encarados enquanto o cerne de todo o estudo. Neste contexto eles não serão vistos como mero objeto de estudo, mas como atores sociais concretos, vivos, capazes de construir uma trajetória histórica e de vida sobre a qual as relações sócio-estruturais têm influído de forma bastante negativa. Cabe, então, reiterar que eles representam a maior preocupação deste trabalho, não sendo apenas o seu ponto de partida, mas também os responsáveis pelo fio condutor e, principalmente, o ponto de chegada para o qual converge suas atenções e a partir das quais pretende-se atingir, de forma direta ou indireta, os responsáveis pelas políticas públicas e de atendimento ao segmento infanto-juvenil.

Utilizando-se basicamente fontes primárias é de suma importância destacar que tanto os 16 adolescentes que tiveram suas “entrevistas em profundidade” gravadas em fita

K7, quanto os 88 que responderam aos instrumentos de pesquisa aplicados pelos técnicos, foram previamente colocados a par de que, se eles permitissem, as informações obtidas seriam utilizadas posteriormente em atividades científicas de pesquisa e estudo. Não houve problema com nenhum deles, sendo que todos consentiram verbalmente.

A todos foi garantido o direito de não responderem a perguntas esparsas, um bloco específico delas ou mesmo a todas as questões. Mais que isso: se eles não quisessem participar de quaisquer uma das atividades nem precisariam ir à ONG naquele dia. Gostaria de ressaltar que todas as entrevistas em profundidade foram realizadas nas próprias ONGs que atendiam os adolescentes, em recintos resguardados que garantissem o sigilo. Para nossa felicidade nenhum dos adolescentes negou-se a ir ou a responder algo. A solicitação de consentimento também foi estendida aos pais/responsáveis por cada adolescente. Mais uma vez houve o pleno consentimento verbal de todos.

Ainda sobre esta questão, é importante destacar que como na época do Programa eles cumpriam Medidas sócio-educativas, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, exige que qualquer pesquisa a ser desenvolvida com eles só possa ser iniciada depois de autorizada pelo Juiz que decretou a referida Medida, pois ele é o responsável legal pela tutela dos adolescentes. Nesse caso específico os adolescentes estavam sob a tutela da 2ª Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro – Comarca da Capital, que deu pleno consentimento para o desenvolvimento da Pesquisa.

Além disso há que se ressaltar que o presente Projeto enquadra-se no Item IV, parágrafo IV.3, letra c da Resolução n.º 196/96, que versa sobre a ética na Pesquisa com seres humanos, pois hoje em dia seria impossível registrar o consentimento livre e esclarecido dos 88 adolescentes e de seus respectivos responsáveis, já que muitos destes mudaram-se de bairro, município e até mesmo de Estado, tendo a absoluta maioria paradeiro ignorado. Por todos os motivos acima expressos este Projeto não inclui um termo assinado, já que o consentimento livre e esclarecido foi obtido verbalmente.

Os benefícios que este Projeto postula deverão atingir os adolescentes de forma indireta, deslocando o eixo da discussão de um viés jurídico-repressivo, responsável pelo estabelecimento de estigmas e estereótipos, para o estudo dos problemas sócio-estruturais sob uma perspectiva que se preocupa em (re)afirmar os adolescentes enquanto cidadãos em condições especiais de desenvolvimento e sujeitos de direito que devem receber atenção integral do poder público e da sociedade civil.

### **III) Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro: Raízes Históricas de um Objeto de Estudo Recente.**

Atônita com o agravamento da crise sócio-econômica que enreda o País, a população carioca dá exemplos cada vez mais contundentes de seu descontentamento e preocupação. Nas casas, ruas, trânsito, trabalho e em praticamente todas as situações do cotidiano percebe-se um número crescente de pessoas sobressaltadas, amedrontadas e irritadas, revelando um processo que potencializa o individualismo e os conflitos interpessoais.

Procurando dar voz a estes sentimentos, as pesquisas e enquetes apontam a violência e o desemprego como seus principais motivadores, sendo responsáveis, inclusive, por determinadas mudanças de comportamento. A repetição diária de acontecimentos trágicos – crimes, corrupção, balas perdidas, demissões em massa, sucateamento da rede pública de ensino e saúde – abate-se sobre um povo historicamente tipificado como alegre e otimista, promovendo uma penosa redução de suas perspectivas de um futuro melhor, ainda que vislumbrado apenas para seus filhos.

Lutando para não perder sua identidade cultural, o carioca, mesmo a contragosto, procura adaptar-se às novas conjunturas, modificando e/ou adaptando certos hábitos para manter vivos aqueles que lhe são mais queridos. Não sendo prazerosa esta escolha constrangida acarreta um inevitável desapontamento que tende progressivamente à revolta e à mecânica atribuição de culpas.

Configurando-se em um conjunto de respostas espontâneas, particularizadas e por vezes irrefletidas de indivíduos e instituições com os mais diversos propósitos, tal procedimento não consegue transformar-se em um movimento organizado, capaz de coordenar suas demandas e direcioná-las às instâncias de poder que têm como atribuição legal a resolução dos problemas públicos. Corre assim o eminente risco de ser manipulado pelos interesses dos verdadeiros responsáveis pelas situações contra as quais se volta.

Em momentos históricos como este, nos quais justas aspirações individuais e coletivas são apropriadas por interesses escusos, que as conduzem como massa de manobra e pressão política, constata-se o surgimento de determinadas atitudes que são incentivadas com o objetivo de encobrir graves distorções sócio-estruturais: a) os conflitos interpessoais e sociais são apreendidos sob uma ótica de causa/efeito, remetendo sempre a epifenômenos

conjunturais que são transformados no problema em si e *per si*; b) desconsidera-se e/ou reifica-se toda a gama de relações sociais, econômicas e políticas que concorrem e manifestam-se na gênese e no desenvolvimento da situação-problema; c) recorre-se mecanicamente a um saudosismo que advoga como tipo ideal de sociedade aquela na qual, supostamente, os dramas de hoje em dia não existiam devido à desejável intervenção do Estado. Esta associação conduz, via de regra, ao recrudescimento do apelo pela intensificação da ordem, tradição, autoridade e repressão; d) por conseguinte desponta no corpo social um sentimento de mal-estar que minora e descrê do valor altruísta e solidário do ser humano, numa situação propícia ao estabelecimento de estereótipos que incriminam, culpabilizam e perseguem classes e segmentos populacionais já previamente marginalizados pelo processo de acumulação capitalista.

No município do Rio de Janeiro este roteiro vem sendo encenado de forma preocupante, recaindo sobre os adolescentes em conflito com a lei o papel de “Agentes Portadores da Violência”, aqueles que com seus atos infracionais e delitos seriam os principais – talvez mesmo os únicos – responsáveis pela violação da tranquilidade urbana, devendo, por isso, ser duramente reprimidos.

O estigma que os assola transcende a fronteira jurídica, estendendo-se por contigüidade aos jovens pobres, segmento majoritariamente composto por negros e/ou mulatos, que pelo simples fato de não ter livre acesso à propriedade privada estariam prontos a se utilizar de meios ilícitos para dela se apropriar.

Este tratamento diferenciado, baseado nas condições materiais de vida econômica e social, espalha-se pela sociedade, fomentando uma conflituosa situação de clivagem: do lado (do) “direito” assentam-se os cidadãos, pessoas que têm pleno acesso a seus direitos, comprando-os se necessário; do lado “esquerdo” (palavra que tem como raiz etimológica o verbete latino *sinistro*) amontoam-se os não-cidadãos, aqueles que só têm deveres e que só são incluídos no processo histórico devido a sua situação de exclusão social.

A potencialização deste antagonismo é incentivada por uma elite política e econômica que, além de sentir-se atemorizada, necessita obscurecer suas responsabilidades e vinculações históricas com a crise social do País. Aproveitando-se de fatos concretos como o aumento do número de atos infracionais cometidos por adolescentes, estes setores adaptam seus interesses particulares de forma a apresentá-los como legítimos, universais e preconizadores do bem-estar e segurança pública.

Obstinadamente não poupam esforços para mobilizar a chamada opinião pública e amealhar a simpatia de pessoas honestas, bem intencionadas e mesmo das oriundas dos próprios segmentos marginalizados. Para tanto compram e contam com o apoio de uma parte da mídia, que assume a tarefa de extrapolar a real dimensão dos crimes, elevando-a a níveis tão dramáticos que causem comoção e medo. Além disso, dispõem de substanciais aportes financeiros que são utilizados para eleger seus porta-vozes e tornar notórios seus asseclas.

Através desta associação divulgam-se os brados e apelos pela intensificação do aparato jurídico-militar-repressivo: aumento do policiamento ostensivo, redução da faixa etária penalmente imputável, aprisionamento e confinamento do infrator, trabalhos forçados para os detentos, prisão perpétua e... pena de morte!

Organizados e resolutos, pressionam o poder público de forma avassaladora. Como a maioria de suas postulações é dirigida à esfera administrativa federal e exigem a modificação da Constituição e/ou do Código Penal, enfrentam uma oposição política mais forte e diversa, que até hoje as têm barrado.

No entanto, se não conseguem atingir o cerne do poder, logram sucesso ao penetrar em suas bordas e periferias. Ali, onde a política cede lugar ao fisiologismo e ao nepotismo, onde os interesses e cargos são negociados por suas “cotações na bolsa”, tais argumentos encontram ampla recepção e acolhida, conquistando apoios importantes que se materializam no beneplácito de certos governantes ante à violência policial. Esta, em alguns casos, é ostensivamente apoiada por Secretários de Justiça que chegam até mesmo a recompensá-la. Os resultados são incontestáveis: chacinas, grupos de extermínio, mortes “por engano” e uma série de arbitrariedades que causam um efeito inverso ao esperado, deixando a população com medo e desconfiança da polícia, situação reconhecida pelo atual Governador do Estado, que no auge de uma crise política afirmou: “o cidadão quando liga para a polícia não sabe se está falando com um policial ou um bandido” (O DIA, 28/04/00). Esqueceu-se de dizer que apesar de não ser o responsável pela cultura policial é, constitucionalmente, o “comandante em chefe” da corporação, possuindo o dever de impedir que tais hábitos e costumes prejudiquem a população.

O caso Carelli, Candelária, Acari, Nova Holanda... dia após dia repetem-se acontecimentos discriminadoramente fatais em pleno sistema democrático. A mídia noticia, extrapola, repercute, requeixa e esquece em poucos dias; os parentes e amigos guardam para sempre sua dor; os desejosos da repressão exultam, chegando a abandonar o

pressuposto efeito reativo/protetivo e a sussurrar uma ação profilática, num processo que muito se assemelha ao das guerras civis africanas e à limpeza étnica nos Bálcãs que, por sinal, também servem-se do argumento de estarem defendendo a “segurança da população”.

Ao posicionar-se contra esta concepção de mundo, o presente trabalho não tenciona encobrir a gravidade dos problemas enfrentados pela população do Rio de Janeiro. Pelo contrário! Seu principal objetivo é retirá-los do contexto ideologizado ao qual foram confinados e estudá-los à luz do processo histórico-social que os originou e ambienta, procurando compreendê-los de forma mais nítida, fornecendo subsídios para a elaboração, implementação e desenvolvimento de políticas públicas que visem sua superação.

O movimento primaz deste raciocínio conduz à constatação de que não é possível dissociar a análise do crescimento do número de adolescentes em conflito com a lei da impressionante potencialização do tráfico de drogas. De acordo com levantamento da DPCA- Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, em 1998 foram apreendidos, no Município do Rio de Janeiro, 4.408 adolescentes, sendo 2.447 enquadrados na Lei de Entorpecentes, dos quais 1.549 (63% do grupo e 35% do total) por envolvimento com o tráfico.

Se os números parecem ser claros e inequívocos, as relações sociais que encerram e a eles dão vida são ainda bastante difusas, enigmáticas e insuficientemente compreendidas, engendrando vastas e complexas lacunas que ao mesmo tempo obscurecem a compreensão da situação e desnudam-se enquanto objeto de estudo, ansiosas por serem preenchidas.

Tranqüila postulação se a vida de milhões de pessoas não fosse seu pano de fundo e enredo e os espaços vazios, ao invés de ocupados por idéias e conceitos, não pudessem ser enfeixados pelo sofrimento, dor e morte. O drama da vida é o palco do pesquisador e a gravidade da trama sua aflição. Ele precisa levantar dados, constatar situações, discutir conceitos, refletir cientificamente, propor estratégias, rever idéias, duvidar das afirmações, recomeçar o que não foi bem feito, superar-se... tendo sempre em mente que os cidadãos para os quais pretende reverter seu esforço apresentam demandas imediatas, cujo trâmite e ritmo diferem do de seus estudos.

Instigados por estas incômodas situações, todos os argumentos aqui arrolados convergirão para a compreensão de que a questão do jovem envolvido com tráfico de drogas não pode ser analisada de forma estanque, como se fosse um mero “fenômeno” de fim de século, que deve ser resolvida através da intensificação da repressão.

A sociedade ainda não foi capaz de desvendar a complexidade dos interesses e mecanismos que movimentam o tráfico de drogas, necessitando (re)produzir e encaixar numerosas peças a fim de compreender o funcionamento de suas engrenagens. Mais do que uma constatação este é um desafio. Aceitá-lo é compreender que, acima de tudo, a incerteza não pode ser uma escusa imobilizadora.

Apesar de a questão das drogas ser uma tradicional preocupação social, a definição do tráfico enquanto objeto de estudos sistemáticos e metodologicamente organizados é uma praxis exploratória ainda muito recente. Neste campo do saber humano os esforços e recursos vêm sendo histórica e majoritariamente destinados a pesquisas que investigam as drogas em si, sua composição química, seu uso, os efeitos que provocam e as formas de tratar e/ou punir a dependência. Por conseguinte as teorias e paradigmas estão irremediavelmente matizadas pelas abordagens psicológicas, médico-clínicas e jurídico-legais.

Adotando uma concepção notadamente emancipadora e progressista muitos destes estudos foram decisivos para a elucidação de questões-chaves, descredenciando mitos que funcionavam e agiam enquanto instâncias de contenção e culpabilização da subjetividade humana. Nesta situação alinham-se os trabalhos que demonstraram o caráter histórico-social que permeia e determina a licitude das drogas (Escohotado, 1997a), os que afirmaram a necessidade de abandonar-se a postura recriminadora do usuário de drogas, relativizando-a e entendendo-os a partir dos contextos por eles vividos (Militello, 1997) e ainda as que asseveraram dimensões ritualísticas e terapêuticas para as drogas (Bick, 1989)

Desbravadoras de caminhos, essas abordagens semearam uma seara fértil, concentrando a colheita em frutos determinados e mantendo outros sob processo de maturação. Sinceramente preocupadas em entender os fatores psicológicos - e de certa forma sociais - que motivam a procura pelas drogas, cultivaram teses que abarcam e dão conta de uma importante dimensão da situação-problema, descuidando-se, porém, de suas correlatas. Neste descompasso a mais desdenhada foi, sem dúvidas, a que germinava da possibilidade de estudar-se o tráfico de drogas em suas etapas histórico-sociais.

Em seu estudo sobre “Como Prevenir e Eliminar as Drogas da Vida do Adolescente”, Tiba (1999) produz um típico exemplo deste hiato. Aproximando-se com toda propriedade do linguajar, hábitos e costumes compartilhados pela “juventude” (que não é demarcada por classes ou estratos sociais), ele desenvolve uma argumentação clara e

didática, que assemelha o poder de sedução das drogas aos jogos de flerte, sexo e amor praticados pelos adolescentes:

*“Um dia (um adolescente) fica sabendo de alguém que fuma maconha. Talvez nem se interesse pela pessoa, porém o mais comum é querer se aproximar para checar os conhecimentos que já tem. E aí a grande surpresa. No lugar de um ser humano em destroços, encontra uma pessoa simpática, que faz sucesso na turma...sem acesso à veracidade das informações acredita no que vê e testemunha. Daí aceita os velhos argumentos de que “maconha faz menos mal que tabaco e álcool”... a paquera já começou há muito. Nesta etapa nasce o desejo de experimentar maconha... a primeira ficada é em geral feita em grupo, ao lado de alguém que já “canabisa” há mais tempo... “ficou” quer “rolar”... para ir a algum lugar o adolescente “canabisa” antes. Chega ao local com a cabeça feita, sem ter que fumar na hora...fica tão ligado na maconha que nem curte a festa. É o namoro...”*

Não obstante a originalidade do raciocínio e suas aplicabilidades clínicas, percebe-se que o autor focaliza o problema sob uma perspectiva oblíqua, imputando à droga (a) o atributo de gerar seu próprio consumo, bem como de ocasionar e materializar as múltiplas e intrincadas relações sociais que a colocam em contato com aquele que por ela interessar-se; (b) um *telos* metafísico, destituindo a relação indivíduo-droga de suas contradições internas e mimetizando-a em seus aspectos mais exteriores e (c) o *status* de um objeto dado e tautômero, que já em seu estado natural seria dotado do poder de persuasão física e sensorial necessário para seduzir o incauto adolescente a “consumar o ato” e a repeti-lo constantemente.

Exatamente por isso pode amalgamar a “juventude” em um todo homogêneo e indiferenciado, identificando seus componentes por uma característica comum: a de ocuparem a posição passiva de possíveis seviciados. Se não há diferenças eminentemente qualitativas entre eles pode então presumir que as mesmas motivações que impulsionam seu festeiro adolescente de classe média a “canabisar” repetem-se em maior ou menor grau naquele que “cheira cola” para iludir a fome.

Em seu estado natural a droga não é propícia para o uso, necessitando de ser manipulada e de receber tratamento adequado para atingir tal condição. Os mais exegetas talvez qualifiquem esta assertiva como pouco rigorosa, reivindicando que neste estágio ela nem mesmo seria uma droga, mas uma substância secretada na composição vital de um vegetal, cujo caráter classificador só pode ser conferido após o contato humano com suas propriedades.

De qualquer forma fica explícito que a droga deve ser extraída de seu *locus* original a fim de ser submetida à interferência de processos químicos e físicos que alterem sua composição, dimensão e formato. Agregando à sua essência esta influência humana é destituída de seu caráter natural. Também já não está mais ao alcance de todos, tornando-se

propriedade daqueles que investiram em sua manipulação. Precisa então ser transportada para onde os *interessados* possam travar contato com sua faceta elaborada e finalmente a adquiram.

Para que um indivíduo possa ter acesso à droga precisa, necessariamente, relacionar-se com os responsáveis oficiais - termo que não deve ser interpretado como “legalmente”, mas como “socialmente reconhecidos” - por sua disponibilização. Não importa que ela tenha chegado até ele por intermédio de um conhecido ou pelo grupo que frequênta. Ao invés de invalidar a relação social o afastamento físico entre ele e o *disponibilizador* concretiza e evidencia a existência de uma *cadeia de interessados*, que organiza seus próprios meios de (re)distribuição e cujos *elementos primários* são aqueles que travam o contato direto e adquirente. Do sucesso desta relação depende a concretização do desejo dos participantes secundários e terciários.

Dirimam-se possíveis dúvidas: um indivíduo pode apresentar-se como *disponibilizador* e momentos depois tornar-se um *elemento primário* e vice-versa, investir em uma postura incisiva e transformar-se em *proprietário*, ou mesmo abdicar de ambos e assumir outros que o afastem completamente deste mercado.

Subsumir os indivíduos a uma das inúmeras relações que possa travar em sua vida, por mais constantes ou socialmente importantes que sejam, representa dispensar um tratamento discricionário à subjetividade humana e à complexidade do processo histórico, ensejando um ambiente propício à ascensão e fortalecimento de concepções de mundo que propositadamente tipificam e estigmatizam o empírico, amoldando-o por contiguidade a uma determinada parcela da população.

Ressalte-se que vislumbrar a permanente possibilidade deste interacionismo mutável também não implica em erigir um artificial marco divisor entre “indivíduo” e “relação social”, como se esta fosse a roupagem daquele, que quando retirada pode ser deixada pendurada sem influenciar os outros acontecimentos da vida. A adequada compreensão dos avanços e recuos desta fronteira é um desafio cujas tentativas de elucidação em nenhum momento procuram justificar, isentar ou eximir alguém de possíveis sanções e sim evitar que estas extrapolem limites ético-humanitários, sendo utilizadas como instrumentos de opressão social e de garantia de hegemonia.

A relação *indivíduo-droga* é um fim em si próprio que, conforme afirma Velho (1998), encontra-se amplamente difundida pelas mais diferentes épocas e sociedades. O reconhecimento desta característica comportamental tem sido de extrema valia para a

compreensão de determinados aspectos histórico-sociais da questão das drogas. Entretanto, há que se contornar uma forte tendência de similarização e acoplagem que, mesmo a contragosto, muitas vezes proporciona comparações mecanicistas que ao invés de promover uma correta análise do contexto social acabam por obnubilá-lo ainda mais.

Este proceder tem evidenciado-se, principalmente, ao focalizar-se o exemplo da cocaína. Autores como Somoza (1990) relatam que nos Andes o hábito de “mascar folhas de coca” remonta a períodos pré-incaicos, atribuindo-se a elas propriedades curativas e medicinais. Sem dúvida é importante elucidar esta fonte histórica, requisitando sua precedência e assinalando possíveis influências posteriores. No entanto, o que em geral ocorre é a construção de uma análise linearmente comparativa, que pretende transportar situações e motivações passadas, nivelando-as àquelas protagonizadas pelos consumidores contemporâneos de cocaína.

Para que relação *indivíduo-droga* e o fim que ela encerra sejam consumados faz-se necessário que seja travada uma relação mediadora entre *interessado-disponibilizador*, que é profunda e permanentemente marcada pelas diferentes conjunturas sociais. Analisar isoladamente tais relações, ou reduzir a importância da mediação constitui-se em um procedimento fragmentário que além de diminuir as possibilidades de compreensão pode turvá-las, originando percepções distorcidas.

Ao estudar os hábitos e costumes dos Yanomamy da Amazônia Setentrional Chagnon (1968) descreve a importância social dos “Shahori” (shamans/pajés), que são os responsáveis pela cura de doenças e por esconjurar o mal. Para adquirir esta capacidade eles utilizam-se de uma “droga alucinógena” - o autor não faz referência a seu nome - extraída pelas mulheres de uma árvore denominada “ebene”. Depois de umedecida com saliva e misturada a cinzas de madeira, a droga é moída pelo próprio “shahori”, que então inala o pó que se formou. Em poucos minutos surgem os efeitos, deflagrando uma série de danças e encantamentos que têm como objetivo atrair os “hekura” - pequenos demônios da floresta - para morar no corpo dos “shahori” e a eles transmitir seu poder. Como em uma tribo pode haver vários destes curadores, sempre homens, aqueles que desejam tornar-se um deles precisam passar por um ritual de iniciação no qual um shahori preceptor insufla, através de um tubo oco, a droga em seus narizes, transmitindo-lhes o poder que desejam.

Contornando o reducionismo de em um único parágrafo sintetizar uma tradição secular, é possível constatar que entre os Yanomamy aquela relação *indivíduo-droga* é socialmente aceita e desejada, sendo matizada por um ritual de iniciação, que reflete uma

economia baseada no tripé caça-coleta-pesca e uma organização social baseada na divisão sexual do trabalho. O “shahori”, mesmo não participando da extração da droga, intervém em sua manipulação, assumindo os papéis de *proprietário*, de *interessado* quando a usa para curar, e *disponibilizador* quando inicia os outros e recebe da sociedade os méritos, louvores, posição social e admiração.

Retrocedendo no tempo e viajando para o velho mundo, aporta-se na França de 1851, quando o poeta Charles Baudelaire escreve o ensaio “Do Vinho e do Haxixe Vistos como Meios de Multiplicação das Individualidades” (1996). Atendo-se à parte da obra que remonta apenas à relação *indivíduo-álcool*, verifica-se a defesa apaixonada que o autor faz do hábito, já então enraizado na França, de degustar diariamente “um bom vinho”, de preferência o produzido em Borgonha e comercializado nos bistrôs da moda da Belle Epoque. Polemizando, ele chega ao paroxismo de indagar se “por acaso não é razoável pensar que as pessoas que nunca tomem vinho, ingênuas ou sistemáticas, são uns imbecis ou hipócritas?”. Respondendo às críticas sobre o estado de embriaguez, desfere a sentença: “existem bêbados ruins; trata-se de pessoas ruins por natureza. O homem mau (que bebe) torna-se execrável, assim como o bom torna-se ótimo”.

Da “selva” à “civilização” as mudanças são substanciais: (a) sob as “luzes” a relação *indivíduo-droga*, apesar de largamente praticada, é destituída de sua aceitação tácita e unânime, passando a ser reprovada por influentes e tradicionais setores daquela sociedade, que, no entender do autor, seriam extremamente reacionários; (b) a função ritualística é superada pela comercial, o que concentra o papel do *disponibilizador* naqueles que em seus elegantes estabelecimentos são financeiramente remunerados pelos *interessados* e (c) mesmo sob o peso e desconfiança das acusações, as relações travadas são lícitas, regulamentadas pelo poder público e ainda contribuem tributariamente para o incremento do orçamento local.

A multiplicidade de exemplos passíveis de serem aventados é tão volumosa e rica em sutilezas, variações e adensamentos que prolongar-se nesta análise comparativa produziria várias laudas e capítulos. Exatamente por isso desvende-se logo o argumento-eixo da trama: o estudo da relação *indivíduo-droga* em épocas e sociedades determinadas não pode simplesmente assimilar o conhecimento pré-existente para encaixá-lo como um móbile nas novas situações, requerendo um vagar maior em suas análises e, em especial, uma atenção mais detida às relações *interessado-disponibilizador*.

Por que concentrar a mediação no *disponibilizador*, se para que a droga chegue até ele devem ser transcorridas as várias etapas anteriormente citadas? É verdade, apesar da extemporaneidade, que um indivíduo pode optar por desempenhar todos os papéis disponíveis, de extrator a interessado, utilizando-se ele próprio da droga que cultiva e prepara. Mas, se por qualquer motivo, desejar socializá-la, permitindo que outros tenham acesso a ela deverá, obrigatoriamente, assumir ou delegar oficialmente o papel de *disponibilizador*. Será este que trará o contato direto com os *interessados*, tornando-se, com o decorrer e multiplicar de eventos interativos, o elo mais facilmente reconhecível do processo, transferindo para os indivíduos que o exercem toda a carga emocional, física e de responsabilidade que a sociedade atribuir à relação *indivíduo-droga*.

O ponto final da viagem recupera a contemporaneidade e transfere-se para a mesma cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, onde o périplo havia começado. Antes é necessário que se proceda a um aprofundamento e percebe-se que o tráfico de drogas constitui-se em um mercado ilícito, promovendo uma reordenação categórica. Se nos exemplos anteriores foi possível trabalhar exclusivamente sob a ótica do disponibilizador, a lógica mercantil transforma-a em um “*processo de disponibilização*”, que envolve a participação de *produtores, atravessadores, distribuidores, fornecedores, atacadistas, varejistas* e demais categorias essencialmente ligadas à comercialização das mercadorias.

Um grande número de jovens inserem-se neste processo, participando ativamente das diferentes atividades que permitem a comercialização ilícita do varejo das drogas. São eles que travam um contato fugaz, apreensivo e vigiado com os *interessados*, recebendo, em essência, o dinheiro necessário para a compra da mercadoria e que logo será repassado a seus superiores hierárquicos. Entretanto, ao contrário dos exemplos anteriores, a sociedade não apenas nega-lhes qualquer tipo de reconhecimento como deposita sobre eles grande parte da culpa, se não toda, pelos problemas causados pelo ‘tráfico de drogas’.

Faz-se indispensável demarcar que ao trabalhar com a categoria “tráfico de drogas” estar-se-á referindo às relações que envolvam a disponibilização mercantil e ilícita de cocaína e maconha. Por mais óbvia que possa parecer, tal construção faz-se absolutamente necessária para deixar claro que não se pretende transitar pelas relações que envolvem drogas como tabaco e álcool, que apesar de também serem bastante consumidas no Rio de Janeiro engendram, devido a sua licitude, relações específicas que exigem investigações próprias.

Ao fazer esta opção também não se está afirmando que no Rio de Janeiro o tráfico de drogas só disponibilize cocaína e maconha, mas que elas são hegemônicas. É certo que em determinados lugares da cidade encontrar-se-á haxixe, LSD, heroína ou alguma droga mais “sofisticada”, entretanto suas quantidades são bastante reduzidas e de destino focal. Daí depreende-se que assim como qualquer análise que se refira ao tráfico de drogas precisa levar em conta o referencial histórico-local, a expressa neste trabalho é consonante com a realidade do município do Rio de Janeiro. Em São Paulo, por exemplo, o estudo teria que levar em conta que lá a disponibilização do “crack”, assumiu, desde a década de 80, grande importância, gerando formas próprias de relação.

Estabelecidos tais referenciais torna-se necessário fornecer subsídios para desfazer uma confusão que vem tornando-se praxe no senso comum: chamar o tráfico de cocaína e maconha de “narcotráfico”.

É interessante notar que aqueles que conscientemente conjugam esta *mimesis* geralmente pretendem transmitir a seus interlocutores uma idéia de abrangência, organização e do poderio internacional das atividades do tráfico, tendo como intuito demonstrar que este é um problema globalizado e não circunscrito às fronteiras cariocas. No entanto, ao prefixar “narco”, os efeitos e significados descaracterizam completamente o tráfico no Rio de Janeiro, turvando sua especificidade e causando uma contraproducente mescla de termos que, segundo Tancredi (1982), floresce da popularização de um termo anglo-americano:

“O termo *narcotic* é usado em todos os países de língua inglesa... foi originalmente utilizado para referir-se a uma série de substâncias que induziam a uma alteração no estado de consciência. Entretanto, a constatação de uma grande quantidade de substâncias utilizadas em medicina produzem alterações no estado de consciência fez com que o uso da expressão fosse paulatinamente se restringindo ao ópio e seus derivados (heroína, morfina e codeína) ou substâncias sintéticas com efeitos semelhantes a elas e que também produzem dependência física ou psíquica”

De acordo com Rocha (1987), o ópio e seus derivados são drogas destiladas do suco extraído do fruto imaturo da papoula que, depois de refinadas, servem para manufatura de remédios considerados pelas convenções internacionais e pela legislação brasileira como narcóticos ou entorpecentes, isto é, drogas que produzem sono ou torpor.

O mesmo autor explica que a cocaína, que é um alcalóide bicíclico extraído da folha dessecada da coca (*Erythroxylon coca L.*), age “sobre o sistema nervoso central, de modo significativo no córtex cerebral, estimulando e provocando fenômenos motores”. No que diz respeito à maconha Escotado (1997b) ilustra que seus “efeitos intensificam a

sensibilidade, as sensações corporais são mais intensas(...) uma suspensão das coordenadas cotidianas que faz aflorar pensamentos e emoções adiadas ou pouco acessíveis”. Ou seja: cocaína e maconha têm efeitos totalmente diferentes e até mesmo contrários ao dos narcóticos.

A confusão estende-se também ao campo jurídico. A legislação brasileira abriga cocaína e maconha sob a denominação generalizante de “entorpecentes”, cujo significado etimológico - torpor, sonolência - é muito próximo ao de narcótico, funcionando quase como um sinônimo deste. Em sua alentada obra sobre “Tóxicos no Direito Penal Brasileiro”, o Prof. Edevaldo Alves da Silva (1973) afirma que no que diz respeito à questão das drogas o Direito preocupa-se com “a conduta ilícita ou criminosa que consiste no tráfico clandestino e uso indiscriminado ou inadequado e com o conceito legal de entorpecência(...) devemos notar que por substância entorpecente quis referir-se a legislação a toda e qualquer substância capaz de determinar dependência física ou psíquica, *embora não considerada como entorpecente*”.

O próprio autor demonstra que esta é uma diretriz germinal da cultura jurídica nacional, informando que em 6 de julho de 1921 o então Presidente da República, Epitácio Pessoa, sancionou o Decreto nº 4294, o primeiro a criminalizar a cocaína no Brasil, cujo artigo primeiro assim determina: “Vender, expor à venda ou ministrar substâncias venenosas(...) pena: multa. Se a substância venenosa tiver *qualidade entorpecente*, como o ópio e seus derivados, *cocaína e seus derivados*: Prisão celular de 1 a 4 anos”

A despeito das críticas, não abandono, em hipótese alguma a visão histórica de que o tráfico de drogas é uma atividade globalizada. O que questiono é porque o emprego de “tráfico” por si só já não seria suficiente para transmitir esta idéia.

Sob um foco retrospectivo, a categoria “tráfico” surge no processo histórico brasileiro de maneira contundente e vergonhosa em sua relação com a economia escravista, constituindo-se na forma legal e abençoada utilizada pela metrópole para comprar africanos aprisionados, transportá-los para a colônia e vendê-los para os nobres latifundiários disporem plenamente de suas vidas e mortes. Mas a associação depreciativa aí não se esgota. Na legislação atual também faz-se referência a um outro tipo de tráfico, o de interesses, que basicamente consiste na utilização de uma posição pública privilegiada com o objetivo de aferir benefícios particulares.

Em ambos os casos o termo transcende e extrapola limites e fronteiras, sejam eles locais, geográficos, internacionais, momentâneos, simbólicos, éticos, legais ou de *status*.

Além disso referem-se, licitamente ou não, a um sistema socialmente organizado, muito mais abrangente que o ato em si e cujo poder financeiro, militar e/ou político garantiria as possibilidades de concretização. Constata-se que tanto o uso histórico, quanto o contemporâneo não inviabilizam uma concepção globalizante, sendo que nos aspectos aqui ressaltados acabam até mesmo por corroborá-la.

Em resumo: os referenciais são confusos e contradizem-se. Ao apontar o problema tenho consciência de que apesar de este talvez não ser o espaço mais adequado para produzir-se tentativas de construção de um conceito uniforme e preciso - principalmente porque esta tarefa deve cogitar e abranger a diferentes áreas do conhecimento - constitui-se em um momento privilegiado para mostrar a incongruência de generalizar-se o termo narcotráfico, que aqui só será mencionado se for transcrito da fala de algum ator social ou referenciando instâncias que se autodenominam desta forma como por exemplo a “CPI do Narcotráfico”. Trabalhar com a categoria “tráfico de drogas” conforma-se então em uma experiência dialética na qual ao mesmo tempo que se afirma o objeto, evitando a dubiedade de sentidos e mantendo-o reconhecível e inteligível, ensejam-se oportunidades para seu aprofundamento e superação.

Acredito que esta incipiência esteja refletida na ambigüidade dos termos e vinculada ao já aludido caráter recente de sua objetificação. No campo das ciências sociais, por exemplo, ele só ganhou notoriedade a partir da segunda metade da década de 80, surgindo no esteio dos trabalhos voltados para o estudo da violência - mais notadamente da chamada “violência urbana” - passando a ser analisado ora como um de seus componentes, ora como um de seus subprodutos (Pinheiro, 1982; Misse, 1999, Soares 1993). Conforme testemunha Zaluar (1996), uma das mais prolíficas pesquisadoras do tema, até mesmo estes estudos demoraram a adquirir porte e ganhar espaço: *“quando comecei o tema era considerado menor: não mobilizava os cientistas sociais de maior renome nem os que já eram apontados como promissores”*.

Em seus trabalhos sobre a Cidade de Deus (1985; 1994) - bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, encravado entre a Barra da Tijuca e Jacarepaguá e habitado por uma população majoritariamente de baixa renda - esta autora foi uma das primeiras a ressaltar e sistematizar os efeitos da aproximação entre tráfico de drogas e adolescentes, já apontando para uma drástica redução da expectativa de vida, geralmente interrompida de forma abrupta por homicídios.

Com o decorrer dos anos as situações por ela reveladas foram complexificando-se e agravando-se. O número de jovens inseridos na estrutura do tráfico de drogas cresceu exponencialmente, acompanhando a intensificação de seu poderio bélico, a opressão exercida sobre a população que vive nos locais onde as “bocas” (o *locus* principal da efetivação do *processo de disponibilização*) eram estabelecidas e o comportamento dúbio da repressão policial. Estrelando os papéis que o tráfico de drogas a eles destina, os adolescentes passam a levar uma vida à margem do que a sociedade tipifica como normal, caracterizada por um ritmo frenético, extremamente nervoso, estressante e arriscado, que a todo momento os coloca diante da morte violenta.

Acuados nesta posição assistem ao cerceamento e à censura de qualquer manifestação que não lhes seja desairosa, absorvendo, sem poder defender-se, os juízos de valor proferidos por determinados segmentos da sociedade. Construídos a partir da gravidade do fato que torna o papel que os adolescentes exercem conhecido publicamente, estes veredictos convergem para o distanciamento e estereotipização, variando somente na intensidade da culpabilização e no grau de exigência repressiva.

A despeito de um pseudo-efeito preventivo gerado pela intensificação da reprovação e repressão, estas posições arbitrárias não têm impedido que um importante contingente seja continuamente atraído por uma ‘vaga no elenco’. Porque? Qual o perfil destes adolescentes? Quais as situações e motivações sociais que podem levá-los a incluir no rol de suas atividades possíveis a inserção na estrutura do tráfico de drogas?

Tais questões constituem-se na motivação permanente do presente trabalho. Este, por razões óbvias, não se arroga tentar elucidá-las em sua totalidade. Sua pretensão é empreender um esquema analítico que seja capaz de cotejar conjuntura e estrutura, contemporaneidade e processo histórico, resgatando e destacando determinadas relações sociais que tenham sido, ou ainda sejam, essenciais para que o problema tenha atingido tal agudez.

O eixo central desta empreitada gira em torno da atuação do poder público - compreendido em suas diferentes esferas administrativas e de poder - mais especificamente naquela que ao intervir direta ou indiretamente sobre as condições de vida dos adolescentes cariocas venha a depreciá-las, vulnerabilizando-os.

Ao trabalhar com o conceito de vulnerabilidade - que tradicionalmente vem sendo utilizado nos estudos sobre a prevenção ao HIV/AIDS, explicando-se através da delimitação do campo mais frágil pelo qual alguém pode tronar-se vulnerável, ou seja,

sofrer um ataque ou invasão a partir de determinado ponto – pretendo empreender um esforço para extrapolar este significado inicial, adequando-o à realidade social. Conforme explica Cruz Neto (2000):

“Qual a relação entre violência, pobreza e vulnerabilidade no caso dos jovens? Essa nova geração sofre as consequências das desigualdades sociais e reage de diferentes maneiras. Na opção pelo lucro e na defesa do mercado grande parcela dos jovens é excluída pela sociedade. A pobreza é o indicador mais sensível da concentração de renda no Brasil e, diante deste quadro, a principal forma de violência passa a ser a violência estrutural perpetrada pelo próprio Estado constituído, gerando a opressão de pessoas e grupos, negando-lhes bens e oportunidades necessárias, tornando-os mais vulneráveis às mazelas sociais, ao sofrimento e à morte(...) A vulnerabilidade social manifesta-se de forma contundente junto aos segmentos mais empobrecidos da população. Uma pobreza que permeia a sobrevivência das pessoas seja através do desemprego, dos baixos salários, das péssimas condições de moradia e de saneamento básico. Uma vulnerabilidade engendrada pela violência estrutural que acaba por atingir a auto-estima e a dignidade dos envolvidos”.

Atentos e dispostos a aproveitar-se desta vulnerabilidade, sobrepõem-se uma variada gama de pessoas, instituições e atividades que assediam o fragilizado cidadão, acenando com respostas para suas demandas. Neste espaço poroso e nebuloso penetram, dentre outros, políticos em busca de votos, líderes messiânicos que dizem possuir as chaves do paraíso e também o tráfico de drogas.

Neste contexto a vulnerabilidade social não cria e nem é regida por relações de causa-efeito, estando inextrincavelmente vinculada a mediações, ponderações e interpolações éticas, culturais, filosóficas, políticas e materiais. Ela constitui-se em um indicador das frustrações, desrespeitos e privações que a sociedade impõe a determinados cidadãos, sinalizando para ela que a interação e acumulação destas situações vão, ao longo da existência individual e do processo histórico, deteriorando as condições de vida de extensos segmentos populacionais. Ao contrário do que julga o senso comum, este movimento não é definitivo para aumentar o número de pessoas que aderem às ‘soluções marginais’, mas sim para multiplicar as possibilidades de ação de setores que se utilizam dos problemas humanos para obter lucros e vantagens próprias, tornando-se ainda mais difícil e pesada a escolha constrangida e arrastando cidadãos para atividades que, aí sim, podem ser ilícitas e/ou criminosas.

Parece lógico então que a vulnerabilidade social não seja fruto somente da atuação do poder público mas quando assim o for não deve ser superficialmente encarada como simples desídia ou má fé dos governantes. Nestes casos ela é consequência de um embate político-ideológico no qual as políticas públicas são prioritariamente destinadas a atender aos interesses dos segmentos e classes mais intimamente ligados ao poder e ao capital,

relegando e encarando as demandas da maioria da população como secundárias e caudatárias daqueles.

As condições de vida de uma população e, conseqüentemente, de um de seus segmentos mantêm intrínseca e indelével ligação com as políticas públicas implementadas pelo Estado. Esta relação torna-se mais crítica quando focaliza-se o segmento infanto-juvenil que, por suas condições sociais e psicobiológicas (Oliveira e Mendes, 1995), são extremamente dependentes de pais, irmãos, professores, médicos, condições de habitação e saneamento, ou seja, um vasto rol de pessoas, situações e instituições que já têm sua vida e existência afetadas pelas políticas públicas.

Em um Estado no qual os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do mercado, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida. O reflexo direto desta escolha é a baixa qualidade dos serviços públicos, que prestam um atendimento insuficiente e de má qualidade, não sendo capaz de dar conta das necessidades e anseios da parcela da população que os procura. A persistência deste quadro afeta de forma mais grave às classes de mais baixa renda, que não possuem recurso para procurar instituições privadas que supram a rarefação pública: educação, saúde, lazer, habitação, renda, condições de salubridade... o acesso a estes direitos é cerceado e até mesmo negado a um grande contingente de cidadãos que assistem à dramática redução de suas oportunidades de ascensão social, sendo obrigados a viver sob condições indignas e de extrema vulnerabilidade.

Conforme afirmam Cruz Neto e Moreira (1999) este esquema engendra e propicia todas as características de uma prática de violência estrutural: não é natural, mas sim histórica e socialmente produzida; possui raízes profundas nas relações de poder; apresenta resquício de autoritarismo social; é política e geograficamente demarcada; afeta principalmente cidadãos com reduzida capacidade de defesa; alimenta a ostentação de poucos com o sofrimento de muitos; amplia as disparidades sociais; cerceia oportunidades e legítimos projetos de vida; inibe a escolha racional, favorecendo a escolha constrangida pela mendicância, delinqüência e/ou tráfico de drogas; fomenta preconceitos e causa danos morais, psicológicos, físicos e a morte.

Exatamente por ser cometida por instituições consagradas por sua tradição e poder, esta violência estrutural costuma ser considerada como algo natural, que não se pode contestar sob o pretexto da desestabilização da ordem. Sob o efeito desta ideologia e mesmo com a atribuição de propagá-la, os meios de comunicação dispensam-lhe um espaço

muito menor que o dedicado à criminalidade e delinquência, sem nunca vinculá-la enquanto uma manifestação da violência. A própria população que é atingida a atribui à simples inapetência ou desonestidade governamental. Este “duplo silêncio” representa a reificação da violência estrutural, que dissolvendo a revolta contra a ineficiência das políticas públicas em um sentimento mais forte e marcante como a dor de um desempregado ao ver o filho passar fome ou a morte de um ente querido por falta de atendimento médico, assume, diante do senso comum, uma aparência de fatalidade (“morreu porque chegou a hora”), naturalidade (“meu filho saiu da escola porque não ‘dava’ para o estudo”) e neutralidade (“se você não trabalhar não vai ser o governo que vai pagar suas contas”).

O aspecto mais cruel desta manifestação de violência, para o qual confluem todas as características aqui apresentadas, é o de ser responsável pela instauração de um processo seletivo que tem o poder de decidir quais os cidadãos que desfrutarão de seus direitos e do bem-estar social (comprando-os se necessário) e aqueles que se incorporarão à grande massa de excluídos sem, contudo, conseguir isolar uns dos outros e colocando-os, para desgosto de alguns, frente a frente diariamente.

Este encontro de desiguais engendra relações bastante peculiares, que não são necessariamente belicosas. No entanto, o agravamento dos problemas sociais e o aumento dos índices de delinquência vão, pouco a pouco, potencializando rancores que se expressam no preconceito, na intolerância e no medo. Estas críticas tornam-se mais contundente quando direcionadas para os adolescentes envolvidos pelo tráfico de drogas. Aqueles que as proferem sem sequer chegar a se dar conta que bem antes destes jovens pensarem em cometer atos ilícitos eles já eram vilipendiados em seus direitos, vitimizados por uma violência estrutural contra a qual não sabiam defender-se, ignoravam seus motivos, desconheciam a origem e não percebiam seus objetivos.

Há que se ter absoluta clareza de raciocínio e perceber que o fato destes adolescentes serem tradicionais vítimas da violência estrutural não estabelece uma relação determinista, que explicaria por si só e univocamente sua entrada para o tráfico de drogas. O que se pretende demonstrar é que a baixa qualidade de vida e a dramática restrição de possibilidades cria neles uma instabilidade psíquica, física, material e social, que associada às incertezas, dúvidas e reações de rebeldia típicas de seu momento etário-psicológico, deixa-os mais vulneráveis à interferência daqueles que tencionam aproveitar-se de seus

problemas, sendo que o tráfico de drogas, conforme demonstra Assis (1999), é apenas um dos componentes que procuram assediá-los.

Claro está que tamanho acumular de vulnerabilidades não foi construído em um, dois, cinco, ou dez anos. Sua eclosão vem sendo calcada e maturada ao longo de um processo histórico marcado pelo desrespeito dos setores dirigentes à democracia e aos direitos do cidadão, pelas lutas sociais que foram cruentamente sufocadas e pelo multiplicar de relações conflituosas.

Faz-se então necessário proceder a uma investigação retrospectiva que perscrute determinadas etapas do desenvolvimento social econômico e político do Município do Rio de Janeiro, correlacionando-as à sociedade atual, num procedimento que visa descerrar véus que nublem a real compreensão dos fatos. Neste processo há que se levar em conta o levantamento, enumeração, descrição e explanação dos fatos, contradições e relações que de alguma forma intervieram no fluxo do objeto em estudo. Além disso, faz-se necessário dispensar especial atenção a determinados marcos histórico-temporais. Não porque eles possam fornecer uma explicação evolutiva e linear, baseada em datas magnas e/ou feitos de próceres, mas porque eles representam um momento de exacerbação do processo analisado, no qual as características externas e internas tornam-se mais contundentes e visíveis – nem por isso mais compreensíveis – conduzindo ou à superação do manancial de contradições que interagiram em épocas anteriores, ou à delimitação de ciclos cuja minuciosa reflexão permite um acréscimo qualitativo na percepção e compreensão da realidade.

Sob esta perspectiva o descortinar do século XX alinha-se enquanto um destes momentos, suscitando uma contundente reflexão: se é verdade que nos últimos cem anos a humanidade vivenciou um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, materializando antigas e históricas aspirações que nunca haviam ultrapassado a esfera dos mitos e do sobrenatural, não é menos correto afirmar que os mecanismos de produção, distribuição e apropriação desta tecnologia transformaram-se em instrumento de pressão política e opressão social, concorrendo de forma vital para uma globalizante disseminação da miséria e da exclusão social.

No que concerne ao Município do Rio de Janeiro, o período 1900-1999 pode ser retratado como palco de um vertiginoso movimento de mudanças, que a cada inflexão imprimiu na população marcas indeléveis, que foram, ao longo do tempo, forjando suas características sociais, econômicas, políticas e culturais.

Envidando esforços para sintetizar os abundantes exemplos destas mudanças, pode-se afirmar que, no breve espaço de tempo destes 99 anos, o Rio de Janeiro a) vivenciou um autoritário e ideológico processo de transição epidemiológica, deixando de ser a “Cidade das Epidemias” para ser reconhecida internacionalmente como a glamourosa “Cidade Maravilhosa”; b) iniciou o século como Distrito Federal, adentrou sua segunda metade como capital da Guanabara e irá findá-lo como capital do Estado do Rio de Janeiro; c) experimentou durante todo o século um brutal inchamento populacional que compeliu os 65mais pobres para os morros e periferias, num processo sócio-econômico-político que redundou na proliferação das favelas; d) foi local privilegiado de movimentos políticos e sociais que redundaram em insurreições, embates históricos e revoltas populares e e) vivenciou a disseminação da pobreza e da exclusão social lado a lado com a consolidação de uma elite econômica e política.

Rastreando tais eventos apresenta-se a seguir uma síntese retrospectiva que tem como objetivo assinalar e relacionar momentos histórico-sociais que demarcam e evidenciam um acúmulo interativo de vulnerabilidades originadas da ação do poder público e ao qual os jovens cariocas, seus familiares e pessoas mais diretamente ligadas (principalmente das classes mais desfavorecidas) foram submetidas.

Antes, porém, é preciso deixar claro que não se pretende produzir um estudo historiográfico, nem que se postula uma compreensão linear do período estudado. O intuito real é explicitar que uma importante parcela das situações e motivações sociais que hoje tornam possíveis a efetivação do poderio do tráfico de drogas do Rio de Janeiro surgiram e/ou foram sendo gestadas ao longo deste processo histórico, mantendo uma estreita vinculação com a perpetração do que denominados como violência estrutural.

### **Um Século Carioca<sup>1</sup>**

Nas primeiras décadas do século XX o modo de produção capitalista, que ainda procurava consolidar-se no País, já dispunha de instrumentos de reprodução, personificados, principalmente, por uma massa de ex-escravos excluídos do mercado, do acesso aos meios de produção e condições adequadas de vida. Além disso, o início de um processo sistemático de migração contribuiu fortemente para a criação, nas cidades, de um

---

<sup>1</sup> A proposta de uma análise retrospectiva surgiu logo nos momentos iniciais da avaliação do SAP. Durante a fase de levantamento e sistematização bibliográfica tomamos conhecimento da obra da Prof<sup>a</sup> Irene Rizzini – “Um Século Perdido” – que propunha uma análise que em determinados momentos nos foi de grande valia. Este título, além de retratar nosso intuito, faz jus ao mérito desta Pesquisadora.

contingente excedente de mão-de-obra. Esta população desempregada e subempregada constitui-se em “um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto a ser explorado” (Marx, 1983).

Obrigados a se adequar às condições materiais de existência do sistema econômico vigente que os relega a um papel supérfluo na divisão do trabalho, estes indivíduos são levados a desenvolver estratégias de sobrevivência que, por vezes, ultrapassa as barreiras legalmente constituídas ou, no entender da elite dominante, passa a viver na “marginalidade”.

A obtusa inserção social de negros e mulatos dá origem a um estereótipo que descende das relações escravocratas, perpassa todo o período republicano e reforça-se nos dias atuais. A ideologia dominante, procurando encobrir as relações de classe, passa a associar a “marginalidade econômica” a traços de caráter do indivíduo, solapando num sentido moral os problemas estruturais da sociedade.

Nesta época, o Rio de Janeiro, capital do País e seu principal centro econômico, vivenciava um processo típico do desenvolvimento urbano: o crescimento das atividades financeiras, comerciais e industriais - propiciado pelo fluxo econômico de seu porto marítimo - tornava a cidade um local altamente ecúmeno, para onde convergia um grande contingente de pessoas em busca de alternativas de vida e trabalho.

Segundo Rizzini (1997), a cidade registrou, neste período, um impressionante crescimento demográfico, atingindo, em 30 anos, um índice de 121,54%, saindo de 522.651 habitantes em 1890, para 811.413 em 1906 e 1.157.873 em 1920, dos quais cerca de 30% possuía menos de 15 anos de idade.

Conforme afirma Benchimol (1990), os serviços de infra-estrutura urbana, já bastante precários, não acompanhavam a demanda sempre crescente, quer em nível de gêneros alimentícios, provisão de água e esgoto, calçamento de ruas e/ou recolhimento de lixo.

A solução encontrada pelo Poder Público, criar um sistema privado formado por empresas de capital estrangeiro, repercutiu de forma favorável apenas para as classes mais abastadas, que possuíam recursos suficientes para contratar seus serviços. Financeiramente desprovidos, os setores pauperizados da população simplesmente assistiam a um triste

espetáculo, que tornar-se-ia praxe com o desenrolar do século: a utilização de políticas públicas como instrumento privilegiador da elite econômica.

Os componentes daquelas classes, consideradas pela elite como subalternas, eram compelidos a morar nos cortiços e estalagens que se espalhavam pelo centro da cidade e em suas freguesias periféricas. Tais construções constituíam-se, por um lado, em habitações coletivas de grande adensamento populacional e parcas condições de vida e salubridade, representando, por outro, um local de convergência e efervescência cultural, para onde confluíam ex-escravos, migrantes e pobres em geral.

Mal vistos e preconceituosamente isolados pela recém-nata “alta sociedade” republicana, estes redutos, que em 1900 já contavam com uma população de mais de 100.000 pessoas, reuniram indivíduos das mais diversas origens e tradições, numa miscigenação racial e cultural que redundou, entre outras, no surgimento de estilos musicais como o samba carioca e o choro.

Donga, verdadeiro patrimônio da cultura popular e autor de “Pelo Telefone”, o primeiro samba gravado no Brasil, relata de forma privilegiada este processo:

*“O samba não veio do morro, ele foi para o morro... ele apareceu na Cidade Nova. Cidade Nova é Senador Pompeu, Travessa Bom Jardim, Largo do Depósito, Saúde, Barão de São Félix, Rua do Sabão, Rua do Costa... e no Centro tinha a Rua da Alfândega e a Rua do Hospício (atual Buenos Aires). Aquela parte ali, da onde é a Rio Branco para cá, ali era tudo negro, tudo africano que morava ali, baianos... aí é que se formou tudo”.*

(Depoimento ao Museu da Imagem e do Som. 21 e 26/08/1974)

O Rio de Janeiro começava então a definir um contorno geopolítico bastante afeito ao que conhecemos hoje, concentrando riqueza, opulência e ostentação nas mãos de poucos e disseminando problemas na vida de muitos. A dramática descrição dos cortiços – o oposto dos boulevards e avenidas – feita por Aluizio Azevedo (1997) guarda triste semelhança com as condições de moradia das favelas e bairros periféricos atuais, bem como da qualidade de vida de seus moradores. Lima Barreto (1983) oferece-nos uma exata descrição destes locais: “casas que mal davam para uma pequena família, são divididas, subdivididas e os minúsculos aposentos assim obtidos alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.”

No campo da saúde pública este início de século foi marcado por elevadíssimas taxas de mortalidade ocasionadas pela afluência das epidemias de tuberculose, febre amarela, malária e varíola, que vitimizavam aos jovens trabalhadores e, em especial, aos imigrantes: “o elemento determinante das preocupações políticas com as epidemias e, em

primeiro lugar, com a febre amarela, residia não tanto na sua repercussão na força de trabalho urbana como um todo, mas fundamentalmente na sua altíssima letalidade sobre os imigrantes. Além de dificultar o comércio do País com o exterior comprometia o fluxo migratório que para cá se dirigia... a situação estratégica desses locais para os interesses capitalistas exigia o controle das doenças chamadas “coloniais” ou “tropicais” (Bodstein, 1986).

Devido ao grande número de moradores e às já comentadas péssimas condições de salubridade, os cortiços foram considerados os principais culpados pelas epidemias, motivando uma verdadeira luta por sua extinção.

A análise Foucaultiana do nascimento da medicina social (1986), apesar de centrada na experiência francesa, demonstra-se aplicável também para o Rio de Janeiro, denotando a influência europeizante: “Este pânico urbano é característico destes cuidados, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano. Para dominar esses fenômenos médicos e políticos que inquietam tão fortemente a população das cidades, particularmente à burguesia, que medidas serão tomadas?”

Em Novembro de 1902, Rodrigues Alves, recém-eleito Presidente da República, deixa claro as diretrizes políticas que seriam seguidas nos anos seguintes: “O meu programa de governo vai ser muito simples. Vou limitar-me a duas coisas: o saneamento e melhoramento do porto do Rio de Janeiro”. Com este intuito ele nomeia, em janeiro de 1903, Pereira Passos prefeito do Distrito Federal.

Em 1903 o médico Oswaldo Cruz assume o cargo de Diretor da Saúde Pública, recebendo a atribuição de acabar com a peste e as doenças tropicais que tanto vitimizavam a população e os imigrantes. Apesar de conseguir erradicar em pouco tempo a peste e a febre amarela seus métodos foram duramente criticados pelos opositores do governo federal. Em 31 de outubro de 1904 o Congresso Nacional aprova a proposta que tornava obrigatória a vacina contra a varíola, gerando tamanha desconfiança e insatisfação que culminaram na Revolta da Vacina de 10 de Novembro de 1904. A Reação de Rodrigues Alves foi imediata, abafando a rebelião e desterrando para o Acre seus participantes. Com o fim da Revolta a vacinação é realizada e em poucos meses os cariocas livram-se da varíola, permitindo o governo a levar em frente seus propósitos.

Incentivado pelos interesses do capitalismo nacional e internacional Pereira Passos dá início, em 1904, a uma monumental reforma urbana, que tinha como pretensão objetivo modernizar a cidade, adequando-a em beleza e “salubridade” aos moldes Parisienses. Ao mesmo tempo que construía largas avenidas e grandes prédios, este processo “bota-abaixo” os cortiços e demais locais de moradia dos pobres que habitavam o centro. Em nove meses foram demolidos nada menos que 614 prédios.

Sem alternativas habitacionais e de vida esta população migrou para os morros, onde começou a construir barracos tão ou mais insalubres: “a nova fisionomia do Rio não se resumia apenas às amplas avenidas que surgiam ou nos novos edifícios, em estilo eclético, que agora embelezavam a área central. Não muito longe desses “símbolos do progresso”, uma quantidade apreciável de barracos, verdadeiras negações da modernização urbana, também haviam se incorporado à paisagem da cidade” (Abreu, 1987)

Os contrastes não tardaram a ser percebidos pela elite econômica, que passou a criticar veementemente a existência dos novos aglomerados, ainda um fato inusitado e exótico. Há que se ressaltar que, tal como hoje, as políticas públicas nem chegavam próximas aos habitantes dos morros.

Cronologicamente o 1º morro habitado do Rio de Janeiro foi o de Santo Antônio, que em 1896 foi ocupado por militares que não possuíam alojamentos suficientes em seus quartéis. Em 1897 este mesmo contexto específico leva à apropriação do Morro da Providência por tropas egressas do massacre de Canudos. Ao redor de suas residências os praças plantavam uma semente trazida da Bahia e que proliferava mesmo em condições adversas: a favela. Rapidamente, a população estabeleceu uma relação metonímica, passando a chamar o Providência de “morro da Favela”. Daí para a associação de todos os morros habitados ao termo favela foi “um pulo”.

As favelas se multiplicam: Babilônia (1907), Andaraí (1912), Vila Rica (1912), Leme (1912), São Carlos (1912), Cabritos (1915), Pasmado (1915), Catumbi (1916)... A partir da década de 20 sua expansão torna-se multidirecional e incontrolável, assim como os estereótipos e preconceitos dirigidos contra elas.

Esta associação persistirá até os dias de hoje, num processo que Perlman (1981) descreve da seguinte maneira: “o conjunto de estereótipos denominado como “mitos da marginalidade” são tão generalizados e arraigados, que constituem uma ideologia - de fato, um instrumento político - para justificar as políticas das classes dominantes, das quais dependem as próprias vidas dos migrantes e favelados”.

Começaram então a ocorrer nestes locais uma série de crimes que em nada se diferenciavam dos registrados no resto da cidade. No entanto, o preconceito originado pela escravidão e potencializado pela “reforma urbana”, chega a um patamar ainda mais elevado, associando local/crimes. Recomeçam, veiculadas pela imprensa local, as campanhas de perseguição aos pobres.

Neste contexto sócio-político-econômico, o Juiz de Menores do Rio de Janeiro, Mello Matos, cria, em 1927, o primeiro Código de Menores do Brasil. Seu aspecto ideológico fundamental consistia na moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social, sendo que para sua concretização propunha a criação de “mecanismos que protegessem a criança dos perigos e a desviassem do caminho do trabalho e da ordem” (Rizzini, 1997).

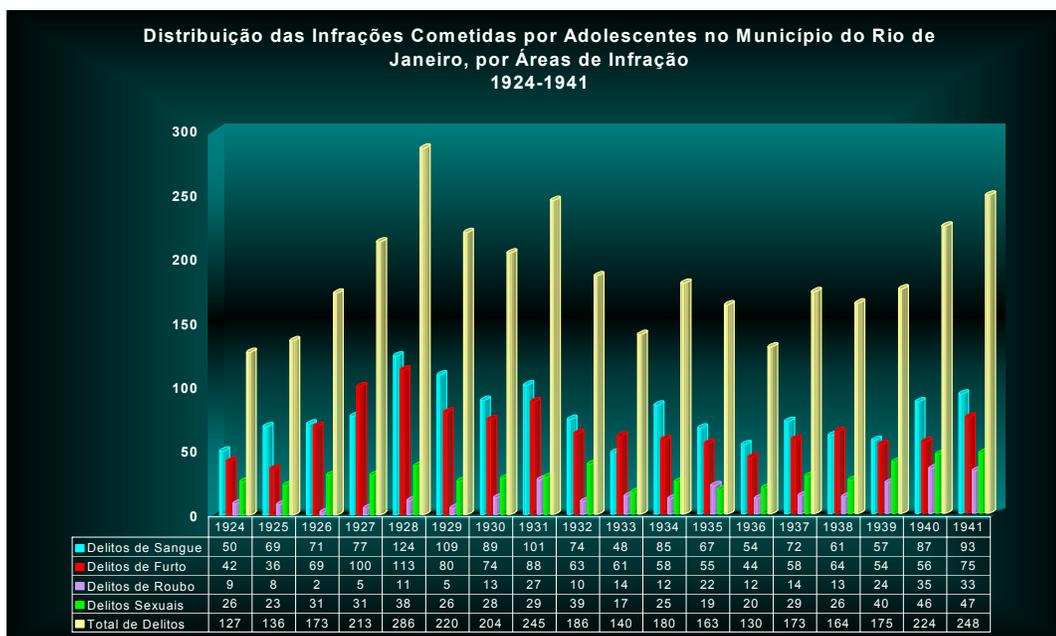
Munido deste instrumento jurídico, o Estado assume a responsabilidade pelo trabalho de assistência e proteção às crianças e adolescentes, incorporando o papel de tutor dos “*menores desvalidos*”, que por serem “*extremamente pobres*” e por consequência “*moralmente abandonados*”, são potencialmente “*perigosos*” (Gusmão, 1942). O estereótipo da população pobre, além de merecer cuidados, começa a despertar também o receio da classe dominante.

Em 1941 o então Juiz de Menores do Distrito Federal, Saul de Gusmão, envia ao Presidente da República, Getúlio Vargas, um relatório sobre as atividades de sua comarca, produzindo uma série histórica que envolve as infrações cometidas por adolescentes durante o período 1924-1941. Este pode ser considerado o primeiro documento sistematizado sobre o problema, revelando a atuação do Poder Público sob a égide do Código de Mello Matos, no qual percebe-se a nítida associação entre criminalidade e classe social. O relato a seguir exemplifica bem o grau de estigmatização ao qual estes jovens eram submetidos e o latente preconceito expresso na sua marginalização:

*“Quanto ao estado mental dos menores delinqüentes, observou-se que os menores normais aparecem com 57,2%, os sub-normais com 26,3% e os oligofrênicos (débeis, idiotas e imbecis) com 16,5% dos menores examinados... tendo-se em consideração que os menores delinqüentes de cor parda ou preta se apresentaram com 41,93% e 66,67% respectivamente para os menores varões e mulheres, torna-se esse fator, já por si só significativo, mais importante ao constataremos que a população de cor parda ou preta apresenta um nível social mais baixo, tanto do ponto de vista econômico como moral, cultural e mental”. (Gusmão, 1941)*

A prática preconceituosa e moralista, adotada pelo Juizado de Menores daquela época, chegava até mesmo a associar o gosto dos jovens por futebol e cinema com práticas ilícitas, bem como vislumbrar em apelidos como “Zé Courisco” e “Meia-Noite” uma “*conexão íntima com o crime*”.

Atendo-se às infrações cometidas por estes adolescentes, verifica-se que, no referido período, não há menção ao tráfico ou mesmo ao consumo de entorpecentes, conforme observado no gráfico a seguir:



Fonte: Relatórios do Juiz de Menores Saul de Gusmão. 1941.RJ

Os atos infracionais, na época denominados “Delitos”, eram agrupados, de acordo com os Códigos “Penal” e “Mello Matos”, em “Delitos de Sangue”: crimes contra a segurança e vida da pessoa; “Delitos de Furto”: crimes contra a propriedade pública ou particular; “Delitos de Roubo”: crimes contra a pessoa e a propriedade; “Delitos Sexuais”: crimes contra a honra e o pudor e “Delitos Diversos”: crimes que não se enquadram nos demais grupos.

Constata-se que os mais praticados pelos jovens eram os chamados “Delitos de Sangue” com 39,76% do total, seguidos pelos “Delitos de Furto” (34,09%), “Delitos Sexuais” (15,47%), “Delitos de Roubo” (7,70%) e, finalmente, os “Delitos Diversos”, com os restantes 2,98%. Cabe ressaltar que, somados, os “Delitos de Roubo” e “Furto” representavam 41,79% dos casos.

Em relação ao gênero, a maioria dos jovens infratores era do sexo masculino, compondo 89,5% dos casos contra 10,5% das adolescentes. A reincidência, registrada apenas no período de 1937 a 1941, é consideravelmente baixa, girando em torno de 9,48%.

No que concerne à educação e ao trabalho, constata-se que 18,95% era analfabeto e 67% trabalhava, sendo que as principais atividades laborativas praticadas por estes jovens

estavam relacionadas ao setor informal da economia: vender balas, entregar jornal e engraxar sapatos.

Ainda segundo os dados do Juizado de Menores, dos jovens que praticaram “Delitos” nos anos de 1940 e 1941, 43,75% auxiliavam a família na manutenção do “lar comum”, sendo que as atividades laborativas dos responsáveis por esses adolescentes eram justamente aquelas consideradas subalternas na divisão do trabalho, que auferia-lhes salários ínfimos.

Apesar da constatação da inexistência de delitos envolvendo ‘entorpecentes’, o que não significa que não houvesse a compra e venda de drogas – “o mercado de drogas (inicialmente a maconha) existe desde o início do século nas áreas de pobreza urbana do Rio” (Misse, 1999) – faz-se extremamente necessário apontar que várias das pré-condições estruturais apontadas, tanto pelos técnicos do atual Sistema Sócio-Educativo do Rio de Janeiro quanto por pesquisadores da questão das drogas, como necessárias para o aparecimento e potencialização da atração dos adolescentes pelo tráfico começavam a se consolidar ou mesmo já se faziam presentes na vida dos jovens: ociosidade; conflitos familiares; reduzida formação escolar; proximidade promíscua com os criminosos; não comprometimento da sociedade com a superação dos problemas; estigmatização da pobreza; rede estabelecida e amplamente difundida de uma atividade ilegal como o jogo do bicho (Passetti, 1997); exclusão do mercado de trabalho (Meirelles, 1998); políticas públicas voltadas para as necessidades das classes dominantes (Cruz Neto e Moreira, 1999) e o cultivo dos valores de consumo (Zaluar, 1994). Ao longo do século a interação destes eventos será responsável por desencadear um processo avolumador de vulnerabilidades, que impulsionado pela ascensão de novas relações sociais depreciativas das condições de vida, deixará estes adolescentes cada vez mais infensos ao assédio do tráfico de drogas, transformando completamente o panorama dos atos infracionais.

Estas inferências podem ser constatadas através da leitura dos Inquéritos realizados no ano de 1939 pelas Assistentes Sociais do “Laboratório de Biologia Infantil do Juizado de Menores do Distrito Federal” (Pinheiro, 1985). O trecho a seguir, transcrito do Inquérito de R.S. e A.D.G., ambos de 17 anos e detidos por estar “vendendo jogo do bicho”, exprime tais aspectos, ressaltando o vínculo daquele órgão com a doutrina de Mello Matos que, por sua vez, era baseada nas condições sociais e históricas de reorientação do padrão de acúmulo capitalista, propalando, no âmbito jurídico, um discurso fortemente moralizador.

*“O chamado jogo do bicho, verdadeira praga nacional, invadiu quase todas as camadas sociais. Joga o rico, joga o pobre, o marido e a mulher, o empregado e o patrão, o adulto e a criança. Resulta disso, que a continência, determinada pela reprovação social, não se exerce nesse caso, dada a avassaladora generalização da culpa. Isto vem justificar até certo ponto a ausência de consciência da responsabilidade do erro cometido pelo menor. Por outro lado, o menor (R.G.) declara que a necessidade de ganhar a vida e de ajudar a mãe levou-o a aceitar o emprego ilícito, por ser melhor remunerado...em linhas gerais, o processo apresenta um quadro comum em nosso meio; uma criança (A.D.G.) na época mais delicada da formação física e moral, sem a fortaleza dos entes bem formados, é atirada, pelos descuidos dos responsáveis e pela displicência com que as famílias encaram a educação dos filhos, nessa quadra perigosa, no convívio de criaturas mais velhas e pervertidas, na ociosidade da rua. (...) se esse menor que teve a desgraça de encontrar as piores companhias, que esteve, nessa idade, cêrca de um ano na Casa de Detenção e na Colônia Correccional, que sofreu a depressão desanimadora de ser apontado como ladrão, depois de tudo isso, solto e agindo por si mesmo, habitua-se ao trabalho, a contento dos patrões, e age com honestidade, mantendo uma vida de lar (...) é uma unidade social ainda aproveitável”*

Percebe-se que a criminalidade que aparece como perigosa é aquela que se manifesta como uma ruptura com a ideologia dominante, por atentar contra a propriedade privada, os “costumes” e a produtividade. O indivíduo que não se enquadra na divisão do trabalho estabelecida e não age “a contento dos patrões”, representa uma “unidade social desvalida”, ou seja, que deve ser excluída do convívio social, até que a ele se adeqüe.

Elaboradas e implantadas em tal contexto sócio-político, as “leis de proteção à infância” adotavam práticas autoritárias e reguladoras, que intervinham diretamente sobre as famílias, transferindo “crianças moralmente abandonadas” para a tutela do Estado. Ante tal legislação, a prática de atendimento às crianças e adolescentes sob o júdice da rede pública, encontra na internação em instituições educacionais, que pretensiosamente propunham a reforma do caráter juvenil, uma estratégia de transformá-los em “adultos produtivos”. No entender de Rizzini (1997), tais medidas faziam parte de um projeto de construção nacional que seguia os moldes da acumulação capitalista. Visando lograr resultados, seus defensores ameaçavam a sociedade com um futuro comprometido pelo o caso da moralidade, caso não fossem adotadas as medidas por ela preconizadas.

O Código Mello Matos consagrou as práticas de institucionalização e internação como a chave para a mudança de hábitos dos adolescentes infratores. Reforçando esta diretriz, o governo federal estabeleceu, em 1941, uma política de assistência que, pela primeira vez, possuía um caráter nacional, materializando-se na criação, por decreto, do SAM-Serviço de Assistência ao Menor. O poder público inaugurava assim um modelo de atuação que pretendia centralizar em uma única instituição a execução das políticas voltadas ao segmento infanto-juvenil.

Subordinado ao Ministério da Justiça, o SAM acoplava à perspectiva corretiva o objetivo de sistematizar e orientar os serviços de assistência aos “menores abandonados ou

delinquentes” através da criação de “escolas modelares”, dando continuidade à tradição de opressão e perda de individualidade que ainda encontra eco nos dias de hoje.

Segundo Pereira (1996), o SAM ficou marcado por seus métodos inadequados de atendimento, pela repressão institucional aos jovens e por uma estrutura sem autonomia, funcionando como um equivalente do sistema penitenciário para a população infanto-juvenil. No que concerne a seu sistema de atendimento, Costa (1995) afirma que “baseava-se em internatos para adolescentes autores de infração penal, de patronatos agrícolas e de escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados”.

Em 1945 o Governo Federal promoveu a alteração de alguns artigos do Código de 1927, tendo como ponto principal a inimputabilidade penal aos menores de 18 anos. Se por um lado procurava superar-se a mentalidade do século XIX, “expressa no primeiro Código Penal da República, que, editado em 1890, só não considerava criminosos os menores de nove anos completos (art 27 § 1º) ou aqueles que, sendo maiores de nove e menores de quatorze houvessem agido sem discernimento (art 27 § 2º)” (Melo Filho, 1999), por outro origina-se o rótulo “menores infratores”, em substituição ao anterior “menores delinquentes”.

A adequação do Código Mello Matos às aspirações das elites dominantes mostra-se tão intensa que ele perpassa longos e distintos períodos da história do País: República Velha, Governo Revolucionário de 30, Estado Novo, República Nova e Ditadura Militar, quando, em 1979, é finalmente substituído. Durante os 52 anos de sua existência o País passou por profundas transformações sócio-econômicas, visando sua inserção na moderna economia mundial e na divisão internacional do trabalho, relegando aos livros de história um País de economia essencialmente agrícola, em que a maioria da população residia e trabalhava na zona rural.

Os Governos subseqüentes à Revolução de 30 orientaram suas políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento e fortalecimento de um processo de industrialização, fixado, principalmente, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por conseguinte, a população da Zona Rural, que historicamente sempre conviveu com o desemprego e a escassez de seus direitos básicos, viu-se obrigada a vender suas terras e partir em direção à urbe, lutar por sua sobrevivência (Moreira, 1996).

O crescimento demográfico registrado no início do século assumiu proporções assombrosas, o que, mais uma vez, não foi acompanhado pela melhoria das condições de vida, salubridade e habitabilidade, redundando num processo descrito como “inchamento

populacional”. As favelas continuaram a se multiplicar, contando, no final dos anos 50, com uma população de mais de 330.000 habitantes, o que representava 10% da população do Município (IBASE, 1982).

O exemplo das condições habitacionais elucida as precárias condições de vida da maioria da população brasileira: de acordo com Vieira (1987), até o ano de 1960 poucas mudanças foram verificadas em todo o País, sendo que 79% das habitações não possuía água encanada, 61% não dispunha de instalações elétricas e 49% não chegara a obter sequer instalações sanitárias.

A década de 60 iniciou-se sob os auspícios dos “Anos Dourados”, que embalsamaram o sonho do “Celeiro do Mundo”, um País em rápido e constante desenvolvimento - “50 anos em 5” - que logo tornar-se-ia uma potência mundial, tanto em nível social quanto econômico. No âmbito político, o Rio de Janeiro perdeu o *status* de Distrito Federal para Brasília, tornando-se a “Cidade Jóia Rara”, capital do Estado da Guanabara. No entanto, o clima de euforia não tardaria a ser desmanchado.

Em 1964, com o golpe militar, surgiu um novo pacto político-social, no qual o Estado Brasileiro aprofundou o seu caráter autoritário, através da implementação da “Doutrina de Segurança Nacional”. Ao longo destes conturbados anos, o Brasil abre ainda mais sua estrutura econômica aos interesses dos monopólios internacionais, relegando as carências do mercado interno e aprofundando a relação de dependência ao capital estrangeiro.

A transição de um capitalismo competitivo para o padrão monopolista de acumulação promoveu profundas alterações no País. O Estado tornou-se o eixo político do poder burguês, o que implicou, entre outros aspectos, na “articulação de estruturas garantidoras da exclusão dos protagonistas comprometidos com projetos nacionais, populares e democráticos, operada através da Doutrina de Segurança Nacional e sob a égide da criminalização do dissenso político” (Neto, 1993).

A “questão social” passou a ser tratada através da articulação entre repressão e assistência. Os programas de cunho social, centralizados, regulados e organizados pelo Estado, adquiriram um duplo objetivo: “favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos de segurança nacional” (Iamamoto, 1995).

Enquanto isso, a propaganda governamental divulgava amplamente uma suposta distribuição de renda, que jamais chegou a se efetivar. Apesar de supostas transformações sociais, verificou-se a continuidade do processo de crescimento do número

de favelas que, em 1965, já somavam 211, contando com 11,12% da população do Rio de Janeiro. Cinco anos depois este número já seria consideravelmente maior, atingindo a 757.700 habitantes ou 18% da população total.

Por esta época os economistas/tecnocratas do governo começaram a tipificar as classes pauperizadas enquanto “população de baixa renda”, introduzindo, pela primeira vez, tal variável como um componente da definição da pobreza. Esta, por sua vez, passou a ser sinônimo da *carência* de alguns setores da sociedade em satisfazer suas necessidades. Para os “segmentos carentes” deveriam convergir os recursos destinados às políticas de caráter social (Valadares, 1991).

Estas ações foram caracterizadas por um modelo excessivamente centralizado e setorializado. De acordo com Castro (1991), a convergência de três fatores foi responsável pela ineficácia das políticas sociais implementadas: a presença de órgãos federais setoriais nos níveis local e regional, impedindo a atuação dessas esferas; a centralização político-decisória no âmbito federal e a acentuada concentração de recursos tributários na esfera administrativa da União, tornando o governo militar instância de controle absoluto na transferência de recursos para convênios.

Entre as décadas de 40 e 60, verifica-se a decadência do SAM e o fracasso completo de suas escolas modelares, “cujo caráter repressivo, embrutecedor e desumanizante é desvelado à opinião pública, que passa a conhecê-lo como ‘universidade do crime’ e ‘sucursal do inferno’ (Costa, 1995).

À falência pública do SAM, aliada ao crescimento do número de “pivetes” e “trombadinhas” (como o senso comum da época chamava os jovens em conflito com a lei) o regime ditatorial responde com a PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

Criada em 1964, ela estabeleceu uma gestão centralizadora e verticalizada, sendo que os encargos de decisão e orientação em termos de conteúdo, método e organização, eram atribuições de seu órgão nacional, a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor.

Com a criação da FUNABEM e suas ramificações estaduais, as FEBEMs, o enfoque correcional-repressivo, historicamente presente no âmbito da atenção à infância e juventude, passa a atuar paralelamente a uma prática assistencialista.

Em seu sistema de atendimento, a FUNABEM obedecia diretrizes políticas que direcionavam-na para atender ao menor carente e ao menor infrator de acordo com a lógica

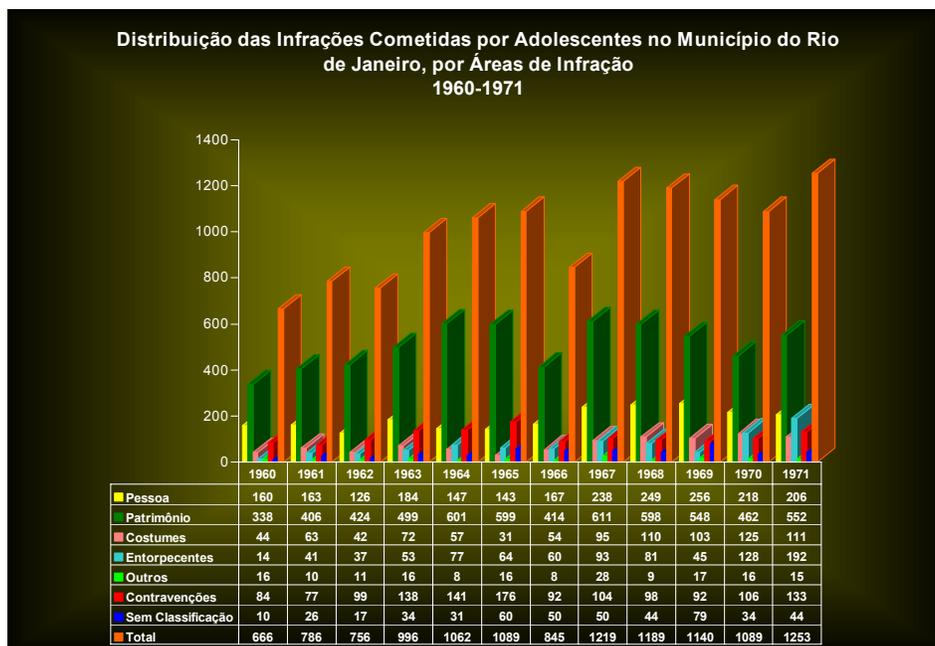
de penalização da pobreza, operada através da articulação entre criminalidade e carência. (Batista, 1998)

Cabe ressaltar que a FUNABEM, criada pelo Estado autocrático e vinculada à Doutrina de Segurança Nacional, não apresentou transformação alguma à realidade do atendimento, herdando do SAM: “péssimas condições de higiene, instalações precárias, alimentação insuficiente e muito castigo físico” (Silva, 1997)

A instituição passou a atuar como propagadora do discurso ideológico das representações negativas da juventude pobre. Seus “especialistas” sustentaram o discurso de que o adolescente oriundo de famílias proletárias seria potencialmente um infrator, transformando rapidamente suas instituições corretivas (FEBEMs) em aparelhos de reclusão de “menores infratores”. (Violante, 1989)

O processo de atendimento ao menor infrator configura-se em uma prática eminentemente policiaesca, cabendo ao segmento policial a repressão e apreensão, ao Juizado de Menores o sentenciamento para sua “reeducação” e “ressocialização”, que, por sua vez, era domínio de ação exclusivo da FUNABEM e Federações estaduais (FUNABEM, 1987). Destaca-se que no processo de cooperação entre as burocracias policiais e judiciárias não se pressupunha nenhum tipo de fiscalização, seja por instâncias governamentais ou não.

Com a política de segurança adotada pelo Estado autocrático nota-se, no Município do Rio de Janeiro, o aumento significativo da repressão aos adolescentes, conforme evidencia o gráfico a seguir:



Fonte: Arquivo do Juizado de Menores *in*: Delinquência Juvenil na Guanabara, 1973, RJ.

As “áreas de infração” na década de 60 eram delimitadas pelo Juizado de Menores da seguinte forma: Crimes contra a pessoa, anteriormente chamados “*delitos de sangue*” (homicídio e lesão corporal); Crimes contra o patrimônio, ou seja, a junção dos antigos “*delitos de furto e roubo*” ; Crimes contra os costumes (Estupro, sedução, etc.); Entorpecentes (Tráfico ou uso de entorpecentes); Outros (Falsificação de documentos, desacato a funcionário público, etc.); Contravenções (porte de arma; direção sem habilitação, etc.) e Infrações sem classificação (sem artigo).

De acordo com os dados apresentados, percebe-se uma tendência crescente no total das infrações cometidas por adolescentes, apresentando uma queda considerável apenas no ano de 1966. A “*área patrimônio*” (roubo e furto) continua sendo a de maior incidência, seguida pelos crimes contra a pessoa.

No entanto, o dado mais significativo é, sem dúvida, o surgimento e a tendência ascendente da “*área de entorpecentes*”, que apresenta a mais substantiva modificação relativa durante o período de 1960 – 1971, crescendo de 2% para 15, 3%.

O adolescente infrator da década de 60 tinha, em média, 17 anos, sendo que 21% era analfabeto, 30,4% possuía o primário incompleto e 43,5% trabalhava.

No entanto, os jovens agrupados na “*área de entorpecentes*” contrariavam sensivelmente esta tendência, possuindo o menor índice de analfabetos (6,5%), sendo que 22,6% possuía segundo grau incompleto, além de apresentar a maior incidência de jovens

que “só estudavam”. O número de reincidentes, que é de 10,7% em relação ao total dos adolescentes, também tem uma variação significativa na “*área de entorpecentes*”, chegando a 12,9% dos casos.

Esta presença de jovens com nível escolar relativamente mais alto na “*área de entorpecentes*” está, provavelmente, relacionada ao consumo de drogas. Tal situação, que será alterada na década de 90, pode ser, em parte, explicada pela presença de jovens de classe média nos movimentos da chamada “*contracultura*” e pela repressão do regime ditatorial aos “perigosos jovens *Hippies*” que atentavam contra a moral e os bons costumes tão vinculados na época:

*“Não se pode hoje falar na juventude, sem abordar o fenômeno “hippy”, que avassalou o mundo, contaminado considerável parcela da mocidade... em essência o hippy é um antiintelectual, que de tudo duvida e suspeita. Revoltado contra o sistema educacional que se lhe que impor, abandona os estudos, em busca de um mundo melhor, e recusa-se a aceitar toda e qualquer forma de hierarquia ou de disciplina... Prega o altruísmo, a honestidade, a bondade, a pureza, as virtudes e sobretudo o amor. Místico e sonhador, escolheu a flor como símbolo de um novo poder. Contudo, na realidade, mostra-se egoísta, materialista, perverso, inafetivo, violento e subversivo. Recorre às drogas, de que faz uso habitual, de preferência à maconha, às anfetaminas e ao ácido lisérgico (L.S.D.), como meio de alcançar a chamada filosofia psicodélica... sob a ação das substâncias alucinógenas os “hippies” empreenderiam uma “viagem”, para longe do “mundo-cão”, do seio de uma sociedade “porca”, onde a concorrência vital seria odiosa, os costumes arcaicos e a moral obsoleta, em completa discordância com a natureza humana... para levar avante seus intuítos, reúnem-se eles em grupos, bandos ou clubes, promovendo esporadicamente aglomerações-monstros... quase todos embriagados ou drogados, tocam músicas dos seus autores prediletos, dançam e entregam-se a uma orgia desenfreada, com absoluto desprezo pela moral, pela decência e pelo respeito à dignidade humana, com o agravante de estarem, entre eles, muitas crianças” (Pacheco e Silva, 1966)*

As discussões em torno da questão do movimento *hippie* e se ele pretendia ou não transformar o uso de psicotrópicos em sinal de rebeldia contra o sistema são intermináveis. Entretanto, é inegável que o *establishment* traçou estratégias perspicazes para obter lucro com a apropriação seletiva de alguns de seus costumes considerados rentáveis e “inofensivos”, a exemplo da moda. Esvaziados de seu conteúdo ideológico eles perdem, no decorrer dos anos, o pressuposto valor cultural e caráter contestatário, passando a configurar-se apenas como mais um baluarte da sociedade de consumo.

No bojo da política de segurança nacional e diante do crescimento do mercado das drogas foi regulamentada, em 1971, a lei nº 5726 – Lei de Entorpecentes - que tinha suas diretrizes básicas traçadas pela União em conjunto com os organismos internacionais de combate ao tráfico. Esta lei representava o posicionamento do regime perante o “novo inimigo” através da planificação da política anti-drogas. O combate ao tráfico passou a ser de responsabilidade exclusiva da União, não podendo existir nenhuma outra iniciativa local desvinculada das linhas traçadas pelo poder central.

A partir da segunda metade da década de 70 o governo militar passou a enfrentar o início de um processo de esgotamento progressivo devido à derrocada do chamado “milagre econômico”. Inscrito num contexto de crise internacional do capitalismo, este processo conduziu o País a um período de estagnação econômica e ao reaparecimento, no cenário político, dos movimentos sociais urbanos, inicialmente circunscritos ao âmbito da produção (de caráter sindical), das minorias étnicas e, principalmente, dos vinculados ao local de moradia das classes populares (Almeida, 1992).

Este processo marca o momento derradeiro do poder fardado, que, no entanto, não correspondeu à imediata emergência de um regime político democrático, mas tão somente “à incapacidade da ditadura em reproduzir-se como tal” (Neto, 1993).

Na década de 80, o tão aguardado “processo de democratização”, que inauguraria um período de justiça social, restringiu-se à reabertura de espaços sociais e políticos, como se o regime ditatorial representasse apenas uma forma específica da articulação entre o poder monopolista financeiro em torno das forças armadas e policiais. As instituições autoritárias, entretanto, ultrapassaram a natureza autoritária do Estado Militar (Sader, 1987).

Neste contexto, emergiu o debate acerca da *descentralização e reforma do Estado*, fortemente influenciado por organismos internacionais (a exemplo do Banco Mundial e OMS) que creditam à expansão do gasto público o fraco desempenho econômico do País e a aceleração inflacionária, recomendando políticas recessivas de ajuste monetário e propostas de descentralização associadas à privatização (Castro, 1991).

No plano interno, as propostas de descentralização encontram ressonância nos movimentos populares, que expressavam sua necessidade pelo acesso aos meios de ação política mais diretos e imediatos, que lhes permitisse uma efetiva expressão. Opunham-se a algumas conseqüências da centralização e buscavam uma participação, na arena do debate político, na determinação da qualidade de vida.

Toda essa movimentação refletiu-se no campo das Políticas Sociais e, mais especificamente, no reconhecimento da inadequação e ineficácia do padrão de atendimento imposto pela FUNABEM às crianças e jovens em “situação irregular”, operada através do ciclo apreensão/triagem/rotulação/deportação/confinamento. Participam desta iniciativa não apenas a opinião pública, mas também o próprio corpo técnico e decisório daquele órgão.

O reconhecimento da PNBEM enquanto um instrumento estatal de controle da sociedade aponta para uma tentativa de adequação da FUNABEM às novas demandas. A

instituição passou a preocupar-se com o atendimento aos adolescentes em suas próprias comunidades. Para tanto foi elaborado o PLIMEC - Plano de Integração Menor-Comunidade, que pretendia atuar com os jovens através de “Núcleos Preventivos”.

Entretanto, a padronização e verticalização do PLIMEC, bem como o adensamento do viés coercitivo-repressivo da FUNABEM e congêneres (na medida em que passam a atender, majoritariamente, aos adolescentes em conflito com a Lei), suscitaram avaliações que levariam, na década seguinte, não apenas ao fracasso deste Plano, mas também a mudanças nas concepções e práticas orientadas pela PNBEM.

A atenção da sociedade civil em torno das questões que envolvem o segmento infanto-juvenil, intensificou-se a partir de meados da década de 80, face à complexidade da então chamada “questão do menor”. A atuação voltada para os jovens em conflito com a Lei foi sendo gradualmente resgatada para a esfera das políticas sociais sem, no entanto, enfrentar-se diretamente o caráter coercitivo da PNBEM, os obstáculos impostos pelos órgãos policiais e judiciários, e os problemas estruturais da sociedade que se aguçavam.

Nesta mesma década, registrou-se, no âmbito econômico, um modesto crescimento da renda nacional, que ocorreu paralelamente à sua desigual distribuição. Intensificaram-se os desníveis entre as camadas sociais mais extremas, num processo que elevou o número de despossuídos e concentrou nas mãos dos mais ricos um grande volume de capital.

Dados do IBGE (1995) comprovam o acirramento das desigualdades em relação à distribuição de renda na referida década: os 50% mais pobres da população que detinham, em 1981, 13,4% da renda, tiveram, em 1989, sua participação reduzida para 10,4%. Ocorre assim, como afirma Souza (1994), a “socialização da miséria para mais da metade da população brasileira.”

Os efeitos desta desigualdade atingiram em cheio os jovens das camadas sociais pauperizadas. Em 1983, no auge da crise econômica brasileira, nada menos que 63,4% do total das crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos viviam em famílias pobres, com renda familiar *per capita* até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (IBGE-1995).

Tal fato contribuiu para a inserção precoce e crescente dos jovens no mercado formal e informal de trabalho. Segundo Ribeiro *et al* (1995) quanto mais pobres as crianças e adolescentes, maior o volume de suas atividades, prejudicando sobremaneira o processo de escolarização dos mesmos. As taxas de inserção na Rede de Ensino caíram abruptamente de 83,1% na faixa etária de 10 a 14 anos para 55,2%. Concomitantemente, foi nesta idade

que verificou-se um importante aumento na participação destes jovens no mercado de trabalho, com índices que elevam-se de 18,2% para 50,5%.

A situação do Rio de Janeiro tornou-se ainda mais crítica que a média nacional. A proporção de pobres e indigentes na área metropolitana no período 1981-1990 foi a que mais cresceu dentre todas as metrópoles brasileiras. Ao final da década, nada menos que 3,2 milhões de pessoas (33% da população) viviam em situação de pobreza ou de miséria. (IPPUR/UFRJ-1995).

Segundo Oliveira (1993), o empobrecimento crescente do Rio de Janeiro pode ser explicado pelos efeitos combinados da crise recessiva e da perda progressiva de seu papel econômico. Os setores industriais entraram em decadência, causando uma dependência cada vez maior do setor terciário, no qual prevalecem o comércio e serviços de baixa produtividade e alto grau de informalidade.

Não por acaso este contexto Sócio-Econômico suscitou um incremento no número de infrações cometidas por adolescentes no Município, já então capital do Estado do Rio de Janeiro. No ano de 1986, as estatísticas da 2ª Vara da Infância e Juventude registraram uma taxa de 63,19 infrações por 100 mil habitantes, o que representa quase o dobro da média histórica, que girava em torno de 33 infrações. Em relação às infrações cometidas, a “área patrimônio” (furto e roubo) permaneceu como a de maior incidência entre os jovens, com 43,8 casos por 100 mil habitantes, enquanto a “área de entorpecentes” apresenta 7,17/100 mil habitantes.

Nesta época a legislação vigente já era o Código de Menores. Criado em 1979 ele passou a considerar em “situação irregular” os jovens abandonados e em conflito com a lei, representando, segundo Pereira (1996), um instrumento de controle social da infância e do adolescente vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.

É neste contexto que os grandes veículos de comunicação de massa, em um esquema de manipulação político-ideológica da criminalidade das classes pauperizadas, voltam a influenciar a opinião da sociedade, colocando em primeiro plano o problema do perigo do afrouxamento da segurança pública. Torna-se cada vez mais “automática” a idéia de segurança através da destinação de recursos aos órgãos policiais.

O “inimigo público”, outrora “externo”, representado pela ameaça comunista, passa a ser “interno”, prefigurado pela violência urbana, personificada principalmente pela figura do indivíduo pobre e não-branco.

A associação ideológica entre pobreza e criminalidade, que já existia de longa data, é reforçada na medida em que suas vítimas deixam de ser somente os moradores das “áreas perigosas” e passam a afrontar os corpos e a segurança da rotina da classe média e da elite (Misse, 1997). A percepção corrente era de que o acirramento das desigualdades sociais desencadeara um surto de violência por parte das classe menos favorecidas.

Criam-se, então, instrumentos de disseminação da violência como forma de regulação entre classes sociais: os pobres seriam algozes e os ricos vítimas. Para os jovens pobres restam os cada vez mais escassos investimentos na área social, um verdadeiro prêmio de consolação.

É importante frisar, no entanto, que o aumento da criminalidade não pode ser vinculado diretamente ao aumento da pobreza. Uma análise mais atenta dos fatos revela que, ao contrário do que era alardeado, a camada da população que mais sofria com o aumento da criminalidade era justamente a menos favorecida, principalmente crianças e adolescentes. Segundo Yunes & Rajs (1991), entre 1979 e 1986 as taxas de mortalidade por causas violentas, dentre as quais destacam-se os homicídios, cresceram 46% na faixa entre adolescentes dos 15 ao 19 anos.

De acordo com estudo do CLAVES (1991), no Brasil foram assassinados, em 1985, 3.180 jovens até 19 anos: “a vítima preferencial desse quadro de violência é o jovem não-branco, pobre, sexo masculino, idade média 15-18 anos, residente nas periferias ou favelas urbanas, assassinado, geralmente por projétil de arma de fogo e denominado ‘marginal’ nos registros policiais”. Atendo-se ao Rio de Janeiro, foram registrados 994 mortes por homicídios em 1984, 1.122 em 1985 e 1.182 em 1986 para os menores de 18 anos. Entretanto, nestes mesmos anos, os índices de homicídio registrados na 2ª Vara da Infância e Juventude são dos mais baixos: 0,64 por 100.000 habitantes em 1984, 0,71 em 1985 e 0,56 em 1986.

Estes jovens estigmatizados como “marginais”, devido unicamente a sua condição econômica e social, têm um caminho praticamente definido dentro da sociedade, caindo numa rotina de desamparo, humilhações e necessidade de sobrevivência que muitas vezes os empurra para o caminho do ato infracional. O Estado, ao invés de garantir suas condições mínimas de desenvolvimento, oferece-lhes o tratamento de marginais adultos, que “de delegacia em delegacia terminam nas mãos dos policiais, justiceiros e psicopatas, prontos a fazer justiça por conta e risco” (CLAVES, 1991)

O processo de transição da ditadura que cede lugar a uma situação política mais democrática conta com uma ampla mobilização de setores organizados, encerrando-a a partir de personagens e acontecimentos muito específicos – parlamentares, partidos, “Campanha das Diretas Já” - além da organização da Sociedade Civil em torno dos movimentos sociais. Este processo tem como desencadeamento principal a formulação e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Conforme explicitado por Castro (1991), a nova Carta definia não apenas a consagração de direitos sociais como também indicava para a descentralização, tão discutida no plano interno e externo, conferindo aos municípios plena autonomia e dotando-os de uma obrigação específica: a de fazer política social, garantindo a participação da sociedade local.

Importante resgatar que é no contexto sócio-político da redemocratização que tem início o amadurecimento das condições que tornam possível o esforço de diversos segmentos da sociedade em influir no processo Constituinte, visando assegurar os direitos de crianças e adolescentes, desembocando em campanhas de âmbito nacional.

As entidades da sociedade civil elaboraram, em 1987, a Emenda Popular “Criança - Prioridade Nacional” que tinha o objetivo de ser apresentada à Assembléia Nacional Constituinte (Santos, 1992). A partir desta articulação foi criado, no primeiro semestre de 1988, o Fórum DCA- Fórum Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com objetivo de garantir a inclusão da Emenda na Constituição.

Além da mobilização interna, as pressões internacionais convergiram para a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal. A influência destes organismos internacionais se fez presente não apenas pelo apoio da UNICEF aos movimentos vinculados à questão da infância e juventude, mas também no que diz respeito à participação do Brasil enquanto “Estado Parte” na “Convenção da ONU Sobre os Direitos da Criança e do Adolescente”. Apesar de aprovada pela Assembléia das Nações Unidas em 1989, seus preceitos já eram reconhecidos no País desde a elaboração da Carta Constitucional, confluindo para a fundamentação dos preceitos legais que resultaram o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente (Veronese, 1997).

Com a promulgação do ECA, em 1990, a “doutrina de situação irregular” presente no Código de Menores, cede lugar à “doutrina de proteção integral”, que visa garantir os direitos básicos a crianças e adolescentes independente de sua raça ou classe social. Sob

esta nova base, o ECA foi elaborado segundo os princípios da descentralização e participação, reordenando as formas de atuação junto ao segmento infanto-juvenil.

A partir destes princípios estruturantes, o Estatuto estabelece a municipalização das ações, bem como assegura a participação da sociedade civil organizada a partir da criação de Conselhos de Direito e Tutelares na formulação das políticas voltadas para este segmento populacional. As antigas FUNABEM/PNBEM são substituídas pelo **CONANDA-Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, ao qual cabe a “função de traçar normas gerais e coordenar a política no âmbito nacional, de maneira interativa com os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos” (Silva, 1997).

No entanto, os exaltados princípios de cidadania presentes no ECA encontram resistência e limitações diante da estrutura social brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais e pela vinculação entre pobreza/criminalidade defendida por instituições consagradas por sua tradição e poder.

O Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma nítida e vigorosa conquista da sociedade civil organizada sobre os setores arcaico-repressores das elites brasileiras que, apesar de habitarem e locupletarem-se do poder público, viram-se obrigados, ante a (re)instauração democrática e o sentimento libertário existente no fim da década de 80, a recuar estrategicamente de suas posições.

Nesta batalha política, que parece longe de terminar, não está em discussão a mera substituição de tratados legislativos (que no processo histórico-político do País repete-se a cada novo mandato presidencial), mas a superação de uma visão repressora, baseada na Lei de Segurança Nacional (Volpi, 1997), que encara crianças e adolescentes como “menores portadores de carência” (Meirelles, 1998), que devem ser supridas pelo Estado através das instituições correcionais e de internação, por uma concepção mais democrática, na qual são encarados como cidadãos dotados de direitos e deveres, ressaltando-se suas condições específicas de aprendizado e desenvolvimento. A partir desta diretriz, Estado, Sociedade e família, em suas diferentes áreas de atuação e responsabilidades, têm o dever de priorizar a efetivação destes direitos através da política de atenção/proteção integral ao segmento infanto-juvenil.

No que se refere especificamente aos adolescentes em conflito com a lei, a nova legislação garante o direito à ampla defesa por profissional habilitado e estabelece limites aos poderes do judiciário, a partir da participação de órgãos governamentais (Ministério Público) e não governamentais no processo judicial. Desta forma, a apreensão de crianças e

adolescentes só pode ocorrer quando há um flagrante de infração penal ou ordem judicial expressa e fundamentada (ECA, art.106), visando pôr fim às arbitrariedades – no âmbito policial e judiciário – presentes na vigência dos antigos Código Mello Matos e Código de Menores.

Para os adolescentes autores de ato infracional, o ECA institui as “medidas sócio-educativas” (art. 112), que, além de priorizar o caráter pedagógico no seu atendimento, asseguram a participação da Sociedade Civil Organizada também na sua operacionalização.

No Estado do Rio de Janeiro, foi criado, em 1991, no âmbito da Sociedade Civil Organizada, o Conselho Estadual das Crianças e Adolescentes no Rio de Janeiro – CEDCA. No âmbito governamental, responsável pelo controle das ações na área do atendimento ao jovem infrator, foi criado, em 1993, o **DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas**, vinculado à Secretaria da Justiça e Interior e responsável pela execução da política de Atendimento aos adolescentes em conflito com a lei (Silva, 1997).

Apesar da priorização dos aspectos educativos na caracterização das medidas sócio-educativas e da garantia da participação da sociedade civil organizada na sua operacionalização, o atendimento direcionado aos adolescentes autores de ato infracional permaneceu enviesado por práticas orientadas pelo binômio coerção/repressão, tanto no âmbito do judiciário (no momento do sentenciamento dos adolescentes), quanto na atuação direta aos adolescentes que ingressam no Sistema Sócio Educativo.

A despeito dos avanços conquistados e plasmados em um instrumento jurídico, a doutrina da situação irregular - fruto de quase um século de legislações e propostas de políticas de caráter extremamente centralizadoras e autoritárias, através das quais foram operadas práticas eminentemente repressivas - ainda encontra ressonância no discurso ideológico das classes dominantes.

Tal aspecto não deve ser considerado enquanto mais um fracasso nesta área, como determinados setores reacionários da sociedade pretendem afirmar. Há de se levar em conta, acima de tudo, que a implantação de uma cultura democrática sob os preceitos da descentralização do Estado e da participação da sociedade civil, está visceralmente inscrita em um processo histórico, iniciado no primeira metade da década de 80 e que ainda se encontra longe de terminar. Afinal, são 90 anos de orientações legais para a repressão, arbitrarismo, criminalização e confinamento, de crianças e adolescentes, contra apenas 9 de comprometimento, participação social e de seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito.

Considerando a participação de crianças e adolescentes em atividades infracionais, alguns críticos apontam sua desaprovação ao ECA. Estabelecendo uma argumentação desprovida de uma visão mais apurada da dimensão sócio-cultural e econômica do país, alegam que o Estatuto protege os direitos de “bandidos” e relega os das “pessoas honestas”, clamam pela redução da imputabilidade penal e deliram com a pura e simples transposição dos preceitos deontológicos do Direito anglo-americano, que permite levar ao banco dos réus todo aquele que ao cometer um ato ilícito reúna condições psicobiológicas de compreender seus efeitos, independente da idade.

Se é verdade que as pessoas e entidades das quais partem tais agressões conjugam um certo saudosismo dos tempos de exceção/repressão, com uma grande preocupação pela manutenção de seu *status* e condição política, também é um fato concreto que esta visão propositadamente deturpada espalha-se rapidamente (tendo como principal instrumento a *mídia*) pela sociedade, gerando e aprofundando um ambiente de confusão e mal-estar.

O Editorial do Jornal do Brasil de 05/08/1997 deixa bem claro o tipo de pressão existente:

*“...em seis anos de vigência o Estatuto beneficiou apenas criminosos, garantindo-lhes impunidade. Não resiste a análise atenta. É uma lei que nada tem a ver com 5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos (sic) fora das salas de aula... o primeiro artigo do Estatuto é quase uma ironia... o Estatuto até agora não protegeu o abandonado, não assegurou a entrada em nova vida para aquele que se acostumou a ter uma arma nas mãos, nem protegeu os cidadãos comuns, que ficaram expostos a mais um perigo. Depois do Estatuto ficou mais difícil deter e punir menores infratores... trata-se de legislação barroca...”*

O retrato psicopatológico do adolescente infrator, do criminoso nato, presente nas primeiras décadas deste século, cede lugar a uma nova conceitualização social desse criminoso que “não tem jeito”, nascido na pobreza, destituído de moralidade e reincidente no crime mediante uma carreira de violência, crimes e prisões (Zaluar, 1994).

O ECA é contemporâneo do agravamento máximo da crise sócio-econômica brasileira: o País ingressa na década de 90 com um contingente de 14,8 milhões de famílias em condições de pobreza (com rendimentos *per capita* inferior a meio salário mínimo); 45 milhões de crianças e adolescentes em condições subumanas; 25 milhões vivem em situação de alto risco; 15 milhões sofrem de desnutrição crônica e 10 milhões são obrigados a ingressar no trabalho precoce. De acordo com Oliveira (1993), esta situação é especialmente grave, pois não se restringe somente à insuficiência de renda, sendo ainda mais acentuada pela ausência de infra-estrutura social, cuja oferta é essencial para garantir condições mínimas de vida em ambientes de alta densidade demográfica.

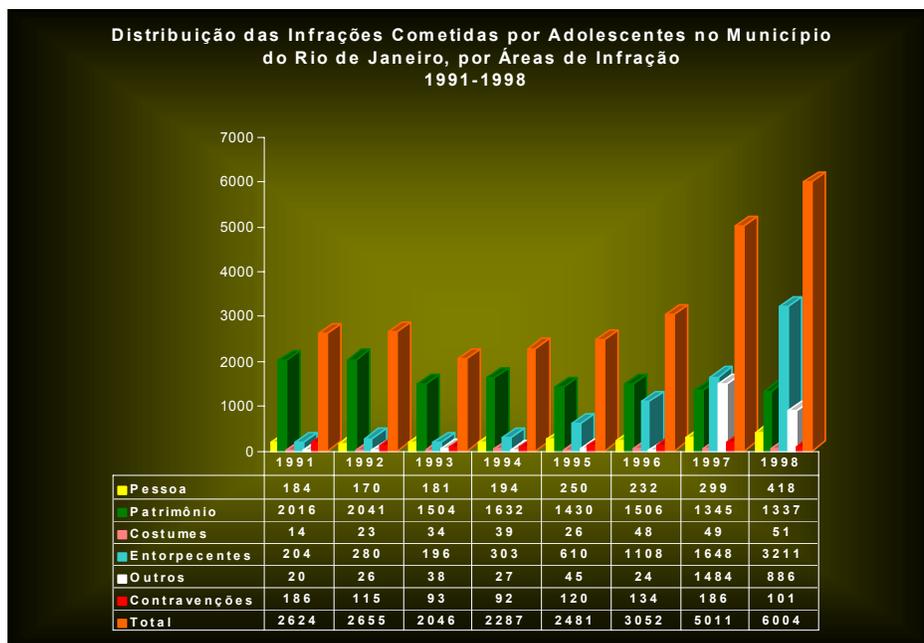
Este quadro se evidencia na região metropolitana do Rio de Janeiro onde houve uma deteriorização do mercado de trabalho além do crescimento do desemprego. Tal cenário é ainda mais grave nas comunidades de baixa renda. Dados do IBGE (1995) demonstram que a taxa de desemprego nessas comunidades é significativamente mais alta que no total da região metropolitana, ficando em torno de 16%.

Segundo pesquisa sócio-econômica realizada pela Secretaria Municipal de Trabalho do Rio de Janeiro, a inserção no mercado de trabalho desta camada da população está associada em boa parte à baixa escolaridade. O índice de residentes nessas comunidades sem instrução é bastante elevado, chegando a 17,3% da população com 10 anos ou mais na comunidade com maior taxa de desemprego. As altas taxas de desemprego assinaladas durante a década de 90, apesar de atingirem toda população, são mais acentuadas entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. A taxa média de desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos, que era de 8,0% em 1991, sobe para 11,6% em 1998, a maior alta da década.

Em relação às drogas começam a aparecer as campanhas de “lei e ordem” que as apontam como inimiga interna. Os representantes políticos reforçam a cada dia o seu discurso, visando demonstrar que a droga representa uma ameaça à ordem estabelecida. O discurso hegemônico leva a crer que a Favela é o “*locus*” da droga e o “marginal” que habita seus casebres e vielas o seu disseminador na sociedade. Tal visão dá respaldo a uma série de arbitrariedades impostas à população de baixa renda, como a invasão de suas comunidades e moradias pela polícia e exército.

O combate ao tráfico de drogas por parte das autoridades competentes é, então, concentrado nos pontos de venda em comunidades carentes, dissimulando a lucrativa penetração do capital oriundo do tráfico no mercado financeiro internacional e a crescente demanda por drogas nos diferentes segmentos sociais. É neste sentido que enquanto jovens de classes subalternas que vendem drogas são estigmatizados como problemáticos, anti-sociais e violentos, aos quais deve-se aplicar rigorosamente a lei, os adolescentes de classe média alta, consumidores de drogas são vistos como jovens em busca de diversão que, quando exageram, devem receber tratamento médico e psiquiátrico.

A inserção de jovens na estrutura do tráfico no Município do Rio de Janeiro, que começa a se evidenciar nas estatísticas do Juizado de Menores a partir da década de 60, alcança marcas alarmantes no final da década de 90, como percebe-se no gráfico a seguir:



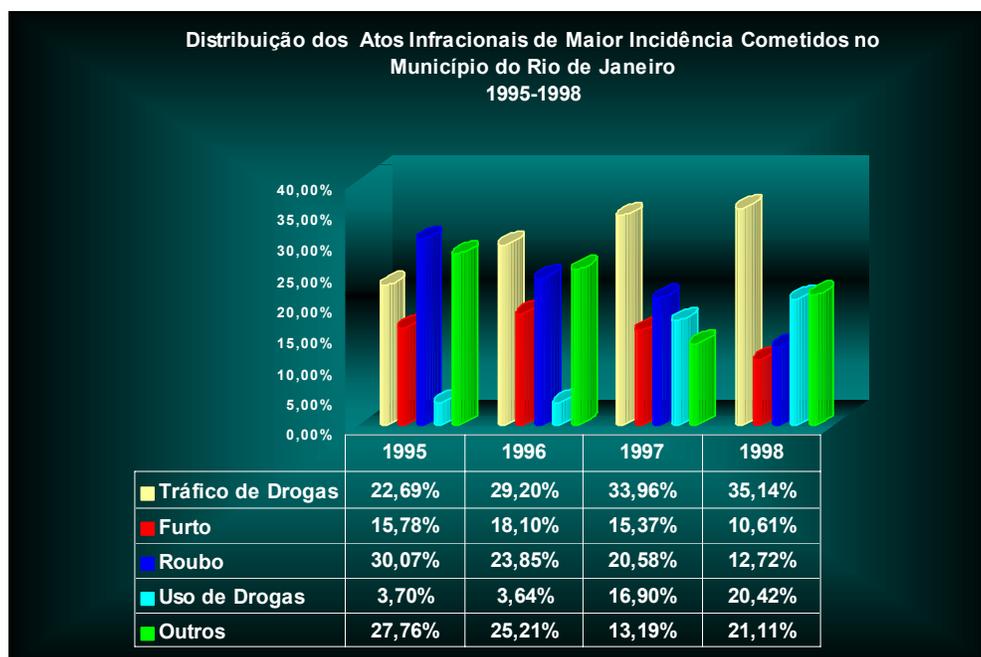
Fonte: Relatório Anual de Atividades da Segunda Vara da Infância e da Adolescência. RJ. 199

A “área patrimônio”, que desde a década de 20 possuía a maior incidência entre os jovens infratores, cede o posto, a partir de 1997, para a “área de entorpecentes” que contabiliza 1.648 (32,88%) casos. Os atos infracionais registrados em 1997 foram cometidos em 81,74% dos casos por jovens entre 15 e 17 anos, sendo que 50,18% eram reincidentes e 39,76% analfabetos. O nível de instrução dos demais não ultrapassa, na maioria dos casos, a 5ª série do 1º grau .

Em 1998 a “área entorpecentes” registra seu ápice nas estatísticas, chegando a 3.211 casos, ou seja, 53,48% dos atos infracionais contabilizados pela 2ª Vara da Infância e da Adolescência.

Os jovens registrados em 1998 tinham, em 75,3% dos casos, entre 15 e 17 anos, sendo que 50,52% não estavam freqüentando o sistema educacional e a reincidência atingiu 50,30% dos casos.

Apesar deste aumento na “área de entorpecentes” atingir o cume das estatísticas apenas em 1997, a sub-área “tráfico de drogas” alcança, segundo a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, a 1ª colocação entre os atos infracionais já em 1996:



Fonte: Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente 1999

Verifica-se que, em 1995, o tráfico de drogas supera a infração “furto” e em 1996 ultrapassa a infração “roubo”, contabilizando 29,2% dos atos infracionais registrados. A tendência crescente do tráfico de drogas é confirmada em 1998, quando atinge 35,14% dos casos.

Apesar de não poder ser apontada como a única causa desses altos índices, a situação de pobreza, desigualdade e exclusão que se agrava na década de 80, favorece sobremaneira seu desenvolvimento, como aponta Minayo (1991) referindo-se aos adolescentes desprivilegiados do sistema econômico:

*“São estes ‘menores’ que possuem uma limitada possibilidade de usufruir dos bens sociais, culturais e econômicos e que vivem na pele a face repressiva do Estado, desde seu nascimento. São estas crianças, oriundas das famílias abandonadas, que lutam em meio a sociedade onde os direitos humanos e civis ainda são apenas um sonho, enquanto recebem propostas vantajosas, de lucro fácil, especialmente dos grupos do narcotráfico”.*

Deste quadro de deterioração social surgem novas formas de organização do trabalho e inserção no mercado, que vêm ganhando expressão nas grandes metrópoles. O caso mais estarrecedor é a arregimentação de crianças e adolescentes pela estrutura organizacional do tráfico de drogas. Ao analisar o processo de acumulação social da violência no Rio de Janeiro Misse (1999) produz uma elucidativa distinção entre mercados

informais e ilícitos, enquadrando em sua argumentação o tráfico de drogas como sendo, atualmente, o mercado ilícito mais importante:

“O que distinguiria um mercado <formal> de um mercado <informal> seria, em geral, a sua maior ou menor participação num conjunto de regulamentações estatais. No entanto a lógica econômica do mercado produz relações complexas (e muitas vezes contraditórias) com essas regulamentações legais. Entre essas regulamentações está a das mercadorias cuja oferta (E, em alguns casos, consumo) é criminalizada, isto é, passível de ser enquadrada legalmente como delito ou crime. O mercado criminalizado é assim duplamente informal: ele é necessariamente um mercado informal de trabalho, porque a criminalização das mercadorias que ele produz ou vende o alivia da possibilidade de qualquer regulamentação formal das relações de trabalho e das obrigações tributárias, além de ser um mercado de circulação de mercadorias ilícitas, cuja atividade é, em si mesmo, criminalizada.

A designação criminal de um certo tipo de mercadoria depende do seu significado contextual para a ordem pública, para a reação moral da sociedade e por suas possíveis (ou imaginárias) afinidades com outras mercadorias e práticas criminalizadas...

A droga é apenas uma das mercadorias criminalizadas, que por sua alta taxa de lucro nos últimos anos, tem atraído maior número de agentes para sua oferta”

Jogando habilmente com as vulnerabilidade, sonhos e frustrações dos adolescentes, o tráfico de drogas os envolve em uma intrincada, efêmera e perigosa rede que os coloca *vis a vis* com o vício, dinheiro, emoção (“adrenalina” em seu linguajar), morte, sexo, preconceito e *status*.

Constituindo-se em uma lucrativa atividade econômica, de escala eminentemente internacional, o tráfico utiliza-se do Brasil enquanto rota de transporte pela qual as drogas são conduzidas para os EUA e Europa. De acordo com Procópio (1999) tal fato deve-se “ao grande número de excluídos na sociedade, à pobreza e ao alto nível de desemprego e subemprego que cercam ilhas sociais com altíssimo poder de consumo; à vizinhança com os principais centros produtores de cocaína; existência de infra-estrutura de transportes e de comunicações; corrupção generalizada; sistema judiciário que funciona mal e sistema financeiro que absorve dinheiro sem mecanismos de controle eficazes”.

Conforme descreve Souza (1994) “é uma atividade multiescalar por excelência, manifestando-se sob a forma tanto de uma rede internacional do crime organizado quanto de uma favela controlada por uma determinada quadrilha ou organização. Neste trânsito, uma das “paradas” principais é o Município do Rio de Janeiro, para onde afluí enorme volume de drogas, sendo uma parcela utilizada para abastecer o mercado interno, enquanto a maior parte segue pelos “corredores de exportação”. O mapa a seguir mostra as rotas do tráfico no Brasil:



Fonte: Jornal do Brasil, 18/06/91 in: *Arbex JR*, 1993

Há de se ter claro que neste périplo as atividades desenvolvidas pelo tráfico distinguem-se de cidade para cidade, pois em cada uma cumpre-se uma etapa determinada do ciclo exportador, para a qual leva-se em conta o potencial do mercado consumidor interno e suas características sócio-econômicas. Por isso não é possível fazer uma análise generalizadora, que postule que o tráfico atue de uma mesma forma no Rio de Janeiro, Corumbá e/ou São Paulo.

O tráfico de drogas representa hoje, no Município do Rio de Janeiro, um verdadeiro “mercado de trabalho” ilícito, que movimenta imensa quantidade de dinheiro, levando jovens sem perspectiva de ascensão social e melhoria das condições de vida a arriscar suas vidas para defender o ponto de venda da droga, anunciar a chegada da polícia e/ou vender a mercadoria. Em troca vislumbram a possibilidade de ter acesso aos bens de consumo tão exaltados pela mídia, além da manutenção da sobrevivência, mesmo estando expostos ao alto risco do confronto armado (com a polícia ou com outros traficantes) e a possibilidade, bastante plausível, de uma morte prematura.

O maior símbolo de toda esta cadeia é justamente o elemento responsável por causar os mais sérios danos e agravos à população e a eles próprios: as armas. De diversos calibres, procedências e potencial destrutivo, estes verdadeiros símbolos de poder

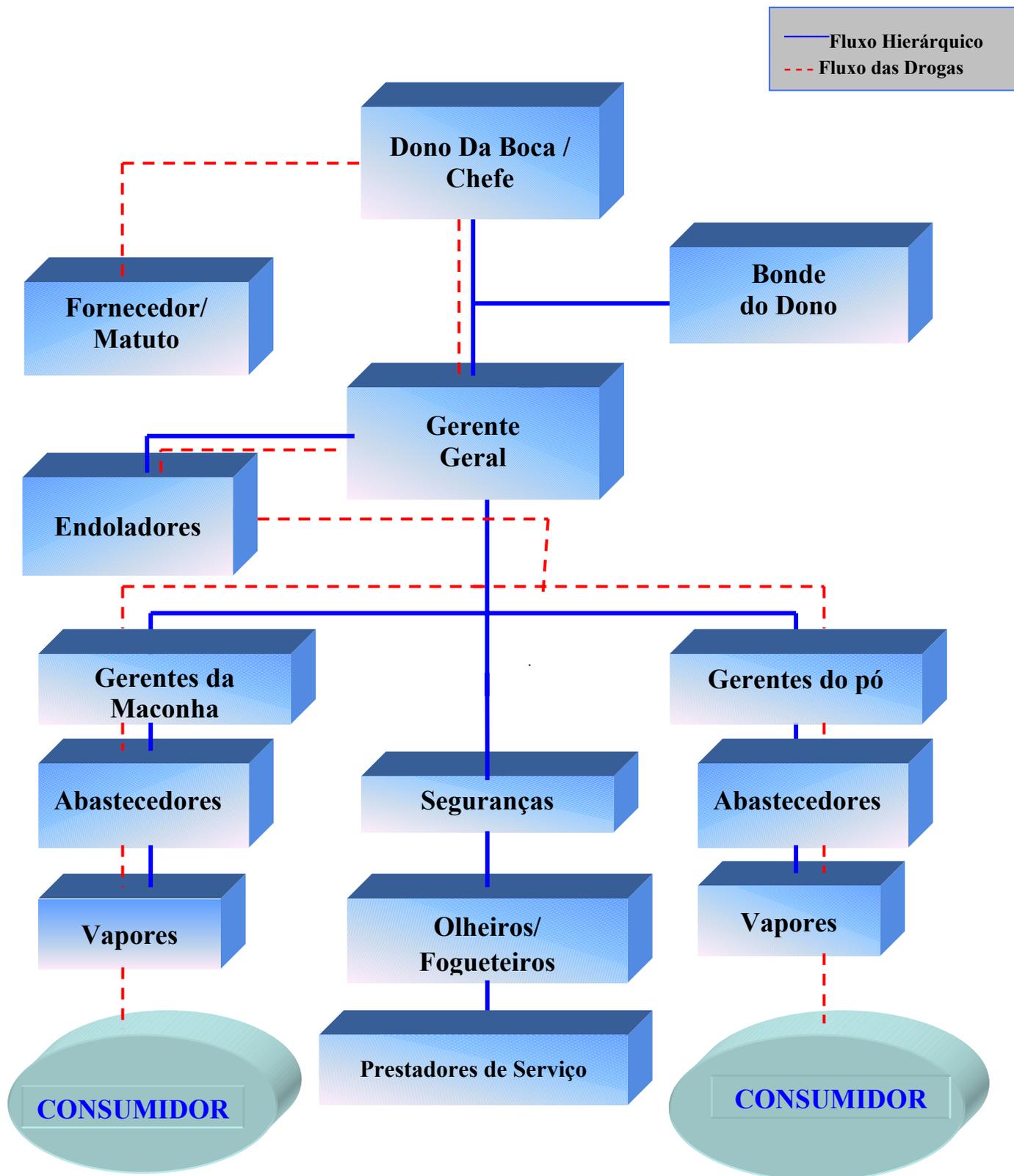
proliferam nos meandros da droga, sendo adquiridos por qualquer um que o queira e revelando a facilidade com que são produzidas, vendidas e introduzidas no País.

Os valores tradicionais vinculados à família, à religião e ao trabalho, instrumentos de controle social da classe hegemônica no decorrer deste século, começam a perder o poder diante das novas leis de mercado, do fetiche da mercadoria, do aumento das desigualdades sociais e do desejo de consumir destes jovens aliado à falta de perspectivas, conforme indica Cruz Neto (1995): “Frente às tentações do consumo, aos estímulos dos grupos infratores e à realidade sem perspectivas do mercado de trabalho, muitos têm caído na delinquência, recebendo em troca uma vida de consumo imediatista, muita violência, exacerbação da agressividade, consumo e tráfico de drogas e uma baixa expectativa de vida”

O fluxograma da página seguinte apresenta a distribuição hierárquica e o fluxo das drogas em uma boca de fumo do Rio de Janeiro. Esta sistematização, oriunda do relato dos adolescentes atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, pode apresentar algumas variações de acordo com o ‘movimento’ de vendas e localização de outras bocas, diferenças que incidiriam, principalmente, sobre a nomenclatura de certos cargos e o número de indivíduos que os exercem. Outra característica particular e que se pretende demonstrar é que este fluxo não pode ser confundido com o das drogas, sob pena de confundir-se posições e valores hierárquicos, dificultando a compreensão deste esquema.

Nesta estrutura, que é a responsável pelo varejo das drogas, os adolescentes ocupam a imensa maioria dos cargos, principalmente aqueles abaixo do de “gerente geral”. O *processo de disponibilização das drogas* passa ser reconhecido de forma mais nítida na figura do “vapor”, que é o responsável pela venda direta. No entanto ele não pode ser reduzido a apenas este cargo, pois para que seja desempenhado precisa de um esquema de segurança, apoio e fornecimento. Assim o conjunto dos cargos envolvidos no fluxo hierárquico conforma-se em um *conjunto de disponibilizadores*.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FLUXO DAS DROGAS EM UMA BOCA DE FUMO



Finalizando apresenta-se uma descrição das atribuições conferidas a estes cargos construída a partir do depoimento dos próprios adolescentes que os exerceram. É importante entendê-la no contexto das relações travadas no processo de disponibilização, pois ela apresenta uma síntese das atividades que os adolescentes praticavam enquanto investidos de seus respectivos papéis sociais no âmbito do tráfico de drogas, que, conforme já citado, não podem ser base para a tipificação do adolescente.

## Posições de Segurança e Serviços Gerais

Formam a infra-estrutura básica para o bom funcionamento do ponto de venda. Seus ganhos são pré-fixados, não participando diretamente dos lucros. Vão desde a segurança à prestação de pequenos serviços

	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Prestadores de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não possuem um vínculo fixo com o tráfico. Fazem os chamados “mandados” ou “bicos”, que vão desde a compra de refeições para os integrantes da boca até a entrega de drogas em outras localidades.</li> </ul> <hr/> <p>“Primeiro eu entrei fazendo mandado. Os cara me dava dez real, vinte e eu ia comprar comida pros cara, entendeu?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ser da comunidade e, no caso de transporte de drogas, não levantar suspeitas de policiais. Por isso muitas vezes esses serviços são executados por mulheres, até mesmo gestantes.</li> </ul> <hr/> <p>“Tem meninas que transporta um pó de um morro pro outro”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ser descoberto e preso;</li> <li>Estar próximo ao “movimento” em situações de risco, como confrontos armados com policiais e grupos rivais;</li> <li>Sofrer torturas ou mesmo ser executado em caso de perda da carga</li> </ul>	<p>Variam de acordo com o serviço</p>
Olheiro/ Fogueiteiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avisar, através de rádio transmissores ou fogos de artifício a chegada da polícia ou de grupos rivais</li> </ul> <hr/> <p>“Fica só escoltando. Fica assim por cima da laje, olhando pra ver se vêm polícia. Tem uns que tem radinho, outros já tem fogos, aí solta quando os polícia tão entrando”; “Se a polícia vier de noite eu falo: <b>lombrou</b>, aí já começam a atirar neles e sai <b>ralando</b>”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preferência por crianças e adolescentes, por possuírem mais agilidade e destreza.</li> </ul> <hr/> <p>“Para ser fogueiteiro só basta saber correr bem, conhecer bastante o lugar e ter bastante agilidade para não <b>rodar</b>”; “A onda agora é só menor...”; “Difícil uma pessoa de mais de vinte anos ser olheiro”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Devido ao contato quase que direto com polícias e grupos rivais, são bastante vulneráveis a prisão, torturas para que entreguem os companheiros e o local onde a droga está escondida.</li> </ul> <hr/> <p>“São roubados e são os primeiros a morrer, porque se a polícia vim esses são os primeiros a morrer”; “Tem que soltar pra depois correr. Se deixar os caras entrar e não soltar os fogos <b>vai no pau</b>”, “Se falhar, se der mole é <b>pino</b>, hein, eles vão com fé em você”.</p>	<p>Entre R\$100 e R\$200 por semana</p>
Seguranças/ Soldados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazem a segurança armada do ponto de venda</li> </ul> <hr/> <p>“O segurança fica fazendo a proteção da boca”; “O soldado é o bom de mete bala”, “O segurança só fica na pista, fazendo a proteção se algum alemão tentar invadir a favela”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter coragem e destreza para trocar tiros com a polícia e contar com a confiança do chefe e dos gerentes</li> </ul> <hr/> <p>“Não é qualquer um que pode ser soldado. Depende da confiança, a gente não pode botar Qualquer um, a gente bota um no posto, eles cisma de entregar a peça e sair levando com a <b>peça</b>. Aí não pode ser qualquer um”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pode ser punido em caso de perda da arma</li> <li>Grande chance de ser morto ou ferido nos confrontos armados.</li> </ul> <hr/> <p>“Se sumir com a arma já era... tem que dar conta da arma”; “O segurança tem que ficar trocando tiro com a polícia pro vapor poder fugir”</p>	<p>Entre R\$ 150 e R\$ 300 por semana</p>
Bonde do Dono	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grupo fortemente armado que faz a segurança particular do dono.</li> </ul> <hr/> <p>“Quando tem uma invasão na favela ele (o dono) vem com o <b>bonde</b> dele pesado, que acaba com a favela”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter a confiança no dono e já ter demonstrado coragem e destreza no uso de armas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande chance de ser morto ou ferido nos constantes confrontos armados em que se envolvem.</li> </ul>	<p>Não relatados</p>

## Funções de Processamento e Venda

Cargos diretamente relacionados à embalagem e venda das drogas. Seus ganhos são equivalentes à produtividade e movimento de vendas da “boca”.

	Função	Pré-requisitos	Riscos	Ganhos
Vapor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encarregado de vender a droga</li> </ul> <p>“O vapor vende as cargas, é o serviço dele, tá todo dia ali na pista pra vender”; “Tem uns que fica gritando: Maconha!, Pó! ou ele fica parado com a droga e o viciado mesmo chega até ele.” “É o que passa a carga, vende as maconha e as cocaína”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demonstrar competência e confiança na execução da tarefa de olheiro/fogueteiro ou ser conhecido de algum integrante do movimento</li> </ul> <p>“Pra passar prá vapor demora muito, você tem que mostrar bastante na prática”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de prisão por polícias disfarçadas de consumidores</li> </ul> <p>Qualquer derrame pode ser pago com a própria vida.</p> <p>“Ser vapor é melhor que olheiro porque é mais tranquilo, mas tem vários riscos também. De repente sobe um viciado e você não sabe se é polícia, já aconteceu isso no morro uma vez.”</p>	<p>Ganha entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 por carga vendida.</p>
Endolador	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preparam a droga para o consumo, embalando-as em recipientes próprios e misturando-as à outras substâncias para obtenção de maior rendimento</li> </ul> <p>“Vem as mercadorias em tablete... é pó, é maconha, tanto faz. Aí chega lá dentro a gente trabalha ela, é em casa, em qualquer lugar bem mais sigiloso”; “A endolação é não é todo dia, as vezes é duas vezes por semana, depende do movimento de droga no morro”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Como o contato com a droga é direto, esta função requer pessoas que sejam inteiramente confiáveis, para que não haja nenhum tipo de desfalque ou queda na qualidade do produto. Muitas vezes os próprios gerentes participam deste processo</li> </ul> <p>“Geralmente é só cria da comunidade que trabalha na endolação ou o próprio gerente. Nisso aí não é qualquer um que pode entrar não”.</p>	<p>Não relatados</p>	<p>Entre R\$100 e R\$350 por endolação</p>
Abastecedores	<ul style="list-style-type: none"> <li>É o encarregado de abastecer os vapores com a droga já embalada para a venda</li> </ul> <p>“É o que abastece a boca de droga”; “O vapor presta contas com o abastecedor e o abastecedor tem que prestar contas com o gerente”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Geralmente é o subgerente que escolhe seus abastecedores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O desaparecimento de alguma parcela da droga pode lhe custar a vida</li> </ul>	<p>Em média R\$30,00 por cada carga transportada.</p>
Gerentes da Maconha e do Pó	<ul style="list-style-type: none"> <li>Administram a endolação e venda da mercadoria pela qual são responsáveis. Normalmente há gerentes para cada tipo e preço de droga. Prestam contas com o Gerente Geral.</li> </ul> <p>“Pra cada droga tem uma gerência”; “Geralmente tem os gerentes do pó de 5, do pó de dez, tem o gerente da maconha de 5, da maconha de um...” “Ele entoca a droga e passa para o vapor”; “É um empregado do gerente, de uma hora para outra ele aparece”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter exercido com sucesso a função de vapor, ou já Ter algum vínculo de amizade e confiança com o chefe da boca.</li> </ul> <p>“...depois de vapor você pode até pegar uma gerência de alguma carga assim, para a maconha de um preço, um pó de outro preço.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualquer desvio (de dinheiro ou drogas) pode ser punido com perda do cargo, castigos físicos ou mesmo com a morte.</li> </ul> <p>“O cara dando mole volta a ser vapor, entendeu?”; “Tem que prestar tudo certo, as vezes a pessoa faz dívida dando mole, até a hora que eles falarem: pega”.</p>	<p>Entre R\$400 e R\$1000 reais por semana</p>

## Chefia

São os cargos mais altos da hierarquia em uma “boca”. Administram os ganhos, negociam a compra de armas e drogas e são a última instância para resolução de problemas internos.

	<b>Função</b>	<i>Pré-requisitos</i>	<b>Riscos</b>	<b>Ganhos</b>
<b>Gerente Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É o braço direito do chefe. Administram todo o processo de venda. Alguns moram na própria comunidade, outros aparecem apenas para recolher o lucro das vendas.</li> </ul> <hr/> <p><i>“É o que manda em tudo abaixo do patrão”; “Manda em todos os gerentes e recolhe o dinheiro todinho da boca”; “se o dono sai da favela quem passa a mandar é o gerente geral”</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ter a confiança total do chefe do movimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Está mais exposto a embates com a polícia e facções rivais que o dono devido a sua constância na “boca”.</li> </ul> <hr/> <p><i>“O Braço do dono fica de bucha pro dono. Tem uns que dá a vida e tudo pelo dono”.</i></p>	Entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00 por semana
<b>“Dono”</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Indivíduo que comanda toda a estrutura da “boca”. Dificilmente moram na comunidade.</li> </ul> <hr/> <p><i>“Sempre tem um cabeça, né? Que manda em todo mundo. Mas ele não fica lá não, esse aí só traz arma, fornece tudo e depois vai embora”; “Quem manda é o dono. Se o dono falar assim, oh, vai morrer, vai morrer mesmo”;</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não relatados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fica conhecido publicamente, sofre maior assédio de policias corruptos em busca de propinas e é alvo de outros indivíduos interessados em tomar os pontos de venda sob seu controle</li> </ul>	Não relatados

Justamente para demonstrar a necessidade de não tomar estes papéis sociais pelos cidadãos que os exercem, o capítulo a seguir promove a elaboração de um perfil destes adolescentes, que tem como intuito principal assinalar o teor estigmatizante de tal procedimento e demonstrar como e em que medida o acúmulo de vulnerabilidades causadas pela violência estrutural, ora analisadas em perspectiva histórica, influiu diretamente em suas vidas e em sua inserção no tráfico de drogas.

#### **IV) Assim é se lhe Parece: Perfil dos “Perfis” de Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas**

A opção por elaborar um perfil dos adolescentes atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção” parecia, desde seu momento germinal, um dos rumos naturais desta dissertação. Afinal, após um ano trabalhando diretamente com aqueles jovens, havia tido a oportunidade de conviver mais de perto com eles, (re)conhecendo a trajetória de suas vidas e realizando uma longa série de entrevistas que fervilhavam em densa e complexa coletânea de depoimentos, dados e informações essenciais para uma melhor compreensão de suas concepções de mundo, atitudes e aspirações.

Corroborando - e até mesmo incentivando - tal iniciativa, o objetivo que metodológica e cientificamente permearia esta caracterização foi investido de um caráter tão nobre quanto pretensiosamente propositivo: fornecer subsídios para que os responsáveis pela elaboração, implantação e implementação das políticas públicas, em especial as voltadas para o segmento infanto-juvenil, pudessem adequá-las ao real interesse e às verdadeiras demandas de seus destinatários.

À medida que consolidava a proposta, aprimorando sua argumentação e delineando a forma pela qual ela viria a materializar-se, os problemas públicos enfrentados pela população carioca continuavam a agravar-se, interferindo de forma cada vez mais negativa em sua já depauperada qualidade de vida. Na franja deste processo o triênio 1997-1999 decorreu de forma dramática para os cidadãos das classes mais pauperizadas, que atonitadamente revoltados assistiram à crescente desvalorização do salário mínimo, à grave redução dos postos de trabalho, à desregulamentação de seus direitos e ao brutal encarecimento do preço dos remédios, alimentos e impostos.

Do ponto de vista da segurança pública, que em hipótese alguma deve ser decantada dos problemas sócio-estruturais, o incremento da atividade delinqüencial cometida por jovens, sobretudo seu envolvimento pelo tráfico de drogas, cristalizou-se enquanto uma das principais preocupações da sociedade e, por conseguinte, um dos assuntos mais “pautados” pela mídia que, pelo menos em sua vertente escrita, passou a demonstrar veemência até então inaudita.

Tradicionalmente ancoradas nos “cadernos policiais”, as reportagens sobre o tema transbordaram de seu espaço habitual, sendo içadas aos suplementos de “cotidiano”,

“cidade” e “comportamento”, aportando espalhafatosamente em “editoriais” e nas letras garrafais das manchetes dominicais. A constância, formato e argumentação com que são apresentadas refletem, em demasiada proporção, uma atitude instantânea e reativa, que se possui o mérito de refletir a justa preocupação dos cidadãos muitas vezes tende a extrapolá-la, aproximando-a de um sufocante estado de mal-estar e temor que, em repetidas situações, funciona como pseudojustificativa para a propositura de medidas coercitivas e repressivas.

Considerável parcela destas matérias, inclusive as que laconicamente registram os índices de mortos e feridos, torna-se notória pelo denodo com que procura apresentar - descritiva, intuitiva ou indutivamente - determinadas características dos jovens que as protagonizam. Publicadas diária e seqüencialmente acabam, mesmo que indiretamente, produzindo um certo tipo de perfil: idade; cor; sexo; local de moradia; quanto ganham no tráfico; qual função ocupam; quais as armas que utilizam; o que já fizeram no tráfico; se já mataram alguém... Os aspectos mais complexos, intrincados e delicados de suas curtas e conturbadas vidas, os quais muitos deles não conseguem entender perfeitamente e até mesmo não sabem porque o fazem, são devassados e superficialmente expostos aos leitores.

Compromissados com o reduzido espaço e a necessidade de vender exemplares, proprietários, editores e repórteres concordam e acham plausível expressar aquelas que julgam ser as principais características dos jovens em uma página com alguns gráficos, ou mesmo conformá-las em um *box*, quase sempre amparados por estatísticas oficiais, contra-argumento utilizado para “validar” as informações veiculadas e defender-se das críticas que se referem ao fato de que os responsáveis por ela raramente são estudiosos do tema.

Inspiradas por situações concretas - mas nem por isso melhor compreendidas - do cotidiano carioca, as características realçadas são facilmente identificáveis nas ruas da metrópole, principalmente quando ilustradas por fotos, tradicional semiótica jornalística que pretende conferir à imagem estática o “dom” da confirmação universal da informação. Para o cidadão-leitor, que já bastante apreensivo convive diariamente com pessoas que trajam-se daquele modo, agem de acordo com os trejeitos e comportamentos ressaltados e possuem o mesmo biotipo físico e étnico, a associação muitas vezes é mecânica e inevitável, constituindo-se em um raciocínio cíclico que pode induzi-lo a compor um *tipo ideal* de infrator: sexo masculino, adolescente, negro/mulato, pobre, favelado, displicentemente vestido, não quer trabalhar nem estudar, família “desestruturada”, viciado, disposto a roubar e matar para comprar droga...

Tal procedimento, apesar de reprovável, não chega a ser exatamente surpreendente. A vinculação estereotípica entre o ato infracional e o cidadão que por algum motivo age ou encontra-se à margem dos padrões sócio-políticos hegemônicos foi histórica e secularmente construída, tendo sido capitaneada pelas relações escravocratas - das quais certos resquícios ainda acometem a sociedade - e acirradas pelo capitalismo periférico brasileiro, cujos desmandos foram decisivos para introduzi-la no senso comum.

A (o)pressão dos costumes torna-se tão abrangente que mesmo para os que desejam superá-la constitui-se em tarefa de difícil monta escapar ao estereótipo. Neste sentido é sintomático perceber que aqueles que afirmam não possuir preconceito sentem-se compelidos a ratificar sua posição toda vez que dialogam e interagem publicamente sobre assuntos a ele recorrente, pontificando que não o desposa. Negando-o de forma tão radical procuram caminhar para sua eliminação, mas muitas vezes não percebem que a pura reprovação a um determinado comportamento, apesar de valorosa, funciona também como um índice que confirma o quanto ele está arraigado naquela sociedade.

Justamente por isso faz-se imprescindível ressaltar que a postura crítica adotada e expressa neste trabalho, por mais acirrada que seja, não se arvora, em momento algum, a intenção de “satanizar” o jornalismo praticado no Rio de Janeiro, atribuindo-lhe maniqueísta culpa pelas mazelas que noticia.

A proposta de análise que se pretende adotar não circula pela contraposição de uma “prática ruim” - a do jornalismo - a outra “supostamente boa” - a das ciências sociais. É preciso desmistificar ilusórias fronteiras e argumentos que postulem permanente secessão. As críticas possuem o intento principal de realçar a avassaladora complexidade do processo de produção e disseminação de informações, atividade considerada por todos aqueles que se dedicam a estudar e discutir os rumos das sociedades contemporâneas como de vital importância para o aprimoramento e desenvolvimento de um sistema democrático mais inclusivo e universalizante.

Esta prevalência alça os veículos de *mass media* a posições primordiais e privilegiadas, o que se por um lado torna-os cada vez mais próximos e consumidos pela população, por outro os enlaça mais intimamente a interesses sócio-político-econômicos confessos e escusos, que quando expressos podem não ser fortes o suficiente para por si só formar opiniões, mas são claramente capazes de influenciá-la. Qual de nós nunca flagrou-se, mesmo que envergonhadamente, preocupado com a proximidade de alguém com

aquelas características, sentiu-se estranhamente incomodado com a algazarra que fazem nos ônibus ou mesmo assustou-se com suas jocosas carreiras na praia?

Apesar de convencido da imprescindibilidade de construir o tal perfil, passei a questionar seriamente seu significado e suas possíveis repercussões quando, solapando esperanças e expectativas, sobreveio um episódio que pode ser tachado de um verdadeiro “tiro pela culatra”: no terço final do processo de avaliação do "Sistema Aplicado de Proteção" os resultados preliminares já indicavam aspectos bastantes positivos, o que levou a Equipe de Avaliação a ceder às investidas do Jornal do Brasil, aceitando participar de uma matéria que divulgasse o Programa e mostrasse, acima de tudo, que aqueles jovens poderiam perfeitamente ocupar um lugar digno na sociedade. Tentamos, como diz-se no jargão jornalístico, “emplacar” um título com a seguinte idéia: “Estado do Rio de Janeiro tem Programa para Retirar Adolescentes do Tráfico de Drogas”. O Editor fez publicar:

**“RETRATOS DOS SOLDADOS DAS DROGAS”**

*Grupo de Menores Atendidos no SAP Fornece um Perfil Detalhado da Vida na Criminalidade*

*Era madrugada. Embaixo do travesseiro, colado às mãos, nervosas, um revólver calibre 38 dava a garantia de mais uma noite. Qualquer ruído do lado de fora da casa fazia o coração disparar. De repente alguém tenta entrar pela janela. O medo faz W, 18 anos, disparar contra o invasor... por sorte não matou o próprio irmão: “Trabalhei nisso desde os 12 anos. No começo é o máximo, tem de tudo. Você é o máximo na favela. Todo mundo te respeita... se alguém se mete a besta, fala alguma gracinha, ninguém tem pena, apaga mesmo.”*

*(JB, 21/11/99 pg14)*

Havia presenciado a ocasião em que o adolescente conversara com o jornalista: um momento fortuito, que durou no máximo vinte minutos, durante uma reunião de trabalho da qual participaram técnicos, avaliadores, familiares e jovens. No jornal dominical aquele contato parece ter assumido nova dinâmica. A foto, publicada no centro da primeira página, era modelar, apresentando jovens negros e mulatos postados em uma janela larga, olhando para a Baía de Guanabara como se expressassem um sentimento de desalento. Na transcrição para a matéria a fala ganhou um ar *Hitchcockiano* com o qual o jornalista pretendia “criar um clima” que envolvesse o leitor. O fato em si não bastava, a vida real precisava ser maquiada, receber um toque novelesco para, sob os holofotes da mídia, tornar-se atrativa e despertar sentimentos. Quais?

Mas o que é realmente intrigante é que não houve a menor preocupação em tentar compreender como havia sido construído o discurso adotado por *W*, se ele refletia o seu estado de espírito momentâneo ou alguma indignação, se ele queria impressionar, demonstrar poder, arrependimento... ou mesmo se era verdade.

Entabular uma rápida conversa com um adolescente que vivencia grave situação de risco pessoal e social, anotar sua fala e publicá-la sem que se procure investigar a trajetória de sua vida (ou mesmo conhecer os fatos que levaram-no a estar presente naquele momento vexatório) é pressupor que se pode aplicar a todas as pessoas e situações a mesma lógica que preside entrevistas com políticos e personalidades que, por saberem que uma simples declaração pode transformar-se em “furo de reportagem”, rendendo-lhe importantes dividendos, muitas vezes fazem afirmações espetaculares para aproveitar-se de sua repercussão.

Faz-se imprescindível questionar: Em que as 94 palavras publicadas contribuíram para que o leitor pudesse compreender melhor a vida de *W*? Quais as contribuições que a leitura do texto pode trazer para esta vida e a de outros adolescentes que enfrentam problemas semelhantes? Sem ousar intervir e desqualificar a metodologia do trabalho jornalístico (mesmo porque estas críticas podem ser dirigidas também a antropólogos, sociólogos, psicólogos...), torna-se forçoso inferir a necessidade de introduzir na discussão pressupostos que salvaguardem não apenas os direitos do cidadão entrevistado, mas também daqueles que possam vir a ser atingidos e estigmatizados a partir do referencial esboçado na entrevista.

Para isso é preciso, pelo menos, que haja uma reflexão crítica e sistemática sobre *de que maneira tanto o investigador quanto os sujeitos de sua pesquisa intervêm no processo de conhecimento, 'construindo' a realidade* (Zaluar, 1980). Esta preocupação deve estar sempre presente em trabalhos que, independente de vinculação jornalística, etnográfica e/ou sociológica, tenham como objeto e objetivo o estudo do ser humano e de suas relações sociais. É certo que suas respostas nunca redundarão em um jogo de soma zero, nem em assertivas e negativas, mas sim em variadas e intrincadas possibilidades de abordagem, cuja confrontação se faz absolutamente necessária.

O depoimento de uma Assistente Social que trabalhou no “Sistema Aplicado de Proteção” contribui para uma visão mais aprofundada do problema:

“O melhor atendimento que eu faço é quando eu pego eles lá fora, que eles estão na turma conversando, eles estão no assunto, ou procurando entrar. Pelo menos procurar entender um pouquinho deles. Ali eu já consigo arrumar uma brecha para poder trazer eles para o atendimento, dar continuidade àquele assunto. Daquele assunto eu chego a outro assunto... porque são meninos que você tem que estabelecer também aquela relação de confiança se não eles não dizem nada para você. E se não estiver estabelecido uma relação de confiança, como é que você vai trabalhar com ele, vai entender aquele menino? Mas até ele chegar perto de você e dizer assim: “olha, vou falar uma coisa para a senhora, não é “caô” não. Eu espero que a senhora não fale nada para a minha mãe.”... sabe! Então eles chegam aqui e choram, mas no dia seguinte: “Tia, homem do movimento não chora. Menino que é do movimento, do tráfico, não chora não! Não sei nem porque eu estou chorando diante da senhora.” Então você vendo essas diferenças... como é diferente trabalhar com esses meninos! Há resistência... eles pensam que você não sabe nada e ele sabe tudo. Eles se fecham” (Equipe de Avaliação, 1999)

Poucos dias após a referida matéria, o Jornal brindava o leitor com uma reportagem intitulada “Andando nas Nuvens”, na qual exaltava a meteórica e ascendente trajetória de uma bela jovem branca, cabelos lisos e bem tratados ao estilo *Coco-Chanel*, fotografada junto a caríssimos objetos de decoração e descrita da seguinte maneira: “*C. é uma garota de fino trato. Anda sempre vestida com as melhores marcas do Brasil e do exterior, é fluente em cinco idiomas e dona, aos 21 anos, de duas lojas de calçados tão finos como ela e a clientela que desfila suas criações. Sucesso.*”

Dois perfis tão díspares não apenas pela dissemelhança da vida de seus protagonistas, mas também pela maneira que foram elaborados. Apesar disso é verossímil admitir que em ambas as situações o jornal cumpriu sua “missão” de transmitir informações. Abriu-se espaço para que o leitor soubesse, mesmo que obliquamente, da existência de um projeto piloto trabalhando a reinserção social de adolescentes que haviam sido envolvidos pelo tráfico de drogas. A questão principal é que para fazer isso a linha editorial optou, propositadamente, por um texto que demarca, seja de forma direta ou subliminar, determinados pontos-chaves para lastrear as matérias. No caso deles todos eram negativos, procedimento inversamente proporcional ao da jovem, cujo texto era *glamouroso* do princípio ao fim.

Certamente não poderia repetir este expediente, pois estaria cometendo uma brutal injustiça com os adolescentes atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção” que durante um ano lutaram, com todos os meios e maneiras de que dispunham, para provar que não merecem ser alvos de juízos de valor que denigrem seu caráter e cada vez mais espraiam-se pela sociedade. Ademais, a repercussão que porventura causasse um trabalho assim delineado, por menor que fosse, traria consigo uma carga negativa, reforçando estigmas e em nada contribuindo para a superação dos problemas públicos.

Frente a esta encruzilhada as escolhas que surgiam impunham-me trilhar caminhos diferentes que, por ainda não estarem suficientemente mapeados e plenamente abertos a novas bifurcações, poderiam, ironicamente, estar pavimentados por imobilizante novidade ou mesmo por um inconsciente - mas pré-concebido - pedantismo.

Nas curvas deste percurso, enquanto procurava desviar ou ser abalado o menos possível pelos obstáculos, tive certa dificuldade em perceber que na elaboração deste perfil o prazer intelectual, que tanto nos move, deveria submeter-se à preocupação com o presente, passado e futuro daqueles a quem pretendia retratar. Não bastava criar um belo capítulo com frases de efeito, dados tabulados e gráficos em terceira dimensão. Era preciso ir além e ampliar os limites da reflexão. Não concordar com o estabelecido. Irritar os que discordam por motivos escusos e defendem a pura e simples repressão. Provocar os que se indignam com as situações apresentadas a discuti-lo e aprimora-lo.

Imbuído destes intuitos, pretendo deixar claras as discordâncias com a forma com que tais “Perfis” são elaborados, buscando na vida dos adolescentes, em suas falas e experiências, as respostas para as agressões. Ao contrário, proponho permitir que “ouvindo sua voz” a sociedade entenda dimensões ainda desconhecidas do dia a dia de alguns de seus jovens integrantes, suas expectativas, prazeres, desventuras e decepções, pois só desta maneira é que se pode superar os julgamentos maniqueístas e passar-se à ação concreta.

Neste empreendimento poderia até mesmo utilizar-me de alguma outra técnica sócio-antropológica que permitisse exprimir meus anseios e desvencilhar-me das práticas de que discordo. No entanto os efeitos desta medida estariam muito mais voltados para uma dimensão intelectual do que para os adolescentes em si, sendo por eles pouco capitalizados. Optei por manter o “perfil”, tentando demonstrar que para que ele seja alçado de suas definições etimológicas (“descrição de uma pessoa em traços mais ou menos rápidos”) para uma categoria de análise social deve, obrigatoriamente, ser preenchido pela preocupação mais extrema com aqueles que tornar-se-ão seu público-alvo.

Resoluto, envidei esforços para enfrentar as dificuldades e elaborar um Perfil que atenda aos preceitos éticos da beneficência, não maleficência, justiça e autonomia (Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde), assumindo para com os adolescentes os seguintes compromissos: (a) retratar suas experiências de vida não para que elas pareçam exóticas ou tornem-se manchetes, mas para fornecer subsídios sociais para uma melhor compreensão de seu envolvimento pelo tráfico de drogas; (b) demonstrar a influência da violência estrutural em sua trajetória de vida; (c) contribuir para a construção

de um quadro analítico que possa vir a orientar as políticas públicas voltadas para a infância e juventude; (e) procurar entender suas relações familiares não para provar a “desestruturação” destes laços, mas para tentar compreender como elas influenciaram em seu envolvimento pelo tráfico de drogas e em que medida podem apoiar sua efetiva saída; (f) conhecer suas experiências no tráfico para poder analisar melhor a estrutura deste, as motivações que os atraíram e, em boa parte dos casos, os impedia de sair; (g) levantar seus principais hábitos e costumes não para afirmar que eles são aculturados, mas para demonstrar que se a sociedade não os motiva a participar de suas manifestações tradicionais eles apropriam-se delas da maneira que podem, produzindo, de acordo com a estrutura social que conhecem, suas próprias identidades; (h) resguardar a integridade física e moral não apenas dos que contribuíram para a elaboração do perfil, mas de todos aqueles que porventura venham a ser comparados com eles; (i) evitar a empáfia e reconhecer os momentos em que não há dados suficientes para uma análise mais detida ou que o arcabouço conceitual utilizado não consegue explicitar plenamente as relações sociais que estão em cena; (j) apelar para que a sociedade supere intransigências e recriminações, reequacionando suas justas preocupações e empenhando-se para criar os canais necessários para que eles possam nela reinsерirem-se como protagonistas que são do processo histórico.

### **Adolescentes Atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção": Um Perfil de Vários Ângulos, Faces e Contornos.**

O leitor mais entusiasmado e ávido para ter acesso às características dos adolescentes pode ser seduzido a imaginar que transpostas as etapas pretensamente mais árduas da Pesquisa – entrevistas, coleta e levantamento de dados – a riqueza e volume de informações concorreriam para tornar a elaboração do perfil um processo relativamente tranquilo. Pensando assim estará incorrendo em um engano plenamente aceitável, pois de certa forma também deixei-me embalar por uma toada semelhante.

Não que imaginasse ser fácil entender, comparar e analisar uma imensa quantidade de depoimentos e deles extrair “o Perfil”. Nunca aderi a tal proselitismo. Entretanto, achava que pelo menos a organização e exposição dos dados seria um processo mais linear, com menos sobressaltos e no qual as passagens iriam encaixando-se e amoldando-se à conformação do texto. Lógico que não foi!

Ora, se a idéia original era elaborar um perfil da vida daqueles jovens, os relatos obtidos seriam obrigatoriamente um microconjunto da realidade em que eles vivem e não um retrato instantâneo tirado no momento da entrevista. Isto significa que assim como a vida de qualquer ser humano desencadeia-se de uma forma múltipla e cumulativa, na qual os fatos e situações a todo momento tangenciam-se, sobrepõem-se, interagem e repelem-se, as falas dos adolescentes, por mais específicas que fossem, também guardariam tais características, conjugando os diversos e diferentes aspectos abordados.

Diante das contingências optei por estruturar didaticamente a apresentação/discussão das informações, recurso que se faz absolutamente necessário para evitar sua sobreposição, o que tornaria a leitura um fardo, suscitando aquela desagradável pergunta que às vezes fazemos: “mas de que é mesmo que ele está falando agora?”

Para atingir esta meta os dados foram trabalhados através de módulos que se interligam (o que permite que sejam visualizados isoladamente ou sob a perspectiva do conjunto) e agrupam características específicas que variam de acordo com o grau de intervenção que os adolescentes possam exercer sobre elas. Procedendo desta forma objetivou-se a viabilização de um trânsito mais harmônico e menos árduo por um roteiro que, ao ser escalonado, procura suscitar a análise das situações percorridas, enfatizando suas dimensões qualitativas sem que isso signifique deixar de lado os aspectos mensuráveis desta realidade.

Assim, sob a rubrica “*Dados Pessoais*”, as primeiras características a serem apresentadas dizem respeito a aspectos biológicos da vida dos jovens: idade, sexo e etnia. Não que elas possuam um grau de importância mais elevado que outras, ou porque sejam portadoras de uma pretensa neutralidade científica, mas porque sua determinação biogenética em nada dependeu da ação dos adolescentes, afirmando-se enquanto um conjunto de códigos e informações apriorísticas que, ao revés, em muito tem influenciado suas vidas.

O movimento seguinte introduz o leitor ao tema das “*Condições de Moradia*”, que são analisadas através de um viés ampliado, abrangendo e relacionando informações sobre as residências em que os adolescentes vivem e o contexto social em que elas estão inseridas. Apesar de ser uma dimensão da realidade que enseja possibilidades de intervenção, estas “condições” ainda são sentidas pelos adolescentes como exteriores a sua existência e ação, que pouco ou nada poderia contribuir para mudá-la, sendo que em seu depoimentos nota-se (a) a ausência de referências a movimentos organizacionais e

reinvidicatórios que possam catalisar suas reclamações em prol da melhoria da situação e (b) que o tráfico de drogas em nenhum momento é visto como uma instância capaz de suprir esta necessidade.

O terceiro módulo é dedicado à “*Educação e Trabalho*”. Apesar de já refletir posições específicas e o exercício de funções particularizadas, ilustra como o acesso (e permanência) à escola e às oportunidades de trabalho são brutalmente reduzidos para uma determinada parcela da população, demonstrando que o esforço dos adolescentes para prosseguir em seu estudo ou conseguir uma atividade laboral digna foi-lhes de pouca valia, uma vez que a consecução destes objetivos está, em larga medida, influenciada por um contexto sócio-político do qual eles sequer sabem como participar.

Logo após descortina-se um rol de relações extremamente complexas, delicadas, melindrosas e por isso mesmo difíceis de serem analisadas, agrupadas sob o título de “*Convivência Familiar*”. Este pode ser considerado como o primeiro momento em que os adolescentes passam a reconhecer-se enquanto protagonistas de uma realidade, que mesmo assim é ainda bastante influenciada pelas tradicionais mediações maternas e paternas, cuja abrangência e amplitude variam desde o mais puro amor até os conflitos ostensivos e violentos.

O próximo módulo - “*Lazer e Cultura*” - abre espaço para situações em que os adolescentes finalmente começam a expressar visões nas quais eles pressentem sua autonomia e cujas ações são realmente capazes de criar oportunidades para que consigam o que desejam, sem precisar recorrer a outras instâncias ou pessoas.

Paulatinamente elas já enunciam certas concepções que o módulo final, “*Tráfico de Drogas*”, evidenciará. Neste momento as falas foram surpreendentemente claras (o que não significa que sua compreensão também o seja), apontando, sem muitos senões, o que os adolescentes acharam proveitoso em sua passagem pelo tráfico e aquilo que para eles configurava-se como experiências negativas e que efetivamente não repetiriam.

Esse balanço pareceu gerar neles a convicção de que precisavam desvencilhar-se do tráfico de drogas, uma vez que foram unânimes em afirmar, já naquele momento, seu afastamento. No entanto é importante destacar que foi somente ao descrever suas passagens e experiências no tráfico que os adolescentes afirmaram que conseguiram saciar alguns de seus anseios de poder, consumo e *status* (que são basicamente os mesmos de qualquer adolescente das classes médias e altas), além de realmente acreditar que de suas ações dependia se não o futuro daquela mega-atividade ilícita, pelo menos o da “boca” em que

atuavam. Enunciados os módulos e suas etapas constitutivas, adentra-se então ao “Perfil” em si.

### Dados Pessoais

Por tratar-se de um Projeto elaborado e implementado pelo Poder Executivo Estadual e ter como público-alvo adolescentes cumprindo medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e Semiliberdade, o “Sistema Aplicado de Proteção”, reproduz a demarcação etária adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que circunscreve-os à faixa entre os 12 e 18 anos, ressalvando que em determinadas situações o atendimento a eles prestado pode ser prorrogado até os 21 anos de idade.

A tabela a seguir apresenta a distribuição por sexo e faixas etárias de 88 integrantes do “Sistema Aplicado de Proteção” (que representam 93,61% dos 94 jovens que freqüentaram o Programa) e que daqui para a frente constituir-se-ão no universo deste Perfil. A partir de seus dados pode-se perceber que a faixa compreendida entre os 16 e 18 anos é a mais concorrida, contando com cerca de 84% do total, sendo que em termos específicos a idade mais recorrente é a de 18 anos, na qual se incluem 38,63% dos adolescentes.

IDADE	SEXO		Total
	FEMININO	MASCULINO	
14 ANOS	-	3	3
15 ANOS	1	1	2
16 ANOS	3	16	19
17 ANOS	2	19	21
18 ANOS	1	33	34
19 ANOS	2	7	9
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>79</b>	<b>88</b>

*Fonte: Equipe de Pesquisa ENSP/FIOCRUZ – Sistema Aplicado de Proteção. 1999*

Adotando-se uma perspectiva de gênero, constata-se a acentuada predominância masculina, que totaliza cerca de 90% dos entrevistados. Esta distribuição brutalmente desigual parece corroborar levantamentos oficiais (2ª Vara da Infância e Juventude – Comarca da Capital, 1997 e 1998; DPCA, 1999) que mostram que embora tenha aumentado sensivelmente nos últimos cinco anos, a participação de adolescentes do sexo feminino no tráfico de drogas faz-se ainda de forma discreta, via de regra mediada pela influência de namorados e companheiros, cabendo a elas o desempenho de tarefas que

dinamizem as atividades principais, levadas a cabo, essencialmente, pelos representantes do sexo masculino. O depoimento de uma das nove adolescentes participantes do "Sistema Aplicado de Proteção" ilustra a situação:

*“Pô, eu não entrei. Eu me relacionei com um cara, que tinha acabado de chegar no morro onde eu moro... Ele tinha trinta anos... Como eu era usuária de droga, eu sempre ia na boca e sempre ficava conversando com ele. Depois de uma semana, duas semanas, três semanas aí a gente foi e saiu... eu fiquei um ano com ele, a gente morava junto.. Ele pegou uma gerência muito alta, muito forte, ficou como gerente geral. Se o patrão morrer ele que ia ser o dono do morro. Aí nós ficamos junto. Ficamos junto e fomos até o final. Como ele era gerente, ele que guardava as coisas... e quem tomava conta era eu né?. Ele ficava a noite toda na rua, na pista, e eu ficava dentro de casa... naquela insegurança de um dia os homem pegar ele e eu ir junto também. Eu sempre tinha medo de rodar, de levar tiro, e de ser presa. Aconteceu, eu levei tiro e fui presa.”*

Inquirindo os adolescentes do sexo masculino, percebemos, numa primeira aproximação, a forte influência que as origens paternalistas e acentuadamente machistas da sociedade brasileira ainda hoje exercem sobre eles. Merece destaque o fato de reproduzirem um discurso que procura organizar as relações sociais, introduzindo um argumentação que procura justificar a reduzida participação feminina no tráfico devido a sua frágil constituição bio-fenotípica e a um comportamento natural menos agressivo. Em conseqüência elas não seriam capazes de envolver-se em atos “mais violentos”, que exigiriam características intrínsecas à “condição masculina”, tais como coragem, força física, tenacidade... que eles sincretizam e qualificam na chamada “disposição”: *“Tráfico é coisa pra Homem, tem que ter disposição”, “Quando os homem pegar, dá um pau, aí tem que agüentar o pau... os caras não vão querer ter uma mulher seguindo a boca né? E se os homens pegam ela, dá um pau nela, e ela entrega tudo?”*

Reificando de acordo com seus interesses e especificidades a mais rústica divisão sexual do trabalho, este discurso é paradoxalmente assumido e veiculado por adolescentes que em sua absoluta maioria conheceram suas mães, tias, irmãs e vizinhas como as “chefes do domicílio”, trabalhando fora para prover o sustento da família e em casa para cuidar de seu bem-estar, o que em nada assemelha-se à ideológica visão do sexo frágil, passivo e de postura vitimista.

Problematizando esta temática Duque Arrazola (1997) afirma que “o gênero é uma construção social, histórica, sobre os sexos. Pode-se inferir que o feminino e o masculino são construídos, interpretados e internalizados, portanto personalizados, dependendo das características específicas da sociedade em que homens e mulheres vivem...” Transpondo-se sua definição para a realidade do tráfico de drogas, surge uma questão no mínimo

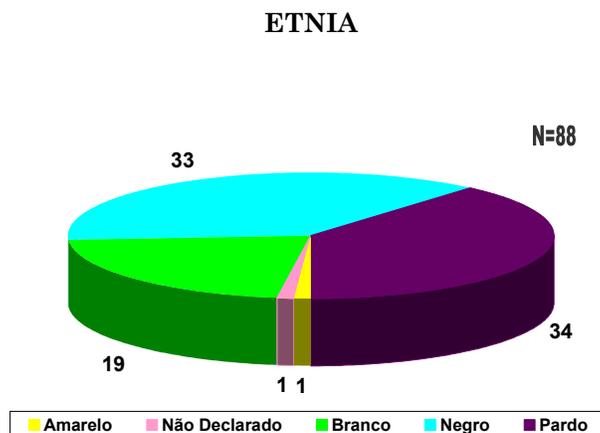
inquietante: Será que ao subverter determinadas tradições e códigos jurídico-morais, mantendo porém a velha postura “androcêntrica de razão cartesiana” (Safiotti, 1997), o tráfico investiu no preconceito enquanto uma maneira de barrar a participação do sexo feminino em sua estrutura direta? Pior: Será que esta postura pode, de alguma forma, por mais canhestra que seja, ser considerada “positiva” para as adolescentes, uma vez que restringe suas possibilidades de integrar esta perversa atividade?

Retome-se a discussão do ponto de vista dos adolescentes, uma vez que até este momento eles correm o risco de receber a pecha de machistas que, por mais que seja aparente, em considerável medida não lhes cabe. A meu ver suas respostas devem ser interpretadas à luz de uma análise mais ampla da estrutura social a qual estão inseridos, onde pontifica seu envolvimento pelo tráfico de drogas, que obviamente exacerba as vertentes e posturas machistas. Em si elas não parecem ser muito diferente das emitidas por outros grupos adolescentes que não possuem ligação com o tráfico, mas que de alguma forma arraigaram em seu senso comum uma clivagem sexual da sociedade.

O eixo diferencial está assentado justamente nas condições de extremo risco ao qual estão submetidos os segmentos diretamente influenciados pelas relações de poder estabelecidas pelo tráfico. Subjacente àquele discurso apartador, os adolescentes do "Sistema Aplicado de Proteção" expressaram também uma sincera preocupação com o bem-estar feminino (mães, namoradas, parentes e colega), principalmente porque sabem que se elas não correm o mesmo risco imediato que eles, não deixam de ser alvo constante do ataque de seus inimigos, da “banda podre” da polícia, dos tiroteios e “balas perdidas”, além de todo o sofrimento que é ver um ente querido na criminalidade. As posturas machistas que podem revelar acabam sendo contrabalançadas pelo reconhecimento da árdua e perigosa realidade enfrentada pelo sexo oposto. É lógico que eles não são arquétipos de defesa da feminilidade, mas a visão maniqueísta de “se não está do meu lado está contra” também deve ser combatida: é a partir desta relação dialógica que eles (e seus depoimentos) devem ser melhor analisados.

Concluindo esta apreciação é importante reforçar que se o tráfico de drogas mantiver a tendência de constante ampliação de seus índices de crescimento econômico e de procura por novos nichos de mercado, é provável que promova um rompimento das relações locais de poder, motivado pela necessidade de expandir o negócio e de criar novas funções que venham a ser atraentes para as adolescentes.

Tão polêmicas quanto as relações de gênero são as étnicas. O fato de a grande maioria dos adolescentes atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção” ser de origem negra (gráfico a seguir) e oriunda das classes mais pauperizadas guarda intrínseca relação com todo o processo de exclusão sócio-política-econômica que a eles foi imposto pela elite dominante no decorrer da formação do Estado Brasileiro.



*Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS. Rio de Janeiro. 1999*

No entanto, apesar de referendarem as estatísticas oficiais sobre delinquência juvenil, nas quais predominam não brancos, estes dados são quase sempre interpretados de maneira mecanicista, criando uma bizarra e ideológica associação entre etnia, pobreza e crime/ato infracional. Procurando desmistificar estas perniciosas relações deve-se levar em conta que:

- A quantidade de jovens pobres, negros e/ou mestiços, que não cometem atos infracionais é avassaladoramente superior ao dos que cometeram;
- Se os jovens pobres, negros e/ou mestiços, constituem uma parcela significativa dentre os infratores, eles também são os mais vitimizados pela criminalidade, formando o contingente populacional mais importante na construção do Perfil da morbi/mortalidade do Estado e do País (Minayo e Souza, 1998);
- A subnotificação de atos infracionais cometidos por jovens das classes médias e altas (que são compostas, em sua maioria, por indivíduos de etnia caucasiana) e, conseqüentemente, o reduzido número destes adolescentes sendo atendidos nos

CRIAMs, estão relacionados com os “*mecanismos de resolução*” aos quais eles têm acesso e que incluem desde a contratação de bons advogados até práticas escusas como a corrupção de policiais e o tráfico de influência;

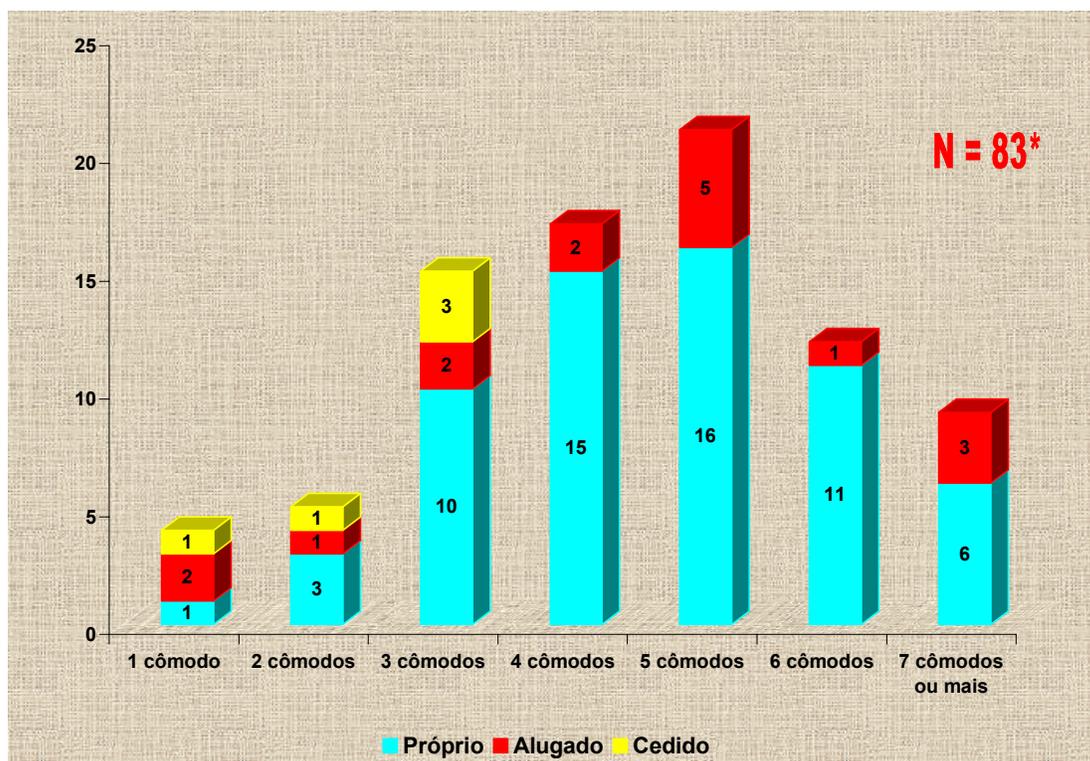
- Conforme aponta Sucena (1999), as mesmas pessoas e instituições que veiculam posições maniqueístas e preconceituosas contra os mais pobres procedem de formas totalmente diversa com relação aos adolescentes infratores oriundos das classes médias e altas, considerando-os como jovens em busca de diversão, que, “quando exageram”, devem receber todo apoio social, jurídico e médico necessário.

Concluindo este primeiro módulo fica patente o quanto a vida dos adolescentes está peremptoriamente marcada por situações bio-genéticas que em nada dependeram de sua vontade e que ao invés de serem consideradas pela sociedade como um patrimônio (principalmente a diversidade étnica) ainda são, em pleno limiar do século XXI, criticadas, e perseguidas. Inflige-se a eles um fardo que deve ser carregado e espiado ao longo de sua vida, obrigando-nos, assim como ao mitológico Atlas, a carregam em suas costas todo o “peso” real e simbólico do mundo. O Tráfico de drogas contribui para isso e agradece.

### **Condições de Moradia**

Neste tópico procura-se não apenas levantar as condições de habitabilidade do espaço físico onde os adolescentes moram, mas também conhecer suas opiniões sobre este local e acerca da comunidade em que vivem. Inicialmente constata-se um dado bastante peculiar: todos residem em zonas urbanas, sendo que 67 (76,14%) em “Casa”, 8 (9,09%) em “Apartamento”, 7 (7,96%) em “Barraco”, 3 (3,41%) em “Outro”, 1 (1,14%) em “Loja”, 2 (2,23%) em “Abrigo do Projeto” e em 3 casos (3,41%) houve o “preenchimento incorreto do instrumento”. O gráfico a seguir demonstra que a maioria destes domicílios é “próprio” (62 – 74,72%), sendo composta por 3 a 6 cômodos.

### Situação Domiciliar / Número de Cômodos



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS.1999.

\* Houve preenchimento incorreto em 5 instrumentos.

Num País em que o “sonho da casa própria” é privilégio de poucos e pesadelo de muitos, salta logo aos olhos o fato de a grande maioria dos adolescentes afirmar residir em domicílios que pertencem a seus pais e/ou familiares. A reação quase instintiva que irrompe no leitor, principalmente aquele que vivencia(ou) e experimenta(ou) agruras para adquirir sua moradia, é de concluir que pelo menos neste aspecto os adolescentes possuem condições materiais de vida amplamente favoráveis. Ledo engano.

Se é correto afirmar que a maioria destes adolescentes não é oriunda dos estratos mais materialmente miseráveis da população, também o é que suas condições de vida em muito distanciam-se do razoavelmente aceitável. O leitor que fez aquela inferência deve procurar examinar a questão de maneira mais detida, começando por perscrutar sua própria definição de “casa própria”, provavelmente influenciada pelos padrões advindos das classes médias e que certamente desvanecer-se-ia ao conhecer os locais em que os adolescentes residem e perceber a total dissemelhança. Além disso faz-se imprescindível ressaltar que para eles “ser proprietário” significa, antes de tudo, a posse física da “casa”, situação que

em grande parte dos casos não está vinculada à posse jurídica e aos trâmites legais como certidão negativa de débitos, promessa de compra e venda, hipoteca, habite-se, título de propriedade e escritura registrada em cartório.

No mesmo tom é importante ter claro que estas moradias referem-se em geral a habitações precárias, localizadas em bairros periféricos, morros e favelas com escassa rede de equipamentos urbanos que proporcionem suporte material e de serviços, problemática que se percebe claramente nos relatos dos adolescentes: *“Não gosto da rua sem asfalto. Muita poeira na rua, a iluminação é muito fraca”*; *“Não gosto da guerra que está tendo lá e ninguém pode ficar na rua tranquilo”*; *“de madrugada tem um ônibus só”*; *“As ruas têm muito barro”*; *“Ruas pouco iluminadas”*; *“Não tem asfalto”*; *“É muito pouca movimentação. Lugar ruim, se tivesse mais gente, mas não tem ninguém”*; *“Não gosto da violência, é a única coisa que eu não gosto na favela é a violência mesmo”*; *“Miséria. Miséria é tudo. Falta d’água, fome...”*

Apesar disso, a grande maioria dos adolescentes demonstra gostar de suas casas, demarcando nitidamente em seu discurso o grau de importância que este tipo de “propriedade” exerce sobre suas vidas: *“Pra mim tá bom. Se eu não tivesse aquela casa eu ia depender de parentes e na casa dos outros a gente tem que fazer o que os outros quer”*; *“Acho ruim morar na casa da minha tia. Gostaria de morar com minha mãe para ter mais liberdade, ouvir som, ligar a TV. Mas não gosto do meu padrasto”*; *“Acho bom em vista que estava andando na casa dos outros”*; *“Eu acho que é bom porque é minha casa, é lá que eu moro e eu sou feliz porque não preciso morar na casa de ninguém.”*

Muitos identificam suas casas como um local digno, de descanso e refúgio, explicitando a antinomia entre a “casa e a rua” (Da Matta, 1997), que extrapola as dimensões físicas do domicílio para açambarcar sentimentos e relacionamentos: *“Acho legal. Não tenho nenhum remorso em morar lá não”*; *“Pô! Eu gosto da minha casa. Lá ninguém me aporrinha”*; *“É ótimo porque é sossegado. Ninguém perturba. É limpa, nós fazemos a limpeza”*; *“Ambiente bom, calmo, tranquilo...”*; *“Acho que a casa é um bom lugar para morar, mas a comunidade não. Está meio brabo de morar lá por causa do ritmo de guerra com os traficantes”*; *“Minha casa é um lugar de descanso e paz. Na rua não tem nada disso”*. Esta anteposição é ainda mais realçada quando eles a cotejam com seu cotidiano no tráfico de drogas: *“eu acordava de manhã e já ia para a boca... só ia para casa dormir... fiz alguns amigos colegas que já morreram... mas amigos não... no tráfico não tem amigo... porque se você dá um mole ele vai querer te matar... não pode confiar*

*nem na própria sombra”; “Ah! Pra mim não foi nada bom porque tinha que dormir lá... dormir em cima de laje. De vez em quando tinha que ficar acordado vinte e quatro horas por dia... Perdi a amizade do meu pai, da minha mãe...”*

Tais ponderações não os impedem de evidenciar a consciência da precariedade de suas casas: *“Legal. A minha casa não é casa de riqueza, mas tem comida, roupa que meu pai e minha mãe me dá...”*; *“Boa. Não falta nada pra mim. Não é aquela casa, mas dá pra levar”*; *“Acho uma casa boa, porém poderia ter mais eletrodoméstico, e um quarto só pra mim com computador, TV, vídeo, som, etc.”*; *“Gosto da minha casa porque é o cantinho que eu tenho. Mas seu tivesse outra casa melhor para morar eu ia”*; *“Eu gosto de morar nela, contudo é pequena demais”*; *“Me sinto bem nela. Só queria que fosse maior”*; *“Mais ou menos. Quem não queria uma casa melhor?”*

Embora as opiniões extremadas tenham sido quantitativamente menos expressivas, o choque entre elas não deixou de haver: enquanto alguns consideram suas casas *“maravilhosas”*, outros (menos numerosos) as criticam, tachando-as de *“péssimas”*, sendo que as reclamações mais específicas foram *“Muito quente, faz um calor danado”* e *“Não considero casa. Gostaria de ter conforto”*.

Com uma única exceção – *“Deus vai me dar muito mais um dia”* – nenhum adolescente expressou esperança de melhorar de vida ou planos de mudar-se para outros locais. Vários mostravam-se resignados com a situação – *“É lá que eu moro. O que posso fazer?”* – enquanto os poucos inconformados não foram além das críticas já citadas. Esta ausência de perspectivas é ainda mais preocupante que a precariedade das condições presentes, situação que pode ser sintetizada em um depoimento sofrido e entremeado pelo choro:

*“Eu acho que minha casa é legal, porque agora ela é de tijolo e tem laje. Ela foi construída com o dinheiro sujo do tráfico”*

Como analisar este relato? É lógico que ele encontra resguardo e ao mesmo tempo respalda a categoria da violência estrutural adotada nesta dissertação, mas como proceder diante de sua dramaticidade e da necessidade premente de soluções? Que sentimentos rondam um adolescente cujo “teto de casa” foi construído com um dinheiro que ele próprio denomina de “sujo”? Quantas vezes nós, cidadãos de classe média, já nos deparamos com situações similares, em que uma determinada demanda particular poderia ser resolvida

mediante uma ação que não condizia com nossos padrões éticos? O que fizemos? Será que ela era tão vital quanto o teto de uma casa?

Muito mais do que receber comentários, este depoimento precisa ser encarado como um grave alerta para a sociedade e, em especial, para o poder público: adolescentes como aquele que o proferiu nutrem cada vez menos expectativas de que a ação político-institucional possa melhorar suas condições de vida. Pelo contrário: diariamente acumulam experiências que aos poucos vão forjando o descrédito e a concepção de que a intervenção governamental só as pioram.

Em determinados aspectos a questão domiciliar aqui trabalhada também reflete o impacto deste descrédito. Todos os adolescentes foram apreendidos e julgados, passando a cumprir Medidas sócio-educativas, transitando pelas instituições públicas do Sistema Sócio-Educativo: Instituto Padre Severino (IPS), Educandário Santos Dumont (ESD), Muniz Sodré, Escola Estadual João Luís Alves (EEJLA) e CRIAMs. Nestes locais eles deveriam vivenciar um processo de “ressocialização” no qual, de acordo com o artigo 124 do ECA, garantir-se-ia a eles “ser tratado com respeito e dignidade”: *“A vida lá dentro (ESD) é de prisioneira”*; *“Todo mundo lá (IPS) é ruim. A porrada come... no Muniz é pior... me botaram numa cela que tinha lá”*; *“no Padre eles (os monitores) dava muito tapa na cara... agredia a gente moralmente com palavras... se a gente reclamasse era mais tapa na cara. Não podia fazer cara feia”*; *“No CRIAM não era a mesma coisa, mas, pô, o CRIAM não ajudava em nada... os outros garotos só queria fumar maconha”*.

É ponto pacífico tanto entre os estudiosos, quanto entre os profissionais da área, que a institucionalização não substitui o lar e muito menos as relações familiares, devendo sempre ser a última opção do Juiz. Cômicos desta situação, não tenciono pura e simplesmente comparar a “estadia” dos adolescentes no Sistema Sócio-Educativo com o período que eles estão em suas casas. Entretanto é inevitável indignar-se com os relatos e inferir que há uma real relação entre as humilhações que eles sofreram e o fato de relevarem as dificuldades e precariedades do local onde moram.

Ademais não é minha intenção reduzir o sentimento dos adolescentes em relação a suas casas à mera comparação entre as diferentes situações, antepondo Casa x Tráfico x Sistema Sócio-Educativo, principalmente porque eles fazem claras menções a uma plêiade de sensações, lembranças e experiências que interferem e influenciam suas posturas.

O que intento é aclarar certas situações, em especial as que envolvem o poder público (que na maioria das vezes são sufocadas) e mostrar o quanto elas são depreciativas.

Se o contato entre ambos é traumático justamente num momento crítico da vida do adolescente, quando deveriam imperar o bom senso, o apoio e a compreensão, o que ele pode esperar do poder público em outras situações não tão graves, mas nem por isso sem importância?

Não é de admirar que ao indagar-se-lhes sobre o que gostam nas comunidades em que vivem apenas dois adolescentes tenham citado algum tipo de ação do poder público - *“gosto do hospital”* e *“gosto do treinamento de guerra que a marinha faz ”* - enquanto todos os outros apontaram suas relações com vizinhos e colegas: *“Os colegas que eu tenho para jogar futebol”*; *“Gosto da vizinhança. As coroas gostam de mim e eu tenho muitas amizades com todos”*; *“Meu bairro é bom, tem festa, capoeira”*; *“rapaziada, as garotas e a vizinhança”*; *“Só gosto das mulheres. Tem muita mulher bonita”*; *“Tem um baile funk no barracão da Estácio”*; *“A Escola de Samba Unidos de Vila Isabel”*; *“Os pagodes da comunidade”*; *“Eu gosto muito de um cara que mora lá. Ele é tipo um pai para mim”*; *“gosto da padaria, porque o Jorge e a Cina atende todo mundo bem e a noite, no sobrado de cima, eles deixa fazer um culto e sai todo mundo feliz”*; *“lá na minha rua só tem cristão e está dando para eu fazer algumas amizades”*.

O poder público, seja por sua atuação desastrosa ou pela omissão, só sobressai quando eles revelam o que não gostam na comunidade: *“Valão”*; *“Das ruas com barro”*; *“da pouca iluminação”*; *“tem que Ter um telefone lá”*; *“De polícia. Só!”*; *“Quando a polícia invade o morro ao lado e dá tiros”* *“Os policias costumam agredir os adolescentes”*; *“Os policia invade a casa dos outros e quando as pessoas estão de cabelo pintado acham que são marginais e sobem dando tiro”*; *“Dos policiais, dos presídios, do batalhão e do descaso social”*; *“do posto policial que tem lá no alto do morro, pois quando tem uma pessoa arrumada e com dinheiro os polícia batem porque acham que é do tráfico. Os verdadeiros traficantes eles não conseguem apanhar, só matam os inocentes.*

As críticas dirigidas à polícia são contundentes e deveriam motivar o governo estadual a rever o comportamento de seus comandados, numa ação política ampla e intensa, que requer uma reestruturação profunda na forma como os funcionários públicos que são pagos para garantir a segurança da população encaram e tratam os cidadãos, principalmente os de baixa renda. Seria de suma importância reaproximá-los e demonstrar, através de iniciativas concretas e duradouras, que a repressão ao tráfico de drogas não é sinônimo de opressão social e nem instrumento de manutenção hegemônica das classes privilegiadas.

Permanecendo na apuração daquilo que os adolescentes não gostam em suas comunidades, constata-se que além dos já mencionados problemas com o poder público eles identificam como um dos principais pontos negativos “fofocas”: *“Têm muitas fofoqueiras”*; *As fofocadas, as judaria que têm de vez em quando*”; *“dos vizinhos que tomam conta da minha vida. Vigiam até na hora em que eu estou tirando as minhas roupas. Não posso levar mulher para lá, porque um dia fiz a besteira de ter namorado a irmã do vizinho e ela já estava grávida e eles dizem que o filho é meu”*; *não gosto das fofocas daquelas mulheres velhas. E é o que mais tem*”; *Ah! Eles ficam falando da vida dos outros. Falam da vida da minha mãe*”; *“Tem muita gente que toma conta da vida dos outros. Apesar que em todo lugar tem gente assim, mas lá é demais”*.

Relatos como estes fazem parte do cotidiano de qualquer condomínio de classe média, muitas vezes sendo repetidos até mesmo de forma literal. Deixando de lado a inconveniência daqueles que gostam de investigar a vida dos outros, o que mais revolta nas “fofocas” é o seu potencial de revelar fatos que deveriam ser ocultos ou de levantar ilações desairosas, que podem levantar sérios conflitos. No caso dos adolescentes este procedimento pode vir a delatar sua participação no tráfico, o que repercutiria muito mal em sua família, ou ainda os intrigar com os traficantes, o que poderia causar até mesmo sua morte.

### **Educação e Trabalho**

A prática de reunir em um mesmo tópico “Educação” e “Trabalho” é permeada pela iniciativa de estabelecer-se relações entre o grau de escolaridade dos adolescentes e as atividades laborais que eles porventura tenham exercido antes de serem apreendidos e ingressarem no Sistema Sócio-Educativo.

Ao proceder desta maneira envereda-se também por uma discussão crítica que procura analisar “Educação” e “Trabalho” como processos históricos e socialmente construídos, aprofundando o senso comum que os reduz a uma condição terminológica na qual a simples alusão seria suficiente para explicitá-los ou até mesmo explicá-los de forma cabal. Longe de estar ligado à produção de filigranas sociológicas ou de aproximar-se de um certo tipo de populismo este movimento é impulsionado por declarações e posturas que há anos são repetidas, indistintamente, por profissionais do mercado, partidos políticos,

ONGs e pelo próprio poder público: “um dos principais motivos para o trabalhador brasileiro estar desempregado é por que ele não tem acesso à educação”.

Paradoxalmente esta convergência de opiniões tem resultado em poucas e esparsas contribuições para a superação de um problema tão grave. Em verdade o que ocorre é que a concordância estabelece-se apenas em uma dimensão superficial, incapaz de aglutinar esforços ou de apontar estratégias unificadoras, uma vez que subjacente à terminologia niveladora estruturam-se concepções de mundo absolutamente divergentes, que atribuem valores e signos diferentes e contraditórios tanto à “Educação” quanto ao “Trabalho”. O economista inglês Gary Becker (1997), vencedor do Prêmio Nobel de 1994 e cuja postura em muito influencia os técnicos brasileiros, produz um exemplo típico desta situação:

“Na economia moderna o fator mais relevante é o capital humano. Há evidências de que os países que mais crescem são aqueles que o promovem de maneira eficaz. A educação é um dos componentes mais importante do capital humano(...) As escolas tentarão encontrar formas de educação feitas sob medida para responder às necessidades daqueles que provêm de estruturas da sociedade com menor grau de instrução(...) O grande desafio é dar aos alunos habilidades básicas, em termos de saber escrever razoavelmente bem, ter certo conhecimento de matemática e computação... a maneira de educá-los tem de ser diferente da maneira como se educam os filhos de médicos, advogados”

A primeira parte de sua argumentação parece ser lógica e provavelmente não desperta maiores protestos, pois seu objetivo é puramente descrever o empírico, sem analisá-lo. Todavia quando ele discorre sobre como o problema deve ser tratado dissolve as aparências e levanta contra si uma grande quantidade de opositores: “Qual o interesse da classe burguesa em que a classe trabalhadora tenha um ensino e educação nivelados pela qualidade?” indaga Frigotto (1989), tornando patente que o nivelamento ocorre apenas em um estágio etimológico, cabendo às concepções de mundo que constróem seu arcabouço o papel de desestabilizar o pretense equilíbrio. O paradoxo desfaz-se, levando consigo o consenso e minimizando as possibilidades de acordo.

O tráfego por contextos sociais tão amplamente complexos e sutis exige cuidado e expõe a necessidade de demarcar as concepções a serem adotadas, ainda que este não seja o momento de aprofundá-las. Ética e legalmente a “Educação” deve ser compreendida enquanto um direito fundamental dos adolescentes e, portanto, um dever do poder público cuja não observância implica, de acordo com o ECA e a Constituição Federal, em sanções políticas, administrativas e penais.

Constituindo-se realmente na principal fonte de ascensão profissional, a educação não deve ser restringida a este único papel. Transcendendo e extrapolando tais dimensões,

ela incorpora como atributo magno o fomento de uma consciência crítica, universalizante e plural, através da qual os cidadãos poderão desmascarar os disfarces ideológicos, definir e analisar os problemas sociais que vivem e reivindicar seus anseios sem serem manipulados ou precisarem de intérpretes.

Sob esta égide volte-se novamente a atenção para os 88 adolescentes, dentre os quais constata-se que apenas 51 (57,95%) estudavam, sendo 43 na Rede Pública de Ensino (28 na Estadual e 25 na Municipal), 6 na Rede Particular e dois sem informação. O quadro a seguir apresenta a “Relação Idade-Série” daqueles que estudavam, cotejando-a aos padrões preconizados pelo Ministério da Educação, que são identificados pelos campos de fundo azul e preenchidos com a sigla ME.

<b>SÉRIE QUE OS ADOLESCENTES CURSAVAM*</b>													
<b>IDADE</b>	<b>1ªEF</b>	<b>2ªEF</b>	<b>3ªEF</b>	<b>4ªEF</b>	<b>5ªEF</b>	<b>6ªEF</b>	<b>7ªEF</b>	<b>8ªEF</b>	<b>1ªEM</b>	<b>2ªEM</b>	<b>3ªEM</b>	<b>4ªEMP ou ES</b>	<b>ES</b>
<b>14 Anos</b>	-	-	-	-	1	-	-	ME	-	-	-	-	-
<b>15 Anos</b>	-	-	-	-	1	-	-	1	ME	-	-	-	-
<b>16 Anos</b>	-	3	1	-	2	3	-	-	-	ME	-	-	-
<b>17 anos</b>	-	-	1	2	3	1	2	-	-	-	ME	-	-
<b>18 Anos</b>	1	-	3	5	5	2	2	-	-	-	-	ME	ME
<b>19 Anos</b>	2	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	ME

Fonte: Ministério da Educação, 1998.

Siglas: EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; EMP: Ensino Médio Profissionalizante; ES: Ensino Superior

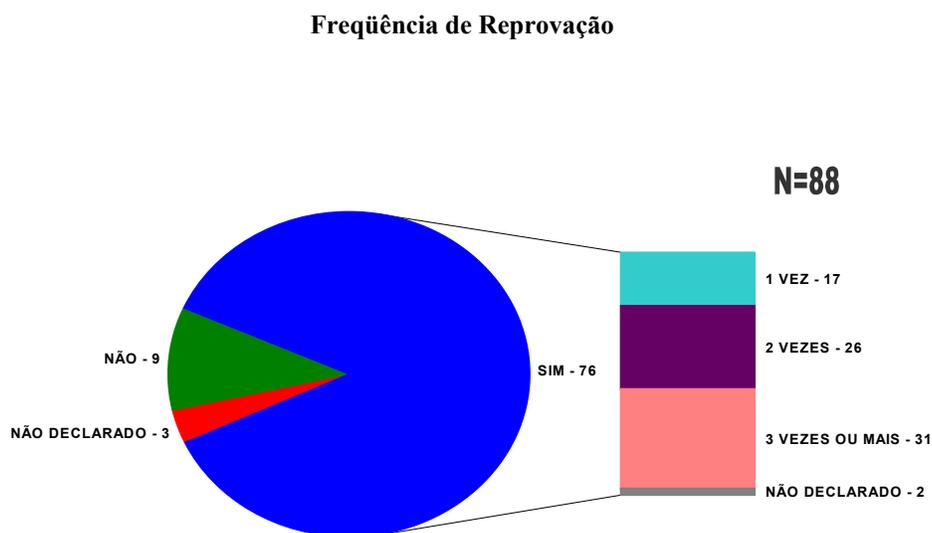
\*Dos 51 adolescentes que estudavam 5 não informaram a série

A conclusão é inexorável: nenhum adolescente enquadra-se nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério, sendo que apenas um, aquele que com 15 anos cursava a 8ª série do EF, aproxima-se deste patamar. Os 45 restantes apresentam uma enorme defasagem na “Relação Idade-Série”, protagonizando um intervalo de estudos perdidos que varia de 3 a 12 anos!

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a 5ª Série do Ensino Fundamental é a que concentra o maior número de alunos, 14 (30,43%), sendo também a única que conta com adolescentes de todas as idades. É interessante notar que ao focar-se os 31 adolescentes que não estudavam, 11 (35,5%) haviam abandonado a escola justamente nesta

série. Tais informações vão ao encontro dos estudos de Cruz Neto e Moreira (1998), que ao diagnosticarem as condições de vida e atendimento a crianças e adolescentes do Rio de Janeiro demonstram que a 5ª série é um dos principais “pontos estranguladores” da Rede Pública de Ensino, acumulando elevados índices de reprovação e evasão escolar.

A “Relação Idade-Série” constitui-se assim em um dos indicadores mais simples e sensíveis do campo da “Educação”, variando em razão direta da repetência e apontando importantes tendências de evasão escolar. Diante de um quadro tão acentuado de defasagem educacional depreende-se que aqueles adolescentes foram seguidamente reprovados, tendo vivenciado uma seqüência de eventos negativos que são maniqueistamente rotulados de “fracasso escolar”: notas baixas, reclamações feitas pela escola aos pais, reprimendas de comportamento, castigos públicos, advertências escritas e períodos letivos de recuperação. Os gráficos a seguir ilustram os alarmantes índices de repetência dos 88 adolescentes, revelando que 86,36% deles já havia sido reprovado, e que 35,23% tinha perdido 3 anos ou mais de estudo.



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS.

A estupefação causada pelas múltiplas reprovações é um sentimento praticamente inevitável que, no entanto, deve ser criteriosamente apartado de tendências classificatórias, que sumariamente enquadrem os adolescentes como maus alunos cuja repetência é uma decorrência quase natural. Embora essencial esta distinção não é tão clara para o senso

comum. Ao tomar conhecimento destes índices muitos os compararão intuitivamente com seu próprio desempenho escolar e não raros serão aqueles que exclamarão “como são burros!” ou “eles não querem nada com o estudo!”.

Ao preferir a compreensão dos motivos que levam o aluno a obter resultados ruins e a apresentar um comportamento não condizente por um conjunto de práticas culpabilizadoras, que impingem a ele estereótipos como indolente, irresponsável e inapto para o estudo, a “cultura da repetência” configura-se em uma perfeita tradução deste distanciamento, encobrendo (1) a insuficiência do investimento público no Setor de Educação; (2) as más condições físicas dos estabelecimentos de ensino, seu número reduzido frente à demanda e sua má localização; (3) a necessidade de melhorias na formação e capacitação dos professores; (4) a baixa remuneração dos profissionais de educação; (5) o descaso com os alunos portadores de deficiência de aprendizagem, visual ou auditiva; (6) a rarefação de bibliotecas e laboratórios; (7) a precária utilização de recursos pedagógicos e áudio-visuais que possam apoiar o aluno com mau desempenho.

Sem pretender adular os adolescentes ou encontrar justificativas que invariavelmente relevem seus comportamentos mais problemáticos, há que se reclamar que procedendo desta maneira a “escola”, em particular na Rede Pública, afasta-se cada vez mais da realidade de seus alunos, reduzindo com isso seu papel de polo atrativo, suas potencialidades educacionais e a capacidade de exercer influências positivas.

Dos 37 adolescentes que haviam deixado de estudar vários expuseram esta inadequação, revelando situações que podiam ser plenamente contornadas: *“Saí porque fui reprovado e acabei desistindo aos 11 anos. Retomei de novo a noite, mas estava ficando puxado porque trabalhava de dia, ficava no maior sol e a noite estava exausto”*; *“colégio era longe e não estava mais a fim de estudar”*; *“Eu não queria ser transferido”*; *“Não gosto de estudar. É ruim!”*; *“Fui expulso aos 11 anos porque empurrei um garoto da escada e ele tinha cuspidido em mim”*; *“Não gostava da professora”*; *“Saí porque repeti o ano”*; *“Não gosto de estudar. Já fui para escola umas duas vezes e não consigo aprender nada”*, *“Eu não gosto de estudar. Quem gosta?”*

É na escola que o aluno passa a maior parte do dia. Lá ele relaciona-se com colegas, namoradas, desafetos, serventes, diretores e professores, reproduzindo, em maior ou menor escala, suas formas de expressão, demandas e problemas cotidianos. Se os profissionais e responsáveis pela rede de ensino entenderem que a escola é um realidade a parte, decantada do que seria o “resto da vida” do adolescente, eles estarão abdicando da

oportunidade de transmitir conhecimento, carinho, compreensão e apoio que em muitos casos são vitais para que determinadas atitudes não seja tomadas, conforme descreve um técnico do "Sistema Aplicado de Proteção" elucida a situação:

*“Eu tomo umas atitudes aqui e o pessoal diz assim: “você passou a mão” Não! Eu não passei não! Eu estou compreendendo. Há uma grande diferença de você aceitar e de você compreender. Porque quando você compreende, está entendendo porque aquele garoto está agindo daquela maneira. Se você trabalha com esse menino, você procura compreender. Não aceitar aquilo que ele faz, mas compreender esse menino no dia a dia e lidar com ele como ser humano que precisa de você, que a auto-estima deles é baixíssima e você precisa despertar valores nele”*

Porque este tratamento não pode ser praxe já na escola? Não que deva haver sobreposição de atribuições originalmente destinadas ao Sistema Sócio-Educativo ou mesmo a substituição do papel da família. O que se postula é que os responsáveis e profissionais da Rede Pública de Ensino (federal, estadual e municipal) assumam suas responsabilidades sociais, transformando a escola em um instrumento de intervenção, prevenção e conseqüente melhoria da qualidade de vida. Provavelmente o Executivo Estadual e Municipal não possuam nenhum instrumento social tão eficaz quanto este e que, além de tudo, propiciará também a redução de gastos posteriores com internações, medidas repressivas e programas compensatórios.

Potencializando os problemas enfrentados na escola sobrevem a necessidade do adolescente de ganhar dinheiro, de contribuir com a renda familiar e a ligação com as drogas e o tráfico, que acabam por solapar as expectativas que ainda mantinham-se: *“Queria trabalhar. Estava fazendo biscate aqui e ali”*; *“Eu queria arrumar um serviço”*; *“Tinha de trabalhar e ter o meu dinheiro e para dar a minha avó”*; *“Minha mãe precisou de mim para eu tomar conta dos meus irmãos”*; *“Saí porque entrei para o tráfico”*; *“Saí por causa do envolvimento com drogas”*; *“foi por causa das drogas e eu fui para o tráfico e lá a gente não pode estudar”*;

Comparando-se a quantidade de adolescentes que já havia exercido alguma atividade laboral com a dos que não estudava - 81 x 37 - verifica-se que a despeito dos reveses e das dificuldades sociais e pessoais muitos adolescentes não debandaram simplesmente da escola, persistindo e procurando conjugar “educação” com “trabalho”, *“porque sem o estudo a gente não consegue nada na vida”*; *“porque sou obrigado, senão não serei nada na vida”*; *“se eu não estudar não vou ter nada na vida quando crescer”*; *“quero ter um futuro. Arrumar um pé-de-meia e se tiver estudo pode facilitar”*; *“é um diploma a mais”*; *“para melhorar a mente e aprender mais alguma coisa”*; *“porque distrai a mente e eu me sinto melhor, faço amizades e namoro de vez em quando”*; *“para*

*poder escrever minhas coisas”; “vai fazer falta”; “para ir em frente. Minha mãe ajuda pouco. Tenho que tentar”; “tem que ter um objetivo na vida”; “para aperfeiçoar meus estudos e me comportar junto às outras pessoas”; “se eu não for alguém pelo menos eu vou ser inteligente”*

A transcrição das mais de 100 atividades já exercidas por aqueles 81 adolescentes demonstra claramente que ao inserir-se precocemente no “mercado de trabalho”- 25 (30,86%) o fizeram entre os 7 e 12 anos, o que é expressamente proibido pela CLT e pelo ECA - eles são (des)tratados como mão-de-obra abundante, desqualificada, barata e descartável, cabendo-lhes, quando conseguem vaga, funções subalternas, mal remuneradas e praticamente desprovidas de possibilidades de ascensão.

Devido à multiplicidade e variabilidade das atividades optou-se por condensá-las em cinco grandes grupos, visando conferir-lhes melhor visibilidade, delinear os segmentos de mercado que absorvem os adolescentes e permitir sua posterior decomposição e análise de acordo com o enfoque a ser dado. Observe-se ainda que os números entre parênteses indicam quantos adolescentes exerciam determinada atividade.

- **Grupo 1: Atividades Braçais que Envolvem Grande Esforço Físico**

*Ajudante de Obra (8); Ajudante de Pedreiro (5).*

- **Grupo 2: Atividades Braçais que Envolvem Esforço Físico**

*Ajudante de Oficina (6); Ajudante de Mecânica (4); Ajudante de pintura de carro (2); Borracheiro (2); Lanterneiro (1); Lava a jato (1); Limpeza em loja de móveis (1)*

- **Grupo 3: Atividades no Setor de Comércio**

*Balconista de bar/lanchonete/pastelaria/padaria (7); Office boy (5); Marrequinho da Sendas (3); Empacotador de supermercado (2); Ajudante de sacolão (2); Ajudante de Gráfica (2); Entregador de farmácia (2); Entregador de quentinhas/marmita (2); Ajudante de cozinha (2); Reciclagem (1); Auxiliar de depósito de bebidas (1); Salgadeiro em casa de quentinhas (1); Casa de relógios antigos (1); Estamparia (1); Ajudante de serviços gerais de supermercado (1); Auxiliar de caixa da SENDAS (1); Abatedouro (1); Ajudante de marceneiro (1); Matava galinha em Aviário (1); Entregador de depósito de bebidas (1); Servente (1); fliper (1).*

- **Grupo 4: Atividades Domésticas**

*Doméstica (3); Limpador de casa de cachorro (1); Cortador de grama em casa de madame (1); Jardineiro (1); Limpador de jardim (1); babá (1).*

- **Grupo 5: Atividades Realizadas na Rua**

*Camelô (2); Biscate (2); Engraxate (2); Divulgador de curso (1); Chaveiro (1); Distribuidor de papelzinho em Madureira (1); Entregador de folhetos (1); Vendedor de cuscus na praia (1); Vendedor de doces no sinal (1); Vendedor de cachorro quente (1); Vendedor de camarão na praia (1); feira (1); Guardador de carro/flanelinha (1)*

A reduzida formação escolar e as poucas possibilidades de ascensão que estas atividades proporcionam incentivaram 37 adolescentes a frequentar “Cursos Profissionalizantes” que pudessem fornecer-lhes capacitação e qualificação mais adequada e, conseqüentemente, melhores chances para ter sucesso no “mercado de trabalho”. Afinal este é o procedimento indicado como ideal e necessário pela maioria dos técnicos que analisa a situação dos trabalhadores do País, tornando-se, inclusive, pauta de reivindicação de determinados sindicatos.

Cedo eles perceberam que disposição e vontade não lhes bastaria, uma vez que a maioria dos “Cursos” de maior prestígio junto ao mercado, como os do Sistema S, exigem como pré-requisito o Ensino Fundamental completo, alijando-os de antemão. Em contrapartida os “Cursos” ministrados pelas ONGs que atendem ao segmento infanto-juvenil e aceitam aqueles que possuem um reduzido histórico escolar dificilmente são reconhecidos pelos empregadores. Complicando ainda mais a situação vêm à tona os preconceitos contra aqueles que tenham passado pelo Sistema Sócio-Educativo: *“Meus principais problemas são a perseguição da autoridade e o descaso da sociedade. Quem passou por uma delegacia e foi autuado não consegue ter uma oportunidade, demonstrar que aquilo foi uma fraqueza e que agora não faz nada e que quer trabalhar”*

Dentre os 37 adolescentes que haviam frequentado “Cursos Profissionalizantes”, 22 declararam realizar alguma atividade laboral quando foram apreendidos. A Tabela a seguir deixa transparecer que o conteúdo apreendido nos Cursos estava sendo utilizado profissionalmente em apenas um caso - Mecânica x Oficina - e mesmo assim por um adolescente que já havia frequentado informática e inglês.

<b>CURSOS PROFISSIONALIZANTES</b>	<b>ATIVIDADES LABORAIS</b>
<i>Auxiliar de carpintaria teatral</i>	<i>Ajudante de obras</i>
<i>Confeiteiro</i>	<i>Ajudante de pedreiro</i>
<i>Eletricista de Automóveis</i>	<i>Biscate vigiando placas</i>
<i>Encadernação</i>	<i>Flanelinha</i>
<i>Informática</i>	<i>Tráfico de drogas</i>
<i>Informática</i>	<i>Camelô</i>
<i>Informática</i>	<i>Entregador de marmita</i>
<i>Informática</i>	<i>Oficina mecânica</i>
<i>Informática</i>	<i>Clube do estudante</i>
<i>Informática e Prática de Escritório</i>	<i>Vigia em parque de diversão</i>
<i>Informática, Inglês e Mecânica</i>	<i>Oficina de Carro</i>
<i>Informática, Mecânica, Lanternagem e Pintura de Automóveis</i>	<i>Camelô</i>
<i>Marcenaria</i>	<i>Tráfico de drogas</i>
<i>Mecânica de Automóveis</i>	<i>Tráfico de drogas</i>
<i>Mecânica de Automóveis</i>	<i>Tráfico de drogas</i>
<i>Office boy</i>	<i>Flipper</i>
<i>Refrigeração</i>	<i>Ajudante de Obra</i>
<i>Reparador de Eletrodoméstico</i>	<i>Lava a jato</i>
<i>Secretariado</i>	<i>Camelô</i>
<i>Serralheiro</i>	<i>Office boy</i>
<i>Vídeo e Teatro</i>	<i>Ajudante de Obra</i>

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS.

Talvez não seja tão surpreendente, mas é bastante preocupante que 4 (18,2%) adolescentes tenham declarado que trabalham no tráfico: “*Meu pai morreu e o que minha mãe recebia não dava. Resolvi sair de casa e trabalhar no tráfico*”; “*É um trabalho como outro qualquer. Tem horário, função e salário*”. Considerando-se os 46 adolescentes que realizavam atividades laborais quando foram apreendidos o número eleva-se para 10, equivalendo a 21,75% deste total!

Em meio ao espanto não se pode esquecer que compreender o “Trabalho” como qualquer atividade que envolva a troca remunerada de esforços não é privilégio dos adolescentes, sendo voz corrente entre economistas, técnicos e governantes, que rejeitam críticas e contraposições, adjetivando seus autores como “dinossauros”, “populistas”, e “demagogos”. É lógico que não chegam ao extremo de incluir em seus cálculos e planilhas de custo as atividades ilícitas, mas não se pejam em exaltar a criação de “novos postos de trabalho” para vendedores de picolé na praia, de catadores de lixo cooperativados, microempresários de carrocinha de cachorro quente, donas de casa quituteiras...

A penúria da população é utilizada como arcabouço daquelas construções teóricas, enquanto o infundável espírito inventivo e de sobrevivência do cidadão comum é transformado em instrumento de uma praxis manipuladora. Uma de suas principais repercussões é a drástica redução de horizontes imposta aos segmentos mais desfavorecidos da população. Ao discorrer sobre “qual a profissão que gostariam de ter” os adolescentes demonstram consciência das limitações que lhes serão impostas, elegendo “*mecânico*” (20 indicações); “*jogador de futebol*” (5) e “*office boy*” (4) como as três atividades mais ambicionadas, sendo que dentre as 38 citadas apenas 6 exigiam nível profissional - “*advogado*” (3); “*médico*” (1); “*enfermeiro*” (1); “*psicólogo*” (1); “*engenheiro*” (1) e “*contador*” (1).

Dos 36 adolescentes que realizavam atividades laborais antes de serem apreendidos, contingente que já excluí os 10 que declararam trabalhar no tráfico de drogas, (a) somente 1 tinha carteira assinada; (b) 18 (50%) enfrentavam uma jornada laboral que variava de 9 a 14 horas/dia; (c) 4 (11,11%) recebiam menos de um salário mínimo, 20 (55,55%) tinham uma remuneração que variava de 1 a 2 salários mínimos e o restante ganhava por tarefa desempenhada e (d) gastavam o dinheiro ou com despesas familiares ou com a compra de roupas para si próprio.

Pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, cursos profissionalizantes que não surtiram efeito, histórico de trabalho infantil, baixa remuneração, exclusão dos direitos trabalhistas, a seqüência de negativas afetando a autoestima e o desleixo do poder público: os aspectos abordados neste tópico retratam a situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social que os adolescentes enfrentavam, reduziam substancialmente suas expectativas de vida e muitas vezes compelia-os ao afastamento e à retirada. Obviamente eles não constituem a explicação sintética e cabal de todos os motivos e relações que levaram os adolescentes a serem envolvidos pelo tráfico de drogas, mas retratam fielmente um quadro construído por dificuldades extremas e que por ele foi explorado com sucesso em vários momentos.

## Convivência Familiar

Apesar de procurar enfatizar as *relações mãe-filho-pai*, a categoria “convivência familiar” aqui referenciada tende a extrapolá-las, estendendo sua abrangência a todos aqueles com os quais os adolescentes conviviam em seus domicílios. Neste esforço é importante ressaltar que a análise dos depoimentos adquirirá um viés prioritariamente descritivo, restringindo propositadamente as possibilidades de inferências e avaliações.

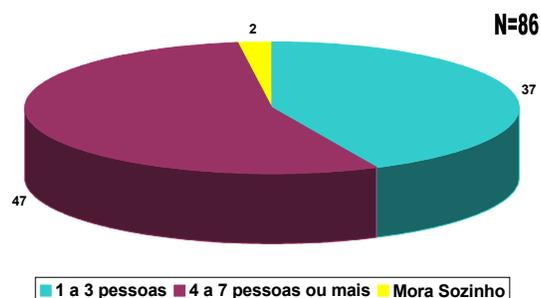
A justificativa de tal procedimento fundamenta-se, ética e metodologicamente, no fato de os familiares sobre os quais estar-se-á discutindo não terem sido oficialmente entrevistados, tornando no mínimo precipitada qualquer alusão que postule formulações, suposições ou questionamentos de maior complexidade. Nos tópicos até aqui discutidos estas restrições não se fizeram necessárias, uma vez que as relações analisadas não envolviam diretamente a vida de outros cidadãos. Resistindo às tentações, considero que mesmo as respostas mais contundentes e reveladoras não me autorizam a desferir raciocínios ambiciosos sem correr o grave risco de legitimar os estigmas e estereótipos que tanto tenho criticado.

Imbuído destas premissas passarei ao largo de categorias como a de “desestruturação familiar”, que apesar de ser bastante recorrente entre o senso comum está evitada de viéses positivistas. Poderia talvez incorporá-la de forma crítica, o que exigiria o estudo detalhado e aprofundado dos conceitos de “família” e “estrutura familiar”, para só depois tentar trabalhar uma possível compreensão do que seria tal “desestruturação”, tarefa que demandaria nova dissertação.

Todo este cuidado não significa que me recusarei a apontar e discutir as situações colocadas, nem que esteja negando que a exacerbação dos problemas familiares concorrem fortemente para o aprofundamento da vulnerabilidade pessoal e social dos adolescentes, situação da qual o tráfico de drogas aproveita-se fartamente. Pelo contrário: justamente por considerar o fortalecimento de tais relações como um fator imprescindível para que eles saiam do tráfico (e para que outros não entrem) é que coloco que mais interessante do que tipificá-las a partir da fala de apenas uma das partes envolvidas é procurar entender suas motivações e viabilizar formas de atenuá-las e/ou resolvê-las.

Analisando-se os dados fornecidos pelos adolescentes percebe-se que eles residem com um número consideravelmente alto de pessoas - conforme ilustra o gráfico seguinte - sendo que apenas 21 (23,86%) vivenciam o clássico tripé familiar *mãe-pai-irmãos*. As

composições familiares mais frequentes envolvem a presença de *mãe-irmão* (13 - 14,77%), *mãe-padrasto-irmão* (12 - 13,63%) e *mãe-avó-tio* (8 - 9,1%), evidenciando um elevado índice de separações cuja responsabilidade de cuidar dos filhos é relegada ao componente feminino. Por sua vez a presença dos pais sem as mães é bastante discreta, ocorrendo em apenas 8 (9,1%) casos, sendo que 4 envolvem madrastas, 3 os irmãos e 1 o filho do próprio adolescente.



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes .  
Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS.

Estes familiares compõem um contingente de pelo menos 348 pessoas, das quais a maioria possui grau de parentesco sanguíneo com os adolescentes - *mães, irmãos (apenas 4 adolescentes não têm irmãos), pais, tios, avós, primos, sobrinhos e filho* - o que não desabona a presença maciça de *cunhados, padrastos, madrastas e seus filhos*. Se os números absolutos atingem tal magnitude, o conjunto de relações travadas entre estas pessoas é depositário de uma riqueza e complexidade incalculáveis. Ao discorrer sobre elas os adolescentes emitem uma variada gama de opiniões e pontos de vista, construindo um quadro bastante peculiar e complexo, permeado por acusações, declarações de afeto, oscilações, falas reticentes e mudanças de rumo.

Em um primeiro momento, quando lhes foi inquirido “o que você acha das pessoas com quem mora?”, as respostas foram preponderantemente positivas, sendo que apenas 5 afirmaram “*não gosto deles*” e outros 3 declararam “*não acho nada*”. Os 76 restantes desfiaram um rol de qualificativos abundantes e genericamente abonadores: “*ótimos*”, “*bons*”, “*legais*”, “*responso*”, “*compreensivos*”; “*tranqüilos*”; “*carinhosos*”; “*gente muito boa*”; “*pessoas queridas*”; “*alegres*”; “*interessantes*”; “*amigos*” e “*exemplos*”

A satisfação homogênea e sem contestação começa a ser desmembrada a partir do momento em que as perguntas procuram esmiuçar tais relacionamentos. Motivados pelas indagações, uma considerável parcela dos adolescentes reorganiza e aprofunda suas falas, revelando pontos problemáticos e conflituosos: *“Eu me chateio pois eles ficam no meu pé”*; *“Eles são chatos. Ficam gritando o tempo todo”*; *“o Relacionamento com meu pai é problemático”*; *“faz um tempão que a gente não se vê. Por isso a convivência é boa”*; *“meu relacionamento? Nem sei dizer. Falamos pouco e quando falamos é sobre escola, curso, o que eu ando fazendo. Minha mãe é demais! Reclama de tudo, inventa, imagina coisas e fala”*; *“não converso muito não. Minha mãe fala no meu ouvido, fala que meus irmãos trabalham e eu não trabalho”*; *“Eu e minha mãe a gente se dá bem e não se dá bem ao mesmo tempo. Porque ela é que cuida do meu filho. Eu sou a mãe, mas quando precisa ela tá com ele. Mas eu não consigo conversar com ela. A gente fala uma palavra boa e o resto é tudo discussão. Ela me cobra, me culpa. Eu gosto dela. Não vou falar que eu amo não, mas eu gosto dela”*.

Perguntados sobre o que “mais gostam de fazer junto com estes familiares”, 21 (23,86%) adolescentes foram incisivos em afirmar: *“não faço nada”*; *“pô, não tem nada a ver”*; *“com a família nada”*; *“quando eu era criança eu ia ao parque com minha família, mas agora não fazemos mais nada juntos”*; *“Não faz sentido eu responder porque não faço nenhuma atividade com eles”*; *“Não faço nenhuma. Gosto de fazer as coisas sozinho”*... Dentre os outros 67 constata-se que as atividades citadas são praticamente as mesmas, quase sempre girando em torno de situações rotineiras como *“almoçar”*, *“fazer compras”* e *“assistir TV”*. Em uma escala bastante inferior figuram as atividades de lazer como *“praia”*; *“jogar dominó”*; *“sair para lanchar”* e *“soltar pipa”*. Além disso 2 destacaram que gostam de *“trabalhar”* e 2 de *“ir para a Igreja”*. De maneira emocionada um adolescente afirmou que *“gosto quando todos estão juntos em paz e sem brigas”*.

Indagados sobre o “o que gostariam de fazer junto com os familiares e não podem” a precária condição sócio-econômica impôs-se como fator limitador em praticamente todos os relatos: *“ver televisão é o que a gente mais gosta de fazer. A TV lá de casa queimou, era daquelas antigas. Eu não faço porque não tenho condições para consertar”* *“comprar uma casa para todos ficarem juntos”*; *“Gostaria de viajar. Não faço porque não tenho dinheiro”*; *“Viajar para um lugar tranquilo fora de lá onde moro, mas não tenho verba”*; *“Mudar do Rio de Janeiro. Basta eles ganharem na Tele-Sena”*; *“Fazer um churrasco para todos”*; *“Passar o final de semana numa fazenda com piscina, churrasco, futebol e só*

*lazer. Não tenho condições para isso”; “Ir ao parque, circo, restaurante...não tenho dinheiro”; “Ir ao Shopping comprar roupa com minha família pagando para mim”; “Sair para ir ao cinema, shopping, parque. Só uma vez nós fomos ao shopping”; “Eu gostaria de ir para um Shopping comer pizza e tomar um chope com todo mundo. Conversar e preparar o que vai ser o dia de amanhã de todos da família: quem estuda, estudar e quem não trabalha, trabalhar”*

Aqueles que não se referiram aos problemas financeiros expressaram seu sofrimento pelo distanciamento dos familiares: *“Eu queria que a gente fosse mais unido”; “Dialogar, porque não existe intimidade e confiança entre nós”; “O que eu mais gostaria é unir meus pais. Eu queria mesmo é que eles voltassem a morar juntos”; “Eu queria ser uma pessoa normal com a família. Minha mãe trabalha de segunda a sexta e final de semana toma cerveja”; “Passear com meu filho. Minha ex-companheira não deixa”.*

Atendo-se ao relacionamento *mãe-filho-pai* as críticas e problemas acirram-se quando são dirigidas aos pais, em especial à sua ausência e ao abandono da família: *“O relacionamento com meu pai é mais ou menos porque não convivo com ele”; “Eu odeio meu pai”; “Eu não gosto do meu pai. Ele fez várias comigo, com minhas mães e meus irmãos. Se eu pudesse... eu sei lá o que faria com ele”; “Meu pai mora longe. Eu não vou lá não”; “Relacionamento com meu pai é mais ou menos, porque eu quase nunca vejo, mesmo ele morando no mesmo morro”; “Nunca tive contato com ele pessoalmente, só por telefone quando minha mãe era viva”; “Com meu pai eu não quero conversa. Ele não procura a gente”; “Não falo com meu pai. Ele não me procura e eu não procuro ele”; “Com meu pai eu nem falo. Estou morando com minha irmã porque ele voltou para casa”; “Meu pai não mora comigo. A gente quase não se vê”; “Só vi meu pai uma vez”; “Não vejo meu pai desde um ano de idade”; “ não tenho contato com meu pai, ele sumiu há 7 anos”; “Não sei nada sobre meu pai. Só tenho uma foto dele e se ele estiver vivo deve ter mais ou menos 80 anos”; “Meu pai mora em Fortaleza e nem o conheço”; “Não conheço meu pai. Tá cada um pro seu lado se ele já não estiver no inferno”*

As falas revelam a revolta e o descontentamento dos adolescentes para com os pais, realçando o afastamento, o aparente desinteresse e seu desaparecimento. A partir delas é possível engendrar uma série de questionamentos acerca das ações e atitudes masculinas frente à responsabilidade paterna, contemplando-se desde a não preocupação com métodos contraceptivos até às motivações para a fuga e o abandono da companheira e dos filhos. No entanto, por mais tocantes e bombásticos que sejam, estes registros não permitem a

proliferação de afirmações generalizantes, nem podem ser encarados como pontos terminais das relações *pai-filho*. Sempre haverá possibilidades de uma reaproximação, e nelas deve-se depositar as atenções e esforços: *“Eu não gosto muito de falar com o meu pai não. Sabe por causa de que? O meu pai bebe cerveja aí fica doidão. Fica querendo me encher a paciência, fala todo nervoso comigo, não respondo e ele fica querendo me bater. Ele é muito chato... Eu não fugi do CRIAM por causa do meu pai. Se não fosse por causa do meu pai eu ia fugir mesmo. Ninguém ia ficar me batendo não! Mas eu pensei no meu pai: nego ia ficar perturbando meu pai? Aí não fugi”*

Conseqüência direta do distanciamento paterno, a forte presença feminina é capitaneada pelas mães, que foram apontadas por 42 (47,72%) adolescentes como sendo o componente familiar mais ligado a eles: *“Minha mãe gosta muito de mim. Deve ser porque eu sou filho dela e porque eu dou mais trabalho”*; *“minha mãe me entende mais”*; *“minha mãe é compreensiva”*; *“minha mãe me escuta e tem paciência comigo”*; *“minha mãe me dá conselhos muito bons”*; *“minha mãe é a única que me dá atenção”*; *“Minha mãe me ama. Ela gosta muito de mim. Ela fala todas aquelas coisas mas não é para o meu mal não. É só para o meu bem”*; *“gosto de conversar com minha mãe. Mesmo sendo dez minutinhos tá bom. Ela não gosta de conversar comigo porque a gente começa logo a brigar. Ela diz para eu largar a porra da maconha, senão vai dar tudo errado na minha vida; “Minha mãe tem um jeito que só ela sabe chegar e conversar. É o jeito de mãe”*; *“todo o tempo que eu usei drogas ela não desistiu de mim”*.

As mães e os irmãos são os familiares com que os adolescentes mais gostam de conversar, sendo que nesta lista apenas 5 incluíram o pai, reforçando a idéia de uma relação de afastamento e pouco convívio. Os assuntos por eles discutidos, apesar de diversificados, direcionam-se para questões afetivo-sexuais (mulheres, namoro...), a preocupação com o futuro (estudo e trabalho) e as formas de lazer (futebol, bailes...), conforme observa-se no gráfico a seguir.

### Assuntos Preferidos dos Adolescentes

Assuntos	Total
<i>Relacionamento Afetivo/Sexual</i>	22
<i>Estudo/Trabalho</i>	15
<i>Família/Residência</i>	12
<i>Sobre si mesmo/Futuro</i>	11
<i>Futebol</i>	7
<i>Bailes/shows/Pagode</i>	5
<i>Passeio/Moda</i>	5
<i>"Bens de consumo - Roupas de marca, carro ..."</i>	4
<i>Armamento/Violência/Tráfico</i>	3
<i>Drogas/Bebida</i>	3
<i>Religião</i>	3
<i>Não Declarado</i>	3
<i>Saúde</i>	1

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS. Rio de Janeiro. 1999

Preocupa bastante notar que não há nenhuma referência direta à esfera político-partidária, aos problemas sociais ou mesmo a qualquer tema ligado à coletividade, sendo que todos os itens citados dizem respeito à vida particular em seus diferentes âmbitos (consumo, diversão, sexualidade...), incluindo, no máximo, uma certa preocupação com as questões familiares. Um conjunto de respostas assim delineado revela, em primeira instância, a influência de uma concepção individualista de mundo que, tendo a mídia como principal instrumento de veiculação, dissemina o apelo ao consumo, à competição, à exaltação do vitorioso e à aceitação tácita de seus padrões de beleza e comportamento egocêntrico. Mais grave ainda é perceber que essa situação gera uma apatia sócio-política que só piora as já combalidas condições de vida destes adolescentes e de suas famílias, tornando-os cada vez menos preparados para lutar por seus direitos.

O resgate do relacionamento familiar, sem pseudo-moralismos e com a busca da compreensão, é um dos fatores mais importantes para que o adolescente saia do tráfico de drogas. Na absoluta maioria dos casos há uma anteposição ética entre ambos, que deve ser ampla e diariamente reforçada. Neste contexto o fato dos adolescentes terem envolvido-se com o tráfico ao invés de desqualificar e recriminar a atuação de seus familiares, da mãe em especial, deve funcionar como indicativo de problemas e motivador de uma revisão de valores e práticas: *“Meu relacionamento com minha mãe sempre foi bom, o que atrapalhava mesmo era o tráfico de drogas. Era muito sofrimento, minha mãe vivia me pedindo pra mim sair. Ai eu chegava em casa era aquela choradeira. Ai eu parei de ir para*

*casa. Aí depois fui preso, ela foi lá me visitar. E me apoiou todo tempo também. Que essa hora que a gente precisa mais de uma mãe, né? Ela foi e me apoiou. Aí agora que eu saí ela tá achando bom, né? Ela tá feliz, fala pra eu não voltar mais que aquilo não é vida. Fala que o caminho não é aquele, o caminho é Jesus”.*

O fato dos adolescentes terem envolvido-se com o tráfico ao invés de desqualificar e recriminar a atuação de seus familiares, da mãe em especial, deve funcionar como indicativo de problemas e motivador de uma revisão de valores e práticas. Sobre este assunto eles consideram que para se afastarem definitivamente do tráfico, seus familiares precisam: *“Me ajudar para que eu possa fazer as coisa que eu preciso”*; *Continuar me compreendendo agora e depois*”; *“me apoiar bastante e conversar bastante, aberto, uma idéia legal, certa”*; *“Me dando força e conselho”*; *“aconselhando a não me meter mais nesses troços que eu estava. Depois devo me virar e arrumar um trabalho”*; *“não deixando eu faltar os cursos. Estando sempre ali em cima de mim para eu fazer as coisas”*; *“Me dar força, conselho, para eu conseguir parar de usar drogas e mudar meu comportamento e ter responsabilidade”*; *“eles podiam freqüentar o grupo Naranon, que é de ajuda aos familiares de adictos. Depois eles precisam continuar me aceitando”*; *“Acreditar mais em mim como acreditavam antigamente”*; *“apoiar não na questão de dar conselhos e sim de me recuperar e ajudar a mim vencer na vida. Porque hoje em dia não tem como subir na vida sem o apoio da família”*

## Lazer e Cultura

Ao introduzir no “Perfil” um tópico que se detém sobre aspectos menos conflituosos e mais prazerosos da vida dos adolescentes desejei criar um *continuum* de descontração para eles - quando do momento da entrevista - e para o leitor mais preocupado, que a esta altura deve estar envolto e imerso nos múltiplos problemas dos quais tomou conhecimento, tentando entendê-los e resolvê-los. É bem verdade que para estes talvez não desponte o clima de relaxamento que os adolescentes experimentaram e transmitiram, pois se os assuntos aventados são mais amenos, não deixam de revelar situações de vulnerabilidade social e pessoal.

As formas de divertimento mais freqüentemente realizadas pelo adolescente são “jogar futebol”, “ir a baile funk”; “freqüentar pagodes”; “soltar pipa”; “ir à praia”, “namorar” e “ficar”, atividades que não por acaso são pouco dispendiosas. Por sua vez “ir ao shopping”, “barzinho”, “boite” e “academia”, diversões que exigem o desembolso de recursos financeiros e são rotineiras para moradores da Zona Sul, Barra e de bairros tradicionais da Zona Norte como Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e Meier, ocupam um lugar discreto na preferência destes adolescentes, revelando o crescente afastamento entre jovens das classes médias/altas e os das classes pauperizadas.

Ainda sobre este assunto é importante notar que “ir a praia”, atividade identificada pelo senso comum como inerente a todo carioca é citada apenas por 12 adolescentes (13,63%), o que está diretamente relacionado aos constrangimentos impostos à população de baixa renda em sua ida a este espaço público de lazer. Estigmatizados como arruaceiros e farofeiros, sofrem com o número reduzido de meios de transporte, as constantes e abusivas revistas policias e com as ameaças constantes dos moradores da zona litorânea em nome de uma pretensa “ordem”. Não se trata de alarmismo, mas sim da constatação que as dissemelhanças entre jovens de classes diferentes possuem aspectos delicados e conflituosos que podem encaminhar-se para a confrontação. Como exemplo relembra-se que nos meses que precederam a inauguração da Linha Amarela - rodovia que liga os bairros da zona norte e subúrbios à Barra da Tijuca, conduzindo também às praias do Recreio - foram constantes as manifestações de jovens moradores da Barra (reproduzindo em grande parte o discurso de seu país) contra a vinda dos “*Yellows*”, que seriam farofeiros, feios, mal-educados e até mesmo delinqüentes, deixando claro que se fosse preciso expulsariam-nos a força.

O quadro da página seguinte concatena alguns hábitos culturais dos adolescentes, abarcando as formas de lazer e comportamento religioso e político que por eles foram citadas. Atendo-se às três primeiras colunas torna-se possível elaborar uma relação escalar que permite inferir que quanto mais custosa a atividade, menos ela é procurada. Pode-se constatar que: (1) a preferência cinematográfica recai sobre filmes com temas violentos, brigas e tiroteios. Antes de qualquer conclusão apressada é preciso lembrar que a grande maioria das películas exibidas no Rio de Janeiro são sobre este tema; (2) baixa ligação com Igrejas, ficando nítida a disputa entre as denominações pentecostais e neo-pentecostais, que juntas somam 13 citações, e a Católica com 12; (3) apenas 4 adolescentes não assistem televisão, sendo que a maioria prefere filmes e novelas. Surpreendente são os baixos índices de audiência do futebol e dos esportes em geral; (4) A prática de esportes, realizada através do aprendizado de algum tipo de luta, foi relatada por 35 (39,77%) adolescentes, sendo que alguns praticaram mais de um tipo de luta; (5) O afastamento das questões político-partidárias e político-institucionais; (6) dentre os que manifestaram alguma preferência política a maioria demonstra inclinar-se pelo PDT, citando ou o partido ou líderes como o governador Garotinho e o ex-governador Leonel Brizola; (7) apesar de 43 adolescentes estarem inclusos na faixa etária em que o voto é obrigatório e 40 na que ele é facultativo, somente 5 afirmam ter participado em eleições.

Cinema	Religião	TV	Luta	Partido Político
Vou: 57	Tenho: 41	Assisto: 83	Fiz 35	Gosto: 13
Não vou: 24	Não tenho: 45	Não Assisto: 4	Não fiz: 53	Não gosto: 74
Nunca Fui: 5	Não Declarado: 2	Não Declarado: 1	<b>Qual?</b>	Não declarado: 1
Não Declarado: 2	<b>Qual?</b>	<b>O que assiste?</b>	Capoeira: 18	<b>Qual?</b>
<b>O Que assiste?</b>	Católica: 12	Filmes: 31	Jiu Jitsu: 7	Garotinho:4
Ação: 24	Acredito em Deus: 7	Novelas: 25	Karatê: 5	PDT: 3
Comédia: 9	Cristão: 5	Desenhos: 15	Boxe Tailandês: 3	Brizola:2
Romance: 9	Assembléia de Deus: 3	Reportagem: 7	Judô: 2	Enéias: 2
Terror: 8	Universal: 3	Jornal: 7	Tae Kwon Do: 2	PT: 1
“Qualquer Filme”: 4	Evangélica: 3	Futebol: 6	Luta Livre: 1	PV: 1
Artes Marciais: 3	Candomblé: 2	Esporte: 4	Boxe: 1	<b>Voto</b>
Guerra: 2	Batista: 1	Sessão da Tarde: 3	Kung Fu: 1	Já votei: 5
Ficção: 2	Umbandista: 1	Fantástico: 2	Full Contact: 1	Não votei: 83
Violência: 2	Deus é Amor:1	Outros: 1		
“Titanic”: 2	Protestante: 1			
“Orfeu”: 2	Vou à igreja de vez em quando: 1			
“Dos Bad Boy”: 1	Fui batizado no sábado (17/07/99): 1			
“Qualquer Um Que Tenha Briga”: 1				
“Van Dame”: 1				
“Silvester Stalonne”: 1				
“Filmes de Sexta Feira Canal 7”: 1				
“A Noiva de Chuck”: 1				
“Batman”: 1				
Policia: 1				
Suspense: 1				
Aventura: 1				
Drama: 1				
“Uma Linda Mulher”: 1				
“O Rei Leão”: 1				
“Última Chance”: 1				
Desenho: 1				

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes . Equipe de Avaliação  
FIOCRUZ/ENSP/DCS. Rio de Janeiro. 1999

## Tráfico de Drogas

Se tudo correu de acordo com o raciocínio inicial atinge-se, finalmente, ao ápice do perfil. Propositadamente a seqüência dos tópicos não foi construída de uma forma pretensiosamente linear, na qual o tom dramático e revelador das relações sócio-humanas e das declarações dos adolescentes intensificasse-se de acordo com o número da página, ensejando sempre um momento posterior de maior gradação emocional que eclodiria no “clímax” do epílogo.

Nítida ou tênue, a proposta que lastreou e delineou o trajeto até aqui percorrido tencionava interligar, interagir, analisar e discutir determinados momentos da vida dos adolescentes a partir de suas próprias possibilidades de atuação e intervenção. Ao longo de seu desenvolvimento ficou patente o quanto estas oportunidades são tolhidas e manifestam a situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social na qual a violência estrutural enreda-os.

O desfecho desta caminhada não é, portanto, o simples somatório das etapas anteriores. Sua relação com elas pode ser complementar, subsidiadora ou até mesmo contraditória, pois seu objetivo primaz é enfatizar a impossibilidade de compartimentalizar a vida dos adolescentes, julgando-os e tipificando-os por uma das inúmeras relações sociais que travavam, mesmo que seja ilícita e tenha levado-os à apreensão policial. Converte-se no ápice do Perfil somente na medida em que emula as reminiscências dos tópicos anteriores; rescinde vinculações de causa-efeito; correlaciona motivações, avaliações e inferências; instiga a análise crítica (do autor e do leitor) e demonstra a extrema necessidade de ampliar-se de forma efetiva o debate sobre o envolvimento de adolescentes pelo tráfico de drogas, extrapolando o foco de propostas jurídicas e de segurança, para incluí-lo no rol das atribuições das políticas públicas de cunho social.

Confesso que chego a atrapalhar-me com a efervescência e complexidade dos dados. Na mesa espalham-se as fitas K7 e a transcrição dos depoimentos. Multiplicam-se os relatos, as revelações, as dúvidas e as tentativas de análise. Por onde começar?

“Porque um adolescente entra para o tráfico de drogas?” *“Alguns é falta de trabalho. Outros já é porque quer comprar roupa de marca. Tem uns que fala que se envolve que é para ajudar a família, mas na verdade nem ajuda a família. O cara às vezes fica com medo de falar e gasta dinheiro na pouca vergonha. Às vezes os que é viciado gasta em pó ou maconha. Outros ganha, gasta em mulher, hotel. O tráfico... vamos supor: desde pequeno nós só anda junto. Aí você se envolve. Aí eu ando contigo e tu tá passando.*

*Aí tu: 'pô, me dá uma ajuda aí. Só passagem`. Aí tu vai e ajuda, começa a se envolver. Vai passando, passando. Depois outro que também anda contigo também acaba se envolvendo, aí vai assim. Se você tiver trabalhando tu não vai se envolver. Agora se tiver à toa..."*

O poder de síntese deste depoimento é impressionante. Em uma única resposta o adolescente consegue amalgamar considerável parcela das motivações que os outros 87 identificaram como sendo as responsáveis pela inserção no tráfico de drogas e que podem ser assim agrupadas:

*Drogas: "Algumas pessoas não tem a condição pra se drogar. Assim entra no tráfico"; "A pessoa geralmente não entra para o tráfico direto. Começa se viciando primeiro. Depois começa a ver uma pessoa passando de arma bonita. Aí começa a se misturar no meio, começa a pegar aquelas amizade ruim. Aí dali se torna um bandido"; "O cara tá necessitando muito da droga aí ele pensa logo em entrar pro tráfico. Porque no tráfico você mesmo tem sua droga, você vende a droga, você cheira se quiser, fuma se quiser."; "A droga é um vício que a pessoa usa hoje, começa a gostar, vai usando, vai usando, vai usando... quando vê a pessoa tá ali viciada, sufocada. Qualquer dinheiro que a pessoa arruma troca na cocaína. Aí a pessoa pode tá com cem real agora que pega um papelote de cinco. Já vi tudo, vai tudo mesmo. Quando a pessoa vê já tá durinha. A onda cai e a pessoa fica como? Careta"*

*Influência dos que já estão no Tráfico: "o pessoal fala: pô cara vombora pro tráfico. O cara vai dar dinheiro, tu vai arrumar muita mulher... é essas conversinha que eles manda, essas lorotinha. Aí o bobinho cai, entra e vai indo, caindo ali. Depois que vê já todo afundado"; "Eu tenho um colega que uma vez falou assim: Cê não tem nem condições de comprar uma roupa nova assim. Aí tu vê o colega andando arrumado, mas ele já tá envolvido. Aí já fala para você: vamo também! Com dinheiro, com roupa, vombora, vombora, vamo entrar nessa vida! Aí ele te leva lá na boca e te mostra pro Cara e bota tu para entrar no movimento"; "Você já é cria do morro. Aí, derrepente, o dono do morro me viu desse tamaninho, pequenininho. Aí você já vai conversando, já questiona com os caras: Pô e aí? Queria conversar como fulano de tal pra mim vê se eu panho uma boquinha pra mim aí. Tô na finalidade de me botar aí pra arrumar um dinheiro, né? Aí eles te leva diretamente ou te dá o telefone se o cara tiver preso. Aí tu desenrola seu papo."*

*Status e Poder de Sedução: "Por causa da aventura. Você tem tudo o que quer. Porque conquista tudo o que você quer. Porque acha que o colega é fortão, é durão, e*

*também que ser. A gente vê os filmes quer fazer também”; “Por causa da fama e do sucesso”; “Talvez até por aventura. Ficar trocando tiro, mexer com arma. Empolgação na hora, essa coisa aí.”; “Pô! É dinheiro mole. É fama que você tem, entendeu?”; “É mulher também. Porque pô, tem o cara que tem um problema de pegar mulher. O cara anda mal arrumado, não tem condição de arrumar mulher. A mulher nem dá bola. Aí o cara vai, começa a melhorar de vida. Começa a andar arrumado de uma hora para outra. Começa a ter dinheiro fácil. Aí as mulher começa a dar mole. Fica mole”; “Depois que entra para o tráfico o cara é bem mais respeitado na comunidade. Temido também. As mulher perde a linha na gente, que a gente tem muito dinheiro né? Elas perde a linha mesmo. Que elas sabe que um trabalhador não vai dar a ela o que a gente vai dar. Então hoje em dia a maioria dessas meninas de quinze anos tudo quer namorar bandido. Elas são iludida por bandido. Elas acha que o bandido tem dinheiro, banca elas. E elas também gosta de falar no colégio ou pra outras amigas que namora fulano que é bandido, sicrano que é bandido”; “Pensa que é onda: Ah! Vou entrar pro tráfico que aí vou ganhar muito dinheiro e mulher. Aí entra pensando que é mil maravilhas. Quando chega lá é atirado como bucha. Fica de bucha para os outros. Quando vê já tá devendo para a boca.”*

*Condição Sócio-econômica: “Têm muitas pessoas que entram por pobreza. Quer comer do bom e do melhor, quer fazer do bom e do melhor”; “Têm umas coisas também da sociedade que fica maltratando também. Aí nisso vai criando revolta”; “Esses dias mesmo, eu tava dentro do ônibus. Eu vi um menor pedindo dinheiro pra comer, pedindo, chorando pra dentro do ônibus pedindo um dinheiro para comer. Ninguém, queria dar um dinheiro pro menor comer a comida. Aí por isso que às vezes as pessoas se revolta, né? Aí rouba, trafica.”; “Tá muito difícil para trabalhar. Ainda mais os jovens que moram em comunidade. Anda, anda, anda para procurar um serviço e nunca tem. Aí chega numa boca de fumo, toda semana é cem reais. Ganha cinquenta reais em cada carga. Num dia se a boca de fumo vender dez cargas é quinhentos reais que o vapor tira. Quem vai querer outra vida? Porque aonde é que um trabalho vai poder lhe dar dinheiro? Ganha cento e trinta por mês, para poder comprar uma roupa? Pô, um trabalhador não dá nem para comprar uma roupa, ir no baile funk, ir pra um hotel. Cê vai fazer isso vai morrer de fome”;*

Reconstruindo sem maquiagens experiências que vivenciaram no conturbado cotidiano do tráfico de drogas, o depoimento dos adolescentes deixa claro que as motivações imiscuem-se e interagem, evitando apontar “a causa” ou “o motivo”. O que eles

relatam é a multiplicidade concomitante de várias situações de vulnerabilidade pessoal e social cujo acirramento é fartamente explorado pelo tráfico que, de maneira premeditada ou não, apresenta-se para muitos como uma possibilidade de atenuar ou mesmo resolver alguns problemas.

Ao falarem de sua própria inserção no tráfico de drogas, os adolescentes reforçam e esmiuçam este raciocínio: *“tinha muitos problemas dentro de casa e procurei resolver fora de casa entrando no tráfico”*; *“Isso aí foi um problema sério dentro de casa. Pode colocar: espancamento. Entrei no tráfico para conseguir uma pistola pra matar meu irmão porque ele tem raiva de mim porque quando estava na barriga da minha mãe meu pai, que vivia drogado, batia na minha mãe e meu irmão brigava com ele e ele batia nele também. Ele ficava com raiva e batia em mim”*; *“Porque eu estava duro. Precisava de dinheiro, tinha saído de casa”*; *“Por causa das condições. Minha mãe recebia o dinheiro da pensão do meu pai e só queria saber de beber e nunca sobrava nada para mim. Minha irmã foi criada por um casal rico no Leblon e eu fui criado num colégio interno no Méier. Comia uma sopa horrível. Depois eu fui ficando pior de dinheiro, aí eu entrei para o tráfico”*; *“Porque estava querendo comprar roupa”*; *“Porque eu estava dependendo de comprar roupa e ajudar a minha mãe”*; *“Não tinha dinheiro e quando eu saí do emprego comecei a usar muito. Até que resolvi entrar no tráfico para ter um dinheiro mais fácil”*; *“entrei por causa do dinheiro. Porque usava droga. Começou tudo junto”*; *“porque eu via os caras arrumadinhos com dinheiro e eu carregando bolsa dos outros”*; *“porque gostava de armas e porque queria ganhar dinheiro e também fui influenciado pelos meus colegas que já estavam no tráfico”*; *“Eu tava à toa, ia para o baile e o garoto do baile me chamou. Aí ele me pediu para eu ir lá na casa dele e eu comecei a ajudar a ele lá e depois eu voltava às 17h00min para casa; “porque eu tinha que sustentar a casa. Como era tempo de calor eu não conseguia vender doce e precisava de dinheiro para comprar as coisas em casa, resolvi entrar para o tráfico”*.

Adotando-se uma proposta um tanto quantificadora é possível dimensionar que 46 (52,27%) adolescentes citaram a *“necessidade de ganhar dinheiro”* como sendo a motivação mais premente de sua entrada no tráfico, associando-a sempre à finalidade que desejavam obter ou consumir. Ao concretizarem esta opção o tráfico passa a representar para eles o único meio que foi capaz de satisfazer-lhes certas necessidades e desejos, ou de resolver seus problemas mais freqüentes.

Ao longo desta dissertação converti boa parte dos esforços na tarefa de elucidar e criteriosamente apresentar uma série de eventos e situações que concorreram intensamente para que o tráfico de drogas assumisse tamanha proporção no Rio de Janeiro. A fala dos adolescentes, infelizmente, empresta viço a essas análises, narrando sem subterfúgios a forma e os momentos em que a sociedade, seguida e continuamente, negou-lhes chances, fechou-lhes portas, obstou os caminhos e encurtou seus horizontes. É muito cômodo criticar seu envolvimento e esbravejar rígidas punições sem indagar qual, como e porque uma sociedade exclui, negligencia, vilipendia e acua seus integrantes de tal forma que eles passam a encarar uma atividade criminosa como possibilidade de melhoria de suas condições de vida!

Além disso há que se levar em conta um dado bastante peculiar: o dinheiro que eles procuram no tráfico não tem como objetivo a acumulação - tão comum nos crimes de colarinho branco - mas sim o consumo. Nas entrevistas pude, sem muito esforço, conhecer o orgulho e a satisfação com que mostram as roupas da moda que eles “compram” para ficar mais bonitos, dos presentes que “compraram” para as mulheres de que gostam ou das “compras” que levam para casa: *“Eu comprava roupa e ajudava em casa sem que minha mãe soubesse a origem do dinheiro”*; *“Comprava uma porção de coisas para mim, roupas, chinelo”*; *“Comia na rua, ia no flipper, no shopping”*; *“Comprava roupa de marca”*; *“Gastava com roupa, bebida e mulheres”*; *“Gostava de bijuteria, comprava relógio, roupa, tênis”*; *“Gastava com drogas, roupas e brinquedo para o filho”*; *“Ia pro baile, comprava roupa, bebida, comida e fruta pra casa”*, *“Comia no Mc Donald’s e Bob’s”*; *“Gastava tudo com a minha filha”*; *“Comprava roupa e tênis”*; *“Mandava dinheiro pra família”*; *“Ia pro baile, pagode, festas e churrascos, andava de taxi...”*; *“Comprava hambúrguer, biscoito, danone, drogas e roupas”*; *“Com o dinheiro eu ajudava em casa e saía final de semana”*; *“Gastava com mulher e hotel”*; *“Gastava o dinheiro com mulheres, roupas, amigos, ia pro baile, restaurantes e cabeleireiro”*; *“Comprava roupa, gastava também com mulheres, na obra da casa e comprava muita comida... Tive vontade também de ter um celular e uma bicicleta, mas também, não consegui comprar.”*

Comprar aquilo que necessitam! Ir a uma loja de roupas em um shopping center, escolher as peças que mais lhe agradam, experimentá-las e adquiri-las são tão importantes e gratificantes para eles que por si só justificam o risco que correram no tráfico.

Haverá algum adolescente que não se compraza diante desta situação? Afinal o consumo e todos os seus acessórios - fama, poder e *status* - é valorizado desta forma por ser

uma característica distintiva de uma sociedade que diariamente bombardeia-nos com sua lógica mercantil: vista a roupa **A** para ficar mais bonito e ter sucesso profissional; beba refrigerante **B** para conquistar a garota que você deseja; use a vitamina **C** para ter uma vida saudável; dirija o carro **D** para ter uma vida com mais adrenalina!

A linguagem, direta e nada subliminar, abusa do uso de verbos que apesar de distintos encontram seu equivalente em outro: consumir. Mais que isso, a mercadoria a ser consumida (comprada, contratada ou alugada) é sempre de melhor qualidade que o serviço análogo prestado pelo poder público: escola, hospital, planos de saúde, moradia, serviços de luz, água...

Consumindo estas mercadorias os adolescentes lavam parte do dinheiro do tráfico de drogas e o injetam na economia formal, assegurando lucros para os empresários, a manutenção de postos de trabalhos e a arrecadação pública de impostos. Tal aporte financeiro assume volumoso vulto: dos 55 que informaram sua renda semanal, 22 (40% destes e 25% do total) declararam que seu “salário” – que é pago ao fim de cada dia – é superior a R\$ 500,00/semana; 15 (27,27% e 17,04%) que gira em torno de R\$ 100,00 e R\$200,00/semana; 4 (7,27% e 4,54%) entre R\$ 300,00 e R\$400,00/semana e 1 com R\$100,00/semana. Ressalva-se que os outros 33 relacionaram a sua remuneração às “cargas” de drogas que vendiam, sem no entanto deixarem claro quantas eram, impossibilitando o cálculo do valor semanal. O quadro a seguir ilustra as funções por eles exercidas para receberem tal remuneração.

<b>Função</b>	<b>Total</b>
<b>Vapor</b>	45 (51,13%)
<b>Gerência</b>	19 (21,57 %)
<b>Segurança</b>	9 (10,22%)
<b>Olheiro</b>	2 (2,27%)
<b>Endolador</b>	2 (2,27%)
<b>Abastecedor</b>	2 (2,27%)

**Fonte:** Sistema Aplicado de Proteção aos Adolescentes Oriundos de Medidas Sócio-educativas por envolvimento pelo Tráfico de Drogas. 1999

OBS: 9 adolescentes não informaram o cargo que ocupavam

Calculando-se de forma aproximada e sempre optando por valores menores em caso de remuneração variável, os 55 adolescentes anteriormente citados recebem semanalmente a impressionante quantia de R\$ 30.870,00, valor que à época equivalia a 227

salários mínimos! Ponderando-se por um lado que nenhum deles fez qualquer tipo de menção a guardar o dinheiro, economizá-lo ou acumulá-lo, afirmando gastar tudo o que ganham - hábito que Zaluar (1994) denominou “consumo orgiástico” - e por outro que o pagamento pode ser revertido em drogas, é plenamente plausível considerar que pelo menos 50% daquele montante era utilizado para consumir no mercado oficial. Chega-se então a um valor de R\$ 61.740,00 mensais, 453 salários mínimos, em compras.

Nesse momento a sociedade valoriza-os. Trata-os com toda a pompa que os comerciais televisivos gastam para introduzir nobreza ao ato de comprar desvairadamente. Encara-os como consumidor, não mais de drogas, mas de suas fetichezadas mercadorias oficiais e legais. O ar refrigerado do *shopping center* dissipa por instantes as barreiras: agora não importa investigar a origem do dinheiro, não interessa se eles moram em favelas... não há problemas desde que tenham dinheiro e disponham-se a gastá-lo no mercado.

Por mais que sejam trágicas, estas relações ocorrem as mancheias. Seu aprofundamento e estudo iluminam situações nebulosas, conduzem à desvinculação da pobreza com a criminalidade e desnudam a forma como a sociedade de mercado pode invalidar, desprezar e desvalorizar o ser humano, mas nunca o seu dinheiro.

Organize-se as idéias. O tráfico e o dinheiro dele advindo despontam para estes adolescentes como meio de satisfazer necessidades socialmente construídas. Perceba-se que mesmo aqueles que não mencionaram motivações financeiras para inserir-se no tráfico foram unânimes em afirmar que utilizam sua renda prioritariamente (se não unicamente) no consumo de mercadorias legais.

Conforme elucida Marx (1987) as relações travadas na estrutura de uma sociedade capitalista impelem os indivíduos a saciar suas necessidades no âmbito do mercado, travestindo-os de consumidor. Ao mesmo tempo que as necessidades são socialmente determinadas, esta mesma estrutura, através do processo de acumulação de capital, concentra as oportunidades e meios de saciedade nas mãos de uma parcela de consumidores, negando a outra ainda maior tais possibilidades. No entanto o movimento vital do mercado é, tragicamente, de expansão e por isso não pode se dar ao luxo de muito escolher quem irá participar de suas transações. A única barreira que erige é a exigência do passaporte dinheiro.

Na compreensão dialética desta contradição forjam-se as chaves que superam esteriótipos, fecham portas que pretensamente interligam pobreza e criminalidade e abrem

outras que descerram caminhos que conduzem à constatação que mais pujante e essencial que a necessidade do consumidor por dinheiro é a necessidade do mercado por capital.

Focalizemos o Rio de Janeiro.

Em 1998 a 2ª Vara da Infância e Juventude – Comarca da Capital, atribuiu Medidas Sócio-Educativas a 1.662 adolescentes que haviam cometido ato infracional análogo ao artigo 12 (tráfico de drogas da Lei de Entorpecentes). Mantendo-se as proporções de ganhos e gastos outrora dimensionadas é possível estimar que este contingente aplique no mercado legalizado a estarrecedora quantia de R\$ 1.852.000,00.

Antes de prosseguir gostaria de esclarecer alguns pontos: (1) só estou levando em conta dados oficiais que contabilizam apenas os adolescentes que foram apreendidos pela polícia e passaram pelo juizado. Com isso deixo de fora os adultos (maiores de 18 anos) e desconsidero estimativas policiais como a publicada na edição de 10/09/1995 do Jornal do Brasil, que dá conta de que no Rio de Janeiro o tráfico contaria com mais de 100.000 pessoas; (2) as cifras com que trabalho são referentes ao montante financeiro que acaba nas mãos daqueles adolescentes, que, conforme demonstrei, ocupam, em sua maioria, os cargos mais baixos da hierarquia do tráfico. Neste momento não ousou especular quanto rende esta atividade para os que estão no topo, nem para aqueles que não fazem parte do setor de vendas mas sim da distribuição internacional, na qual os lucros são muito maiores; (3) Só estou referindo-me à lavagem direta de dinheiro através do simples ato de compra de mercadorias, que comparada às grandes negociatas, aos paraísos fiscais e a ciranda financeira assume proporções ridiculamente ínfimas.

Que mercado seria capaz de desprezar um volume de dinheiro que em um ano ronda os R\$ 21.600.000,00? Imerso na crise sócio-econômica que há décadas fustiga o país, reduzido drasticamente pela fuga e o fechamento de inúmeras macro-médias-pequenas empresas e brutalmente descapitalizado pela diminuição do poder aquisitivo da população, o mercado carioca certamente não o seria.

Eis o drama: a sociedade de mercado repudia aqueles que cometem o ato infracional ao mesmo tempo que sobrevive, deseja, anseia e estimula a multiplicação do dinheiro que eles obtêm. A situação desnorteia e as tentativas de resolução, tão complexas quanto dolorosas e prementes, devem ser objeto de estudo e debates não apenas de intelectuais ou governantes, mas de todos os cidadãos.

Ao serem indagados sobre o que seria necessário para que um adolescente não se envolvesse com o tráfico, as respostas parecem coroar a discussão sobre as possibilidades

de vida que são restringidas, encerrando-a neste Perfil: *“Terminando com o tráfico. Eu só vejo esta solução. Fazem uma porção de coisas e tráfico continua. Não acho mais nada”; “Não tenho a mínima idéia. Ué eu não tenho pai; às vezes eu queria as coisas eu não tinha. Minha avó que me tratava super bem faleceu; tem gente que tem tudo e entra no tráfico, rouba carro. Então não sei”; “Acho que a família ter uma renda familiar e ter um diálogo. Apesar de ter um monte de playboy no CRIAM que já rodou com o tráfico”; “Ele não morar perto da favela, morro ter pai e mãe”; “Não se misturar com as pessoas do tráfico”; “Ele precisa estar trabalhando e estudando”; “Trabalhar – ocupação”; “Ter o trabalho que gosta, uma escola”; “Praticar esporte, estudar, se divertir de outra maneira sem usar drogas: ir ao shopping, discoteca”; “O apoio e o conselho dos pais. Temos que escutar os conselhos. Não se misturar procurar uma boa companhia e não se deixar levar por ninguém”; “Apoio, ajuda, condições financeiras, que a maioria dos jovens tem que ter roupa de marca, falta de dinheiro”; “Estar estudando ou trabalhando, só isso”; “Ter um trabalho e ter todas as roupas que ela quer”; “Não se juntar muito. Ficar sempre com dinheiro no bolso. A mãe tem sempre que se virar para dar dinheiro pro filho, se não “eles pode” entrar pro tráfico”; “Preencher todo o espaço vazio de manhã, a tarde e a noite”; “Ocupar mais o seu tempo, na comunidade (favela), na favela o adolescente ficar vendo as armas e muito dinheiro no tráfico”; “É necessário ele não usar drogas, não se envolver com as pessoas que conheçam traficantes e a família dar apoio necessário ao adolescente em termos de dinheiro, afeto, de conseguir um trabalho para ele. A família tem que dar exemplo”; “Dar trabalho para ele ganhar dinheiro e ocupar a mente dele. Botar ele para sair, andar, caminhar e correr atrás dos seus objetivos”*

A extensão deste assunto justifica-se pela tentativa de fornecer subsídios que contribuam para banir definitivamente os preconceitos sócio-econômicos que embasam as atitudes repressivas e autorizam a polícia a subir os morros atirando a esmo e chamando mortos e feridos de perigosos traficantes.

A relação com os policiais é um dos pontos mais preocupantes de todos, sendo marcada não apenas por tiroteios, mas por uma inexplicável violência física por parte daqueles que são remunerados (mal, o que não justifica em nada as agressões) com dinheiro público para manter a ordem e não para decidir sobre a vida de ninguém. Dos 88 adolescentes 55 (62,5%) declarou ter havido violência em suas prisões, contra 26 (29,55%) que não passaram por essa situação, enquanto 7 não informaram. A lista das agressões é tão nojenta e hedionda que faz corar qualquer torturador da Operação Condor: *“Eram mais de*

6 policiais e eu estava sozinho”; “Paulada, chute, pisam na cabeça, tijolada, porrada na costela...”; “Madeirada, chute na barriga, na canela, paulada nas costas, chegava a ficar inchado” “Espancamento nos órgãos genitais e estômago”; “Soco, chute, saco na cara, choque” “Paulada, arame na minha cabeça”; “Fuzil na cara, tapa na cara. Cuspe na cara, choque”; “Me deram chute, porradas e pegaram na pistola para me matar lá, sorte que a minha arma era de brinquedo.”; “Socos, chutes, bico, colocaram saco na minha cabeça, me deram choque, me empurraram de barranceira arrastando, me viraram de cabeça para baixo e enfiaram a cabeça num balde”; “Me levaram para a praia da luz em São Gonçalo, me colocaram de joelhos dentro do mato e apontaram o fuzil para me matar. Botaram um pneu e jogaram gasolina para eu ficar com medo”; “Paulada, soco na cabeça, no ouvido, rosto, dentes, choque, tentaram me enforçar com um saco plástico”; “Porrada, chute, queimadura com cigarro, esculacho...”; “Espancamento, coronhada, chute, perna de 3 (pau)”; “Na primeira vez deram um tiro perto do meu ouvido, chutes e tapa na cara”; “Soco na cabeça, pisão, apertar o pescoço na porta, bico”; “Apanhei de cabo de pistola. Tapa na cara, chute na canela, torceu a camisa”; “Soco na cabeça, submarino (algemam os braços para trás e colocam a cabeça em um latão cheio d’água), na delegacia”; “Cuspiram dentro da minha boca”; “Passaram o canivete no corpo, bateram, enforcaram, enfiaram os dois dedos no olho. Bater com o punho fechado na nuca e no pé do ouvido, martelada na cabeça”; “Colocaram um saco na minha cabeça (submarino), algemaram, colocaram minha cabeça dentro de um latão com água e tentaram me jogar da laje”; “Eu já apanhei tanto de policia que eu nem sinto mais dor. Eles batem de arma, bico, chute, soco, pedaço de pau, tijolada nos peitos”

Graves também são as denúncias de extorsão: “Essa vez foi a primeira vez que eu fui preso. Outras vezes eles me pegaram mas a gente dava dinheiro, eles soltava a gente. Mil reais... Quando eles pede dinheiro eles fala assim: Não vai ter papo não? No caso o papo é dinheiro. Aí era mil reais pra mim que era um vapor. Agora se eles pegasse uma pessoa com um cargo maior era cinco mil, três mil, dependendo... Pra arrumar esse dinheiro a gente entrava em contato e eles pagavam porque, vamos dizer, a gente já era mais chegado assim como tráfico. Quando não pagava eles levava pra dura, ou senão matava. Isso que eles faziam. Batiam muito pra poder caguetar, mas a gente não caguetava nada, aí então leva a gente preso. Dessa última vez eles me bateram muito, aí depois que eles vieram pra cima: agora que vocês me esculacharam não tenho dinheiro não, me leva logo! Me matar vocês não vão porque tem um monte de pessoas olhando, um monte de

*morador me olhando. Era de dia e eles não ia poder me matar. Ai foram e me levaram preso.”*

O que comentar?

O capítulo a seguir é destinado à análise de um componente específico da vida destes adolescentes, sem o qual a elaboração de seu “Perfil” estaria incompleta: as implicações na saúde advindas de sua participação no tráfico de drogas. Preservando a coerência com a linha de estudo e investigação até aqui adotada, serão mantidos os mesmos procedimentos teórico-práticos, encarando-se mais uma vez os depoimentos como condutores da narrativa e, conseqüentemente, de sua análise. O leitor logo perceberá que procuro distanciar-me de uma concepção mais hermética, que concatena “saúde” apenas com a ausência de doenças, e aproximar-me de seu conceito mais amplo e socialmente determinado, a fim de demonstrar que os agravos que aqueles jovens sofrem extrapolam a esfera pessoal, acumulando-se e avolumando-se em um movimento complexo que abarca desde seus familiares até a própria sociedade.

## V) ‘Coração de Bandido é na Sola do Pé’: A Vida no Tráfico e suas Implicações na Saúde dos Jovens Atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção

Extraída do contundente depoimento de um dos jovens entrevistados, a sentença que serve de epígrafe ao título deste capítulo, foi proferida com o intuito de ilustrar as tensões e os riscos com os quais ele havia convivido durante o período em que esteve inserido na estrutura do tráfico de drogas. Ao produzir uma metáfora tão tragicamente bela e esclarecedora ele consegue elaborar e transmitir uma síntese de suas sensações, vivências e experiências, revelando, mesmo que subliminarmente, indícios do impacto e das implicações destas sobre sua saúde.

A despeito da clareza e justeza de tais ilações, várias vezes engendradas por ele e pelos outros jovens, este tema específico não proliferou de forma espontânea em suas falas, tendo a florado, na maioria dos casos, em momentos nos quais os entrevistadores procuravam abordá-lo. De fato, dentre os vários aspectos e dimensões que caracterizam a vida dos jovens atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção”, aqueles que dizem respeito à repercussão em sua saúde das atividades exercidas no âmbito do tráfico de drogas são, provavelmente, os que despertam menos debates e polêmicas. Infelizmente esta aparência consensual decorre, em considerável proporção, de uma atitude negligente que apresenta um duplo e interativo viés, partindo ora dos próprios adolescentes, ora de determinados segmentos da sociedade.

No que concerne especificamente aos jovens, esta negligência constitui-se, em um primeiro momento, em decorrência óbvia do simples desconhecimento e ignorância acerca das possíveis implicações que a participação no tráfico de drogas possa exercer sobre sua saúde. Não sendo estática, esta relação tende a complexificar-se na medida em que tais impactos passam a ser sentidos e constatados, mas mesmo assim não se conformam em motivos suficientes para afastá-los das atividades ilícitas, ou mesmo motivar preocupações e cuidados mais diretos.

Diante destas situações eles parecem introjetar os riscos, assumindo uma postura que os naturaliza, transformando-os em rotina e/ou associando-os à vida dinâmica, movimentada e ‘glamourosa’ que desejariam levar: *“Eu morria de medo, mas tinha que aceitar. Tinha que ser valente, encarar as coisas assim de frente, de perto. Não é aquelas coisas assim de longe, que a gente só tá vendo. Tem que acontecer com você também. É mais emoção, assim você aprende na vida”*

É interessante perceber que, guardadas as devidas proporções, estas posturas em muito se assemelham e encontram par nas diariamente adotadas por extensas parcelas de cariocas (e brasileiros). Afinal, “aceitar” e “encarar de frente” a atividade que exercem, relegando os riscos à saúde não é um triste privilégio dos que estão envolvidos pelo tráfico de drogas. Um imenso contingente de laboriosos cidadãos assim procede, pois para eles esta é a única forma de sobreviver. Dispensando os tradicionais exemplos do sisal e dos carvoeiros, que por suas características rurais às vezes parecem tão longínquas, pode-se incluir nesta lista atividades tipicamente urbanas como a do faxineiro do condomínio, que descarrega lixo sem luvas e botas e lava corredores imensos e fechados com produtos químicos altamente tóxicos em troca de um ‘adicional de insalubridade’ de 20% do salário mínimo e o do funcionário da padaria que assa e desossa o saboroso ‘frango quentinho’ e expõe-se diariamente a variações térmicas que vão de -10°C a 100°C.

Atendo-se ao polo da aventura, emoção e, no dizer dos próprios entrevistados, “*da adrenalina*”, a procura deles, ao que parece, não difere em muito da empreendida por outros jovens que, independente da origem de classe, ambicionam encontrar diversão e prazer nos “esportes radicais”, ou em atividades também criminalizáveis como pegas de carro, confronto entre lutadores de jiu-jitsu, brigas de “torcidas” de times de futebol e depredação de danceterias e bares da moda.

Se desejássemos expandir-nos nestes prolegômenos, poderíamos adentrar - sem tomar posições moralistas - por uma controversa temática, na qual a negligência com a saúde provavelmente atinge a um número maior de pessoas que, mesmo reconhecendo a problematicidade da situação, relutam em abandonar seus posicionamentos e atitudes: fumantes inveterados; maus hábitos alimentares; bebida em demasia; vida sedentária; auto-medicação; a procura de auxílio médico somente em momentos de crise; a negativa de seguir as prescrições médicas e tomar remédios de acordo com a posologia.

Levando-se em consideração o conjunto destes exemplos é possível compreender que a negligência dos jovens entrevistados para com sua saúde encontra respaldo em um comportamento socialmente determinado, que abrange, em maior ou menor grau, uma significativa parcela da população, denotando um ritmo de vida estressante, que reduz tempo, espaço e oportunidades para que os cidadãos dediquem-se a investir em existência mais saudável.

O mais grave é que as situações aqui abordadas têm como pano de fundo as péssimas condições do sistema público de saúde. Apesar disso existe um tipo específico de

atitude negligente que parte univocamente de certos setores da sociedade, confundindo-se com a raiva e o rancor com que estes destratam os que cometem ações delinqüenciais. Partidários da repressão absoluta, os que adotam tal proceder parecem querer desumanizar os cidadãos contra os quais voltam sua ira, negando-lhes, inclusive, o direito de ter problemas com a saúde. Demonstrando total desprezo à condição humana, ignoram situações tão graves como a superlotação e os maus-tratos infligidos a presos e adolescentes infratores com medida de privação de liberdade, ajuntando argumentações que funcionam conforme a lógica da inquisição: se eles fizeram outros sofrerem têm de pagar com seu próprio sofrimento. Expiar sem poder reclamar. Das várias formas de negligência aqui destacadas, esta provavelmente é a que mais danos causou à saúde dos jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção".

Neste denso e problemático contexto as implicações negativas da participação no tráfico de drogas na vida daqueles jovens, tendem a tornar-se cada vez mais nítidas, volumosas e diversificadas na medida em que se supera uma concepção de saúde lastreada na mera ausência de doenças e aproxima-se da construção e efetivação do chamado “conceito ampliado”, afirmado em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde: “Em sentido mais abrangente, a saúde é o resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida”.

Adotando-se tais parâmetros agrega-se uma nova dimensão analítica ao “Perfil” que antecede este capítulo, uma vez que sua capacidade de revelar os problemas e dificuldades que permeiam e transpassam a vida daqueles jovens passa a constituir-se também em um indicador de suas condições de saúde, apontando, já naquele momento, que antes mesmo deles inserirem-se no tráfico de drogas a violência estrutural debilitava-as consideravelmente.

Paradoxalmente ao desdém e ineficácia das políticas públicas, o Brasil é, segundo Duchiate (1995), um dos poucos países a ter incorporado em seu arcabouço legal propostas tão abrangentes e progressistas como as que permeiam o ‘conceito ampliado’ - enfaticamente defendidas pela OMS desde a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada no ano de 1978 em Alma-Ata, antiga URSS - plasmando-as tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei Orgânica de Saúde de 1990:

*“A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visam à redução do risco de doença e de outros agravos e ao cesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*

*(Constituição Federal, Art 196)*

*“A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a saúde, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica de um País”*

*(Lei Orgânica Da Saúde)*

Assumindo a vanguarda deste processo, os estudiosos e pesquisadores ligados à Saúde Pública consolidaram um campo de atuação e intervenção ao debruçar-se sobre o crescimento dos índices de morbi-mortalidade por causas externas que, no decorrer da década de 80, patrocinaram um quadro de transição epidemiológica no qual a violência, sobretudo os homicídios, passou a representar, a partir de 1989, a segunda causa de óbitos do País, abaixo apenas das doenças cardio-vasculares.

No âmbito institucional coube ao CLAVES – Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde – Jorge Carelli, da FIOCRUZ, um papel determinante para o desenvolvimento desta perspectiva. Ao promover uma proposta de atuação interdisciplinar envolvendo Pesquisadores dos Departamentos de Ciências Sociais e de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública, o Centro foi capaz de desenvolver e produzir uma série de pesquisas e estudos que demonstraram e afirmaram a violência como objeto de estudo da Saúde Pública: “embora no campo a violência das relações de poder, de propriedade e de sobrevivência esteja ceifando muitas vidas de crianças e jovens, é nas cidades, particularmente nas grandes metrópoles, que a morbi-mortalidade por causas externas se constitui no problema nº 1 de Saúde Pública para adolescência” (Minayo, 1990)

Sob esta égide, a Saúde Pública pôde acompanhar e identificar a intensificação do poder do tráfico de drogas, trabalhando-o basicamente enquanto um componente desta violência, compreendendo-o em algumas situações como um de seus determinantes - “*em termos da conjuntura social da década de 80 podem ser relacionados ao aumento das taxas de homicídio nas grandes regiões metropolitanas... a consolidação da organização do crime... (que) evoluiu organizando-se em torno do narcotráfico*” (Souza, 1994) - quanto uma manifestação: “*embora a ação do narcotráfico não possa ser compreendida de forma reduzida como delinquência de ‘marginais e bandidos’ dos morros e periferias, as suas maiores vítimas e os sujeitos alvo de seu recrutamento são os que hoje engrossam as estatísticas de homicídios*” (Souza e Minayo, 1995).

Partindo deste marco histórico-conceitual o presente trabalho procura analisar de forma mais aprofundada as implicações na saúde dos jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção" advindas de sua inserção na estrutura do tráfico de drogas, contribuindo para retirá-las daquele estado de negligência anteriormente aludido. Procedendo desta forma pretende-se também demonstrar que a abrangência e extensão dos agravos extrapolam os limites pessoais e individuais, caracterizando o tráfico de drogas - principalmente no que diz respeito à inserção de jovens em sua estrutura - como objeto de estudos da Saúde Pública.

O processo de construção desta proposta encontra seu ponto primeiro na "Declaração Política" dos países membros da ONU que, em junho de 1998, subscreveram: "Drogas destroem vidas e comunidades, minam o desenvolvimento humano sustentável e geram crime... afetam todos os setores da sociedade em todos os países. Em particular o abuso de drogas afeta a liberdade e o desenvolvimento da juventude, o mais alto valor do mundo. Drogas são uma grave ameaça para a saúde e bem-estar de toda a humanidade, para a independência dos Estados, a democracia, a estabilidade das nações, a estrutura de todas as Sociedades e para a dignidade e esperança de milhões de pessoas e sua famílias".

A congruência desta iniciativa com as posições expressas no conceito ampliado de saúde é considerável. Em ambos os casos fica patente o reconhecimento da necessidade de extrapolar-se esferas de compreensão e intervenção limitadas e centralistas, expandindo-se paradigmas e promovendo o intercâmbio de diferentes propostas, atitudes e concepções. Em derradeira instância resgatam o sentido de complexidade do processo histórico e da própria existência humana, concordando que eles não cristalizam-se em um 'jogo de soma zero' e que o aprofundamento de sua compreensão vincula-se à capacidade de interação e debate dos múltiplos e diversos setores específicos que o investigam.

A convergência de posições alicerçantes enseja, de imediato, a possibilidade do aprofundamento da interface entre os dois campos de investigação, deflagrando uma dinâmica de crescente aproximação na qual sobressai a preocupação com uma análise que correlacione as situações e problemas sócio-políticos enfrentados pela população à especificidade das realidades a serem estudadas.

No que diz respeito ao tráfico de drogas, a admissão da magnitude do problema poderia, por sua premência e importância, transformar-se em fator aglutinador, propiciando uma prática democraticamente enriquecedora, capaz de viabilizar a organização de amplos e plurais espaços de debates. Estes fóruns teriam como objetivo a elaboração de estratégias

de intervenção cooperativas e abrangentes, situadas em torno de propostas que conjugassem prevenção, combate, tratamento e reabilitação ao respeito pelo ser humano. No entanto, apesar de a normativa internacional preconizar a responsabilidade comum e partilhada entre as Nações, requerendo um enfoque integrado, o completo respeito à soberania e integridade territorial dos países, a não intervenção em seus assuntos internos e a garantia de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, tais preceitos raramente são seguidos.

Indissoluvelmente ligadas às relações político-econômicas e tradicionalmente matizadas por discursos que se autodenominam moralizantes, as discussões acerca da questão das drogas vêm, ao longo dos anos, pendendo para o incremento da pura e simples repressão jurídico-militar, relegando a papéis secundários iniciativas que se voltam para uma análise sócio-estrutural da situação-problema e a necessidade de investir-se na melhoria das condições de vida de amplos contingentes populacionais. Esta opção torna-se dramaticamente palpável ao se cotejar-se ações efetivamente implementadas.

Contra os chamados “Centros Produtores”, estabelecidos em Países empobrecidos e geopoliticamente enquadrados no “terceiro mundo” - Colômbia, Bolívia, Panamá, Laos, Birmânia, Mianma... - desferiu-se uma política externa marcadamente agressiva, caracterizada por uma atitude repressora, através da qual os governantes são instados a empreenderem vigoroso combate armado aos “planteadores” e traficantes.

A “ineficiência” destas ações enseja uma série de retaliações que, em casos extremos, pode chegar ao desembarque de tropas americanas ocorrido na Colômbia durante os anos 1996-1999, ou até mesmo à própria invasão, em 1988, do Panamá. Em seu estudo sobre “Mundialização e Criminalidade”, Roio (1997) infere que estas práticas representam a “reação conservadora que minimiza a complexidade dos problemas, esconde suas causas reais e busca resolver tudo dentro da velha tradição do Ocidente: criar um inimigo, delimitá-lo e depois tentar destruí-lo”.

A análise do processo histórico contemporâneo demonstra que além de uma reduzida e duvidosa eficácia, a adoção de estratégias prioritariamente repressivas tem redundado no enfraquecimento da democracia, na proliferação de golpes militares, guerras civis e no decréscimo significativo da qualidade de vida da população. Por mais intensas que sejam, conseguem, no máximo, diminuir por um certo tempo o ritmo da produção e consumo, tornando a demanda reprimida - capitaneada pelo “mundo desenvolvido”, EUA a frente - bastante superior à oferta, o que encarece o preço das drogas, multiplica os lucros e reforça o poder daqueles que deveriam ser combatidos. (Cruz Neto e Moreira, 2000)

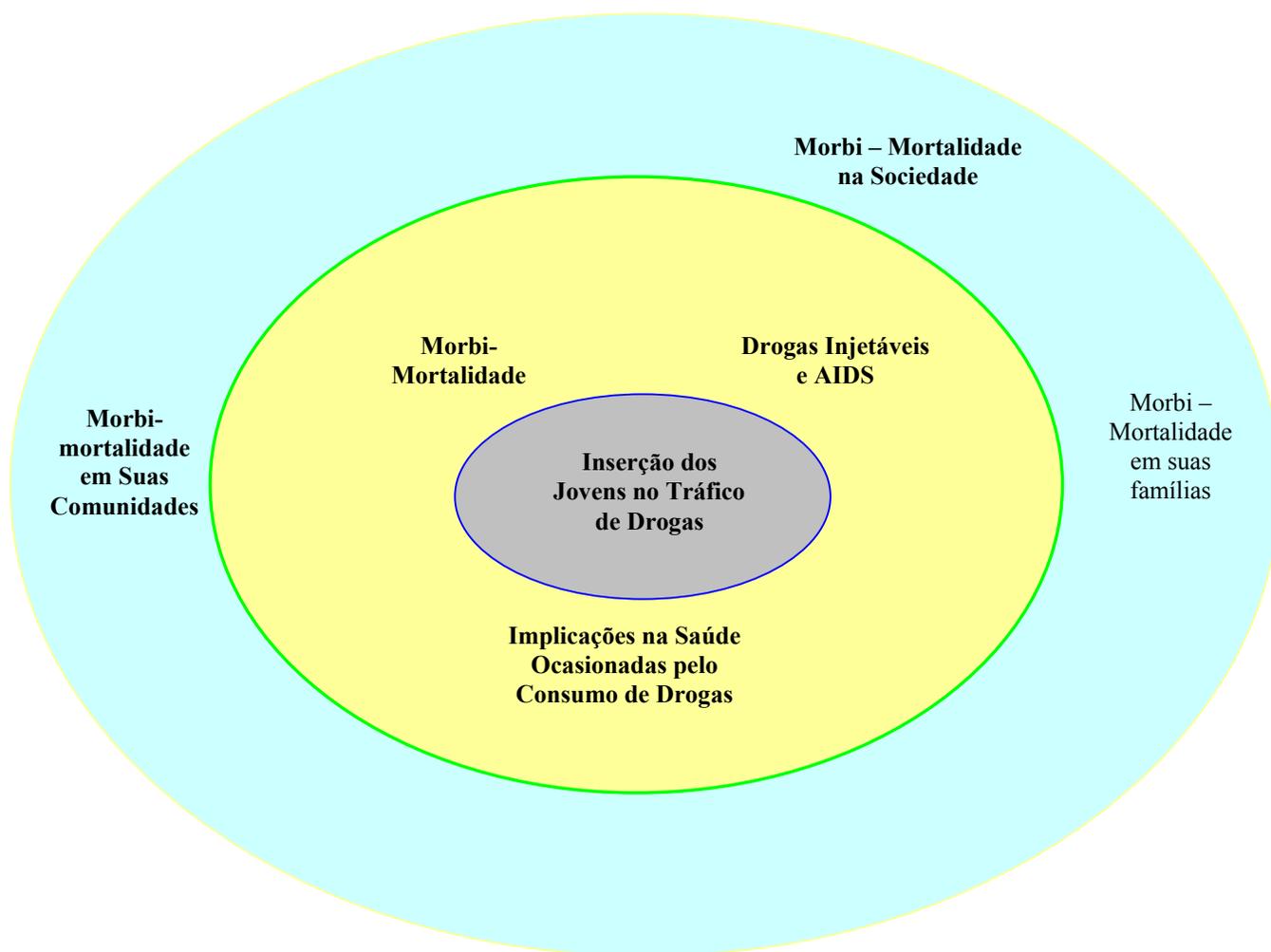
No Brasil a hegemonia do viés repressivo materializa-se tragicamente no dia a dia das grandes metrópoles urbanas, onde a ação policial é compreendida e concebida como a principal - quando não a única - forma de intervenção. Mesmo as políticas públicas percebidas como mais avançadas e que pelo menos tendem a contemplar aquela dimensão multitudinária do tráfico de drogas estão submetidas ao enfoque da “segurança pública”. Exemplo cabal é o da SENAD - Secretaria Nacional Antidrogas, que investida da competência de “propor a política nacional antidrogas” (art 4º II, Lei nº 2632) foi criada e inserida no organograma da Casa Militar da Presidência da República, sendo que em entrevista publicada no Jornal “O Dia” de 13/07/98 o titular da pasta - Sr. Walter Maierovitch - afirmava: *“Não se combate o crime transnacional sem a ajuda internacional e, para isso, é preciso ter credibilidade. E essa credibilidade, no momento, só será possível através da Casa Militar. Ela tem uma subsecretaria de informações que é essencial, pois o combate ao crime transnacional exige todo um trabalho de inteligência. Vão dizer, “Ah, é o SNI”. É o SNI das drogas. É um SNI democrático”*.

Diante desta configuração faz-se necessário investir em uma postura propositiva que sem subestimar ou negar importância ao papel da repressão ao tráfico de drogas, dilua seu protagonismo e promova a efetivação do diálogo entre os diversos segmentos e setores da sociedade que se preocupam em estudar, compreender e intervir sobre os problemas que esta atividade ilícita acarreta na vida dos cidadãos.

Agindo desta forma torna-se viável a promoção de políticas públicas que não se contentem apenas em interceder em situações extremadas, nas quais as possibilidades de resolução já foram muito desgastadas e mesmo que sejam efetivadas guardam sempre a possibilidade de que seus efeitos colaterais agravem ainda mais os problemas.

A prioridade dos esforços - e até mesmo dos recursos - deve ser destinada a intervenções que tenham com objetivo principal a prevenção e, no caso específico da Saúde, a sua promoção, evitando-se com isso o avolumar de vulnerabilidades que restringe as possibilidades de escolha e defesa de grandes parcelas da população. Deve-se procurar investigar as questões ligadas “à tessitura estrutural e social da cidade... não se pode mais falar do indivíduo, ou mesmo tratar o indivíduo sem considerar os inúmeros aspectos dos quais depende vivendo na sociedade. Uma compreensão de cidade e urbanidade onde todos os processos estão interrelacionados aliada à ‘nova’ compreensão de saúde, que traça os parâmetros da cidade saudável” (Xavier, 2000).

Neste trabalho o fulcro de tal proposta reside no elevado potencial de capilarização, aliciamento e associação do tráfico de droga: dificilmente haverá na sociedade contemporânea uma atividade que reúna maior capacidade de irradiar suas manifestações por tão variados setores. Este espriar confere-lhe uma propriedade análoga de promover diferentes implicações na saúde de seus integrantes, dentre as quais as mais visíveis são as que se refletem nos elevados riscos de mortalidade daqueles que inseridos em sua estrutura participam diretamente do comércio varejista das drogas. Contudo, uma análise mais detida, baseada no depoimento dos jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção" revela que os problemas são muito mais abrangentes, numerosos e importantes, relacionando-se e abarcando as seguintes situações:



Visando explicitar as especificidades e inter-relações que compõem e movimentam este preocupante conjunto de implicações na saúde, apresenta-se a seguir uma análise de cada um de seus momentos. Há que se ressaltar que a opção por uma topicização das implicações atende primordialmente a uma necessidade didático-pedagógica já que na vida dos que foram atingidos eles não se impuseram de forma estanque e linear, mas sim imiscuindo-se, sobrepondo-se e, principalmente, interagindo.

### **a) Implicações Ocasionadas pelo Consumo de Drogas**

Conforme já discutido no capítulo atinente ao “Perfil”, a inserção na estrutura do tráfico e o consumo de drogas estão direta e intrinsecamente vinculados, constituindo-se em procedimentos e atitudes que constantemente interagem e retroalimentam-se, gerando uma espiral de dependências - orgânicas, pessoais e sociais - que aprofunda cada vez mais o envolvimento destes jovens com aquela atividade ilícita.

Ao enveredar-se por este campo de análise faz-se estritamente necessário promover uma distinção entre a tradicional categoria “usuário de drogas” e a de “consumidor de drogas” que aqui é trabalhada, evitando-se com isso possíveis incompreensões e mal-entendidos.

A categoria “usuário “ diz respeito, basicamente, às relações que envolvem a ingestão da droga - seja aspirada, fumada e/ou injetada - e os objetivos que envolvem este ato. Assim sua pertinência explicativa desponta nitidamente quando se abordam situações ritualísticas como a dos Shahori Yanommamy e até mesmo as festividades e eventos promovidos pelos adeptos da contra-cultura e do movimento hippie. No entanto ela não consegue dar conta das relações de mercado que atualmente permeiam a questão das drogas.

Neste sentido a categoria “consumidor” configura-se enquanto a mais adequada, justamente porque consegue situar-se tanto no âmbito do ato ingestor, englobando também as relações finalísticas de quem o executa, quanto na complexidade do mercado ilícito e criminalizado no qual o tráfico de drogas hoje constitui-se.

Relembre-se que para muitos daqueles jovens as drogas representaram uma das principais motivações para sua inserção no tráfico, escolha que passou a ser encarada também como uma eficaz estratégia para a elas ter acesso. Investidos em seus cargos e funções na hierarquia varejista eles travam um contato direto com o objeto de seus desejos,

recebendo a opção de serem remunerados não apenas financeiramente, mas também com seu equivalente em drogas.

Em situações como esta as drogas agregam a seu valor de uso um valor de troca, transformando-se em um tipo especial de mercadoria que possui como característica peculiar o fato de acondicionar às dependências físicas e psíquicas características de seu valor de uso uma dependência social, política e econômica, advinda de seu valor de troca. Esta 'dupla dependência' assume um papel central na vida daqueles jovens, obstaculizando sua saída do tráfico e causando graves implicações em sua saúde.

A dependência física caracteriza-se por ser um estado em que se ocorrer uma privação da droga o organismo desenvolverá uma reação característica, conhecida como 'síndrome de abstinência', que independe da vontade do indivíduo e pode ser revertida total e rapidamente pela administração da droga, potencializando a vontade de consumi-la. Já por dependência psíquica compreende-se a situação em que o indivíduo sente um impulso irrefreável que exige o consumo da droga para produzir prazer ou evitar o mal-estar, indicando a existência de alterações de personalidade. Se bem que ambas possam ser classificadas como fenômenos distintos, em geral a primeira faz-se acompanhar da última, representando um obstáculo ao tratamento desta (Tancredi, 1982).

As elevadas proporções de consumo de drogas entre os jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção" - 52,3% deles afirmou fazê-lo diariamente e em proporções que variam de 2 a 6 vezes - indicam o nível de dependência que eles haviam desenvolvido e o quanto a droga penetrou em suas vidas, tornando-se uma prioridade: *"eu me viciiei e não consegui parar"*; *"eu não consegui parar ainda. Estou sem força de vontade. Mas quando eu quiser eu paro."*; *"eu usava todo dia e fui acostumando. Ai eu tinha que continuar usando."*; *" Eu gostei desde a primeira vez que usei. Eu me amarrei. Fiquei louquete. Não consigo me controlar, não me ponho no lugar"*; *"comecei a usar por curtição, por farrá. Ai depois o uso foi aumentando. Ai eu usava todo dia, toda hora. Me sentia bem com a onda que sentia. Ai tive de continuar usando sempre."*

Levando em consideração este consumo constante, Masur e Carlini (1989) esclarecem e explicitam as diferentes formas de prejuízos que a ingestão de cocaína e maconha podem trazer à saúde dos indivíduos, dimensionando-as conforme o quadro a seguir.

	<b>Cocaína</b>	<b>Maconha</b>
<b>Risco* de Doenças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emagrecimento profundo, a ponto de produzir debilitação geral do organismo;</li> <li>• Insônia;</li> <li>• Lesão grave da mucosa nasal;</li> <li>• Maior suscetibilidade a convulsões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prejuízo da memória, principalmente para eventos recentes;</li> <li>• Alterações hormonais reversíveis: queda nos níveis de testosterona e diminuição na taxa de espermatozoides;</li> <li>• Existem dados na literatura internacional - tanto experimentais quanto clínicos - que sugerem ser bastante provável o potencial cancerígeno</li> </ul>
<b>Síndrome de Abstinência</b>	<p>A parada abrupta do uso continuado além do intenso desejo de usá-la - a popular “fissura” - pode provocar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• muito sono;</li> <li>• cansaço;</li> <li>• aumento do apetite;</li> <li>• depressão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ansiedade;</li> <li>• irritabilidade;</li> <li>• diminuição do apetite e insônia</li> </ul>
<b>Overdose</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Risco é grande. Alterações profundas no Sistema Nervoso Central, podendo levar à morte por convulsões, crises de hipertensão, hemorragia cerebral e ataque cardíaco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perigo muito baixo ou nenhum, porque o risco de altas concentrações de maconha atingirem funções vitais é mínimo.</li> <li>• O que pode acontecer é que em doses altas podem persistir por muito tempo distorções perceptuais</li> </ul>
<b>Incapacitação Social**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negligência com os cuidados básicos consigo próprio, em relação ao trabalho e às relações afetivas;</li> <li>• A busca de condições para conseguir a droga - obter o dinheiro e encontrar o revendedor - passa a ser a preocupação dominante;</li> <li>• Estado constante de irritabilidade e sentimentos persecutórios: paranóia, enorme e indescritível medo sem razão aparente, podendo levar a manifestações de violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se bem que existam pessoas que a utilizam com tal frequência e apego que se torna difícil a coexistência de atividades produtivas ou mesmo relacionamentos afetivos, esse tipo de situação é muito menos frequente</li> </ul>

Fonte: Carlini e Masur, 1989

\* “Risco engloba tanto a probabilidade da ocorrência, como o número e a gravidade dos problemas”

\*\* “Dificuldades no relacionamento interpessoal, que afetam áreas tão diferentes como relações familiares, profissionais e escolares. A incapacitação social ocorre como decorrência de alterações psicológicas causadas pela droga, bem como da própria dependência a que a droga leva”

Entretanto os problemas não param por aí. Parece ser impossível que aqueles que apresentam tais níveis de dependência deixem de consumir drogas enquanto estiverem inseridos no tráfico, principalmente se ocuparem a função de vapor. A proximidade e o volume de drogas que passa por suas mãos, o contato direto, diário e a todo momento com outros consumidores e a própria rotina perigosa desta atividade constituem-se em obstáculos praticamente intransponíveis para que algum tipo de tratamento surta efeito.

Para eles, deixar de ser um consumidor está intimamente vinculado a abandonar o tráfico de drogas.

Em momentos como estes, nos quais a possível ruptura com o tráfico pode tornar-se uma realidade, evidencia-se uma nova forma de dependência, não mais ligada ao efeito das drogas, mas sim às relações econômicas que se desenrolam no interior deste mercado ilícito. Com a exacerbação do consumo muitos jovens passam a retirar da ‘carga’ destinada à venda uma quantidade de drogas superior a que equivaleria sua remuneração. Como a contabilidade do tráfico é diária, a defasagem logo é constatada, originando uma dívida que deve obrigatoriamente ser paga. A repetição do desfalque faz com que o indivíduo seja mal visto por seus superiores hierárquicos, que podem determinar espancamentos e torturas como forma de evitar o avolumar do ‘derrame’ ou ainda decidir que este deve ser pago com a própria vida de quem o causou. Quem deve não pode sair do tráfico:

*“Ser bom no tráfico é vender, não dar mole. Deve prestar conta. Tudo certinho! Pra permanecer no tráfico é só tu ir mostrando na prática: vender bem, prestar tudo certo para os caras ir pegando confiança em tu. Pra sair é só falar que não quer mais, que quer trabalhar, que arrumou emprego. A não ser se você tiver devendo, aí vai ter que ficar até pagar. A pessoa faz dívida dando mole, cheirando. Aí fica devendo, vai acumulando, acumulando, acumulando. Ou então perdendo alguma coisa, e um revólver, uma pistola. Aí tu vai ficando... dívida, dívida, dívida! Até uma hora que eles falarem: Paga!... Tem uns que nem procura, já mata logo. Quando a pessoa não se dá com eles, ainda dá mole, aí o cara mata logo. Em morro ainda tortura antes de matar, em favela. Agora quando é assim muito asfalto, eles não tortura não, mata logo.”*

Endividar-se no tráfico de drogas é muito mais comum do que se possa imaginar. A rotina de confrontos com inimigos e policiais torna corriqueira a perda das armas e o abandono das drogas, sendo que o risco de vida não funciona como alibi, pois as perdas serão cobradas: *“A pessoa entra pensando que é mil maravilhas, quando chega lá é atirado como bucha, fica de bucha para os outros. Não ganha dinheiro e quando vê já tá devendo à boca. Acontece muito isso. O novinho que entra não sabe qual é o ritmo. Aí eles vai e bota esse de bucha. No primeiro dia que entra dá a arma na mão dele, pra ele sentir que já tá no bonde. Mas não é isso ainda. Vai pensar que é do bonde e vai ser passado para trás. Sempre é assim.”*

As dependências interagem. Não saindo do tráfico o jovem consumidor mantém, ou mesmo exacerba, seu vínculo com as drogas, sofrendo com os efeitos e implicações que cada vez mais debilitam sua saúde. Interessante notar que quando indagados sobre o que acham das pessoas que consome drogas os jovens logo demonstram consciência dos males

que são causados à saúde, destacando a necessidade de parar: *“Deveriam receber um tratamento”*; *“Eles precisam de se tratar. Ir à Igreja, só.”*; *“Uma pessoa que não reconhece a realidade”*; *“Viciados, doentes”*; *“Pessoas burras porque mais tarde vão ficar se lamentando pelo tempo perdido como eu tô agora. Porque eu vi que não tem nenhum futuro usar drogas, a gente só tem prejuízo com ela”*; *“Prejudica a saúde, faz um mal e pode até deixar as pessoas malucas com drogas demais. Às pessoas ficam estranhas sempre assustadas e com medo, enfim a droga não dá paz a pessoa”*; *“Quem sou eu para falar de quem cheira ou fuma. Pô eu acho que precisa de ajuda. Dependente”*; *“Precisam ser ouvidas. A droga não muda as pessoas. Existem pessoas boas e pessoas ruins que usam. Só que as pessoas boas são vistas como ruins porque usam drogas”*

Curiosamente alguns parecem fazer uma distinção entre seu próprio consumo e o daqueles que vão para as ‘bocas’ compra cocaína e maconha, revelando, inclusive, uma certa intolerância e desprezo: *“Estão destruindo a si próprio e da família”*; *“Quem usa? Pessoa perturbada. Ficam lesadas. Não desenvolvem como tem que desenvolver”*; *“As pessoas que usam drogas não se dão valor”*; *“Uma porcaria, porque tem pessoas viciadas que vendem as coisas dentro de casa para comprar essas coisas”*; *“Estão se autodestraindo”*; *“Que são mané, que estão só se matando”*; *“Eu acho maluquice porque está se estragando”*; *“São todos malucos porque faz mal a saúde e fica com problema quando se fica mais velho. Se gasta muito dinheiro quando se fuma muito”*; *“Eu acho que elas tá procurando a morte, porque as drogas depois que se viciam e entram para o tráfico o caminho é o mesmo caminho da morte, vai e não tem volta”*

Neste universo de dependências, a cocaína destaca-se não apenas pelas implicações diretas na saúde dos consumidores. Quando injetada na circulação sanguínea através de seringas - o famoso ‘pico na veia’ - ela pode causar inúmeros processos infecciosos, endocardite, septicemia, abscessos pulmonares, cerebrais e subcutâneos, embolia por corpo estranho e inúmeras lesões neurológicas e musco-esqueléticas devido às impurezas que o preparado injetado pode conter (Carlini, 1995). No entanto o mais grave é o fato de que ela torna-se um poderoso veículo de transmissão de doenças infecto-contagiosas, principalmente do vírus HIV. O próximo tópico aborda justamente esta grave implicação à saúde.

## **b) Drogas Injetáveis e AIDS**

A perversa interface drogas/AIDS vem, ao longo dos anos, constituindo-se em um dos principais problemas da saúde pública, seja em escalas nacionais ou em âmbito global. Woodak e Des Jarlais (1994), estimam que haja no mundo cerca de cinco milhões de UDIs - Usuários de Drogas Injetáveis, distribuídos por mais de 100 países, dos quais 60 já relataram casos de infecção por HIV entre UDIs.

Em determinadas regiões estes números são ainda mais preocupantes. Woodak, Fisher e Crofts (1994) afirmam que a “disseminação rápida da infecção pelo HIV entre UDIs de países em desenvolvimento, nos últimos anos, constitui uma das mais escandalosas e equivocadamente negligentes crises da história do uso de drogas ilícitas em todo o mundo”. Segundo eles os principais fatores responsáveis pela ampla difusão da epidemia entre os UDIs são as elevadas frequências de compartilhamento, a relevância das atividades de prostituição, a indústria do turismo sexual de cunho acentuadamente machista, a ignorância acerca dos riscos das práticas de injeção e a mobilidade populacional.

Exemplos clássicos desta situação são a Tailândia, primeiro País a registrar uma epidemia de AIDS de grande magnitude entre UDIs, e Mianma, onde os níveis de soroprevalência entre UDIs são superiores a 75%! Ambos localizam-se na Ásia e em seus territórios comportam o chamado “Triângulo do Ouro”, maior centro produtor de opiáceos do mundo.

Em contextos sociais como estes, quanto mais passíveis de monitoramento forem os ciclos de relações de UDIs, maiores serão as possibilidades de controle e prevenção, reduzindo-se consideravelmente os riscos de infecção pelo HIV. Apesar de ser uma constatação aparentemente óbvia, o grande desafio que esta assertiva coloca (em especial àqueles que procuram atuar com práticas de redução de danos e treinamentos de lideranças comunitárias) é de como intervir nos hábitos dos UDIs sem violentar seus direitos e subjetividades, não criando novas e sofisticadas fontes de controle social e discriminação. Neste sentido faz-se absolutamente necessário compreender que se as estratégias de “melhoria” das condições de vida de uma população marginalizam, identificam ou denigrem os cidadãos elas não terão nenhum efeito positivo, causando grandes transtornos pessoais e sociais.

Além disso, é impossível negligenciar o fato de que em uma sociedade mercadologicamente globalizada, na qual as relações tornam-se cada vez mais imediatistas,

consumistas, impessoais e multitudinárias, o rastreamento dos círculos sociais é tarefa praticamente inexecutável.

No caso específico dos UDIs a tensão criada pelas pressões de oferta/demanda ensejam a proliferação de novas drogas, “baratos”, “viagens” e consumidores. Bastos e Coutinho (1998) afirmam que a velocidade de incorporação dos “novos injetadores” terá um papel central na difusão do HIV entre UDIs, definindo, à médio prazo, a dinâmica das epidemias regionais.

A lógica deste movimento é marcada por uma agressiva capacidade de expansão e disseminação, visando o contínuo alargamento de suas fronteiras. Justamente por isso ele tende a buscar os locais em que há maior circulação de capitais e oportunidades de (re) investimentos. Sendo uma atividade proscrita por lei não pode atuar diretamente do “produtor ao consumidor”, necessitando estabelecer rotas que facilitem e distribuam as operações até chegar a seu destino final. A perseverança deste trajeto confere ao tráfico de drogas um impressionante poder de capilarização, capaz de criar novas conformações em torno de seus entrepostos, que vão organizando seus próprios nichos de mercado, descobrindo e fomentando caminhos, demandas, gostos e formas de lavagem de dinheiro.

Como em qualquer segmento de mercado, a pressão pela realização dos lucros deste empreendimento globalizante é depositada, de todas as maneiras, sobre o público-alvo de seus produtos, tradicionalmente cidadãos na faixa etária de 12 a 40 anos, sendo que recentes pesquisas apontam uma tendência cada vez mais precoce de contato com as drogas. Para incrementar as vendas o tráfico joga habilmente com os sonhos, frustrações e problemas sociais que seus possíveis consumidores enfrentam, envolvendo-os em uma intrincada, efêmera e perigosa rede que os coloca *vis a vis* com o vício, dinheiro, emoção, “adrenalina”, morte, sexo, preconceito e status.

Seguindo este raciocínio, perceber-se-á que o movimento de vendas é muito mais volumoso, intenso e rendoso em Países e regiões de maior poder aquisitivo, que acabam por tornar-se o ponto de convergência do comércio mundial de drogas. De acordo com o Boletim CEBRID nº 35 (1998), pesquisa realizada em 1998 entre alunos do 8º, 10º e 12º *grades* de escolas dos Estados Unidos, aponta a maconha como sendo a droga mais consumida por estes estudantes, revelando também o crescimento exponencial do consumo de alucinógenos, anfetamínicos, opiáceos e cocaína, substâncias que produzem elevados níveis de dependência e graves efeitos colaterais.

Uma breve comparação com os preocupantes dados apresentados pelo *IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2 Graus do Brasil* pode fornecer um panorama mais nítido da amplitude do “mercado consumidor” nos EUA, ilustrando seu elevado potencial expansivo: no Brasil, os solventes aparecem como a droga mais consumida, ficando a maconha em segundo lugar, com uma participação 4 vezes menor que a detectada nos estudantes americanos, proporção que ao focalizar-se a cocaína aumenta para cinco vezes.

Agravando ainda mais a situação, o “segmento de vendas” que tem apresentado o maior potencial de crescimento, tanto nos EUA quanto no Brasil, está ligado ao consumo de drogas injetáveis - cocaína e heroína - constituindo-se em uma perigosa fonte de transmissão do vírus HIV.

De acordo com Castilho e Chequer (1997), o primeiro registro de infecção por HIV em UDIs no Brasil ocorreu em 1982, com o diagnóstico de um paciente do sexo masculino, constatando-se em 1985 as primeiras ocorrências entre mulheres. O crescimento nacional desta forma de transmissão é impressionante: em 1984 a proporção de casos atribuídos ao uso compartilhado de drogas injetáveis era de 6,7% dentro da categoria “Exposição Sangüínea” e de 0,7% em relação ao total de casos. Em 1997 eles já respondiam por 86,9% da categoria e 2,11% do total de casos. Em termos absolutos a variação destes 14 anos multiplicou o caso único de 1984 para incríveis 21.330 em 1997! Destaque-se que os autores mencionam que devido à estigmatização e à perspectiva bastante concreta e freqüente de apenação dos UDIs, a possibilidade de subnotificação é bem maior nessa população que em qualquer outro segmento sob risco.

Com o objetivo de conhecer o perfil dos UDIs no Brasil, a Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde (CN-DST/AIDS) encomendou ao CLAVES (1998) uma Pesquisa que foi realizada nos Municípios de Porto Alegre (RS), Itajaí (SC), Sorocaba (SP), São José do Rio Preto (SP) e São Paulo, cujos resultados apontaram para o uso de drogas injetáveis como responsável direto por 21% dos 145.327 casos de AIDS registrados no País até março de 1999.

Dentre os principais aspectos levantados por esta Pesquisa figuram informações como: 17 anos é a idade média para a iniciação de drogas injetáveis, que tem como trajetória característica a passagem de drogas mais leves para as mais pesadas; 80% dos UDIs é do sexo masculino, com idade entre 20 e 40 anos; 36% dos casos de AIDS entre mulheres acontece ou porque elas usam drogas injetáveis ou foram infectadas por parceiros

que o faziam; 70% dos UDIs já havia sido detido pela polícia e 53% dos UDIs que freqüentavam grupos de redução de danos já contraíram o HIV.

A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa da situação da Epidemia de HIV em UDIs no Brasil, Estado e Município do Rio de Janeiro:

**Casos de AIDS em UDIs**  
**Brasil; Estado e Município do Rio de Janeiro**  
**1980-1999**

	Total de Casos de AIDS	Posição Nacional Total de Casos / Posição Nacional Casos em UDIs	Casos de AIDS em UDIs / % em Relação ao Total de Casos	Casos de AIDS em UDIs Sexo Masculino / % em Relação à Subcategoria de Exposição	Casos de AIDS em UDIs Sexo Feminino / % em Relação à Subcategoria de Exposição
<b>Brasil</b>	170.073	---- X----	32.819 / 19,3%	26.547 / 80,9%	6,272 / 19,1%
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	25.332	2° / 5°	1.160 / 4,51%	869 / 74,91%	291 / 25,09%
<b>Município Rio de Janeiro</b>	17.002	2° / 3°	786 / 4,62%	600 / 76,33%	186 / 23,67%

Fonte: DATASUS - 1999

Verifica-se que os UDIs respondem por cerca de um quinto dos casos de AIDS no Brasil, configurando-se dentre as *Subcategorias de Exposição* como a segunda de maior incidência, permanecendo abaixo apenas da “Heterossexual” (40.115) e acima de “Homossexual” (31.665) e “Bissexual” (17.221). A situação agrava-se ainda mais ao analisar-se o grau de letalidade da epidemia: enquanto 51,26% das pessoas que contraíram AIDS entre 1980 e agosto de 1999 já vieram a óbito, a proporção de morte entre UDIs é ainda mais elevada, atingindo a 55,55% dos casos. Este índice supera o das subcategorias “Heterossexual”(37,5%), “Bissexual” (49,8%) e “Homossexual” (50,72), ficando abaixo apenas de “Hemofilico” (69,37%), “Transfusão” (61,39%) e “Perinatal” (37,12%) que, no entanto, registram um número bastante inferior de pessoas infectadas, respectivamente 988, 2.147 e 4.630.

A distribuição por gênero da epidemia entre UDIs, assume um caráter preponderantemente masculinizante, sendo que tanto a média nacional quanto a do Estados e Município do Rio de Janeiro são bastante próximas. Estes números demonstram como a perversa associação Drogas/HIV impacta de forma bastante negativa a vida dos brasileiros,

principalmente aos cidadãos do sexo masculino, que respondem pela arrasadora maioria dos infectados, tanto no plano nacional, quanto no estadual e/ou municipal.

Interessante notar que o Estado do Rio de Janeiro apresenta uma proporção de UDIs bastante inferior a do quadro nacional - 4,5% - sendo o quinto de maior incidência, superado por São Paulo (21.746 casos), Santa Catarina (2.339), Rio Grande do Sul (2.459) e Minas Gerais (1.419). Já o Município assume a terceira posição sendo superado por São Paulo e Porto Alegre. A correta explicação para estes resultados está diretamente ligada a uma análise mais detida dos dados, atendo-se não apenas a suas especificidades técnicas, mas também relacionando-os à estruturação do tráfico de drogas em cada um dos locais pesquisados.

Apesar de entre os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção não haver nenhum caso relatado de AIDS, é preciso dispensar uma maior atenção ao seu comportamento frente a ela.

Dentre os 88 adolescentes entrevistados, apenas 1 afirmou não ter iniciado a vida sexual, informação que poderia ser considerada “normal” em qualquer grupo de adolescentes que se encontram na faixa etária estudada. No entanto, a precocidade de sua iniciação merece destaque, na medida que 10 (11,36%) o fizeram entre 8 e 11 anos, 51 (57,95%) entre 12 e 14 anos, 20 (22,73%) entre 15 e 17 anos e 5 (5,68%) afirmaram “não se lembrar a idade com que transou pela 1ª vez.

Perguntou-se então aos adolescentes sobre seus relacionamentos afetivos e/ou sexuais, obtendo-se as seguintes respostas: 34 (38,64%) mantêm relacionamento afetivo estável, sendo 30 (34,09%) com namoradas(os) e 4 (4,54%) com a esposa(so). Os demais indicaram uma certa instabilidade e diversificação nos relacionamentos que vivem, sendo que 19 (21,59%) afirmaram “*ficar com alguém*”; 14 (15,91%) “*ficar com várias pessoas*”; 3 (3,41%) declarou ter “*namorada e ficar com alguém ao mesmo tempo*”, 2 (2,27%) afirmou ter “*namorada e ficar com várias pessoas*”, 1 (1,14%) respondeu. “*Namorada, fica com alguém e fica com várias pessoas*”, 2 (2,27%) não possuem qualquer tipo de relacionamento: “*Estou sozinha*” e “*Não gosto de namorar*”, e 11 (12,50%) responderam outros tipos de relacionamento. Mesmo mantendo uma vida sexual ativa, apenas 33 (37,50%) jovens afirmam sempre preocupar-se em evitar filhos, 22 (25,00%) “às vezes” se preocupam, 29 (32,95%) “*nunca*” se preocupam, e 1 (1,14%) não respondeu a questão.

No que concerne à prevenção, 70 (79,54%) adolescentes declararam procurar evitar a AIDS, sendo que destes 58 (65,91%) destacaram o uso da “camisinha”. Os demais

(16 – 18,18%) habitualmente não se previnem alegando que: *“eu só transo com garota conhecida e limpa”*; *“não dá tempo”*; *“não estou esquentando”*; *“nunca cheguei a situação de ter que evitar, apesar de ser perigoso. Na verdade mesmo, eu sei lá, acho que é por relaxamento”*; *“por desconhecimento”*; *“porque eu ainda não penso nisso direito”*; *“porque na hora do rala e rola eu não uso camisinha”*; *“quero ter filhos”*; *“com a minha mulher não”*; *“estou um tempão sem namorada nenhuma”*.

A associação de dois dos principais fatores de morbi-mortalidade deste fim de século contribui sobremaneira para a intensificação de estigmas e preconceitos, prejudicando e até mesmo imobilizando inúmeras tentativas de esclarecer a população e apoiar os diretamente envolvidos por ela. Não é possível deixar de lado estas vinculações. É preciso que as políticas públicas voltadas para estas questões sejam concebidas de forma ampla, ensejando uma permanente interação entre elas. Caso contrário corre-se o sério risco de a sociedade aceitar as suposições repressoras que julgam que os envolvidos pelo tráfico de drogas não sejam acometidos por problemas de saúde.

### **c) Morbi-Mortalidade**

A mortalidade dos jovens integrantes do tráfico de drogas constitui-se na implicação à saúde mais reconhecida pelo conjunto da população carioca. As razões dessa visibilidade estão intimamente ligadas ao impacto social causado pelo óbito de tantos adolescentes e na repercussão que a mídia geralmente garante-lhes, principalmente porque em sua quase totalidade são provocados por homicídios ocorridos durante a disputa pelo ‘controle do movimento’, ou pela ação da polícia. Esta última ainda contribui para um superdimensionamento da situação, uma vez que todos aqueles que morrem em suas escaramuças são tipificados como ‘traficantes’, mesmo que tenham sido alvo de balas perdidas, ou não tenham nenhuma ligação comprovada com o tráfico de drogas.

A análise desta mortalidade não pode obedecer a uma lógica estanque, devendo inserir-se em quadro situacional mais amplo, que seja capaz de revelar as características do processo de transição epidemiológica ocorrido no Brasil durante a década de 80 e cristalizado na de 90, quando as Causas Externas, passaram da quarta causa de mortes para o segundo lugar geral e o primeiro na faixa etária de 10 a 19 anos.

O Rio de Janeiro surge neste panorama como a capital do País que “apresenta as mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas, responsáveis pela maioria das mortes na ampla faixa de 5 a 49 anos de vida, sendo que durante o período 1980-1994

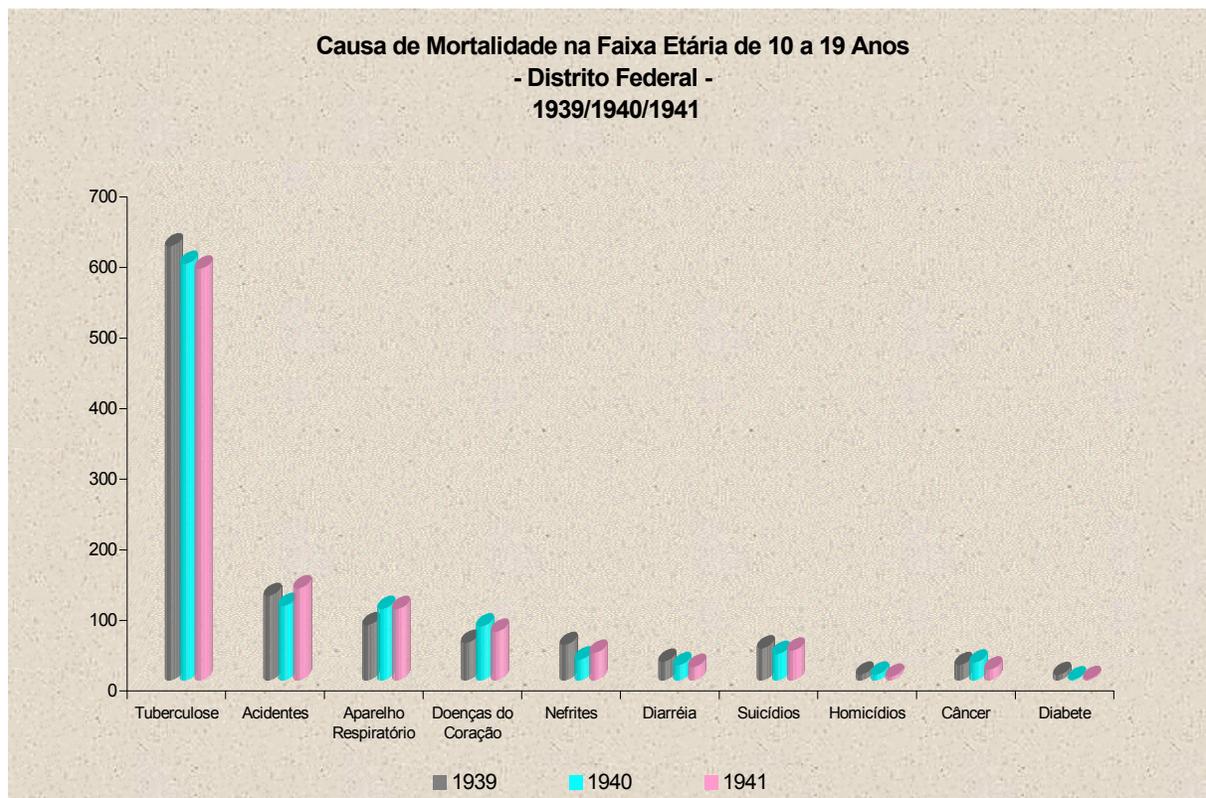
foram assassinados 6.856 jovens na faixa etária de 10 a 19 anos, o que compõe uma média de 37 óbitos por mês e mais de um por dia (Souza, Assis & Passos da Silva, 1997).

De acordo com os dados do SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (1998), este índice elevou-se ainda mais em 1995 e 1996, quando 1.668 jovens (570 e 1.098 respectivamente) morreram devido a homicídios. Ainda segundo esta fonte, em 1995 os homicídios passam a configurar-se enquanto a principal causa de óbitos para os cariocas que estavam na faixa etária entre 10 e 19 anos.

Durante a década de 90 a série histórica dos atos infracionais cometidos por adolescentes no Município do Rio de Janeiro (Capítulo III) também apresenta uma transição muito marcante: os atos agrupados na categoria “entorpecentes” começam o período como o segundo mais importante, representando, em 1991, 10,12% dos atos contra o “patrimônio” (2.016 x 204), que eram os mais cometidos. A partir de 1994 esta tendência começa a inverter-se (1.480 x 610) sendo a distância entre ambos diminui seguidamente, até que em 1997 os “entorpecentes” atingem o primeiro lugar (1.648 x 1.345), tendência que seria consideravelmente ampliada em 1998 (3.211 x 1.337).

Ao comparar-se estes dados com outras séries históricas pode-se constatar que há uma relação entre o crescimento dos atos infracionais vinculados ao tráfico de drogas e o aumento da mortalidade por causas externas, em especial homicídios. Tome-se como exemplo o triênio 1939, 1940, 1941, quando o Rio de Janeiro ainda era capital federal. De acordo com os dados dos Juizado de Menores (Capítulo III), apesar de o número de ‘delitos’ (como então eram denominados os atos infracionais) apresentar um expressivo crescimento da ordem de 41, 71%, não houve nenhum caso de envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, sendo que os mais cometidos eram os de ‘sangue’ (237), seguidos pelos de ‘furto’ (186), ‘sexuais’ (133) e ‘roubo’ (92).

O gráfico a seguir ilustra a distribuição absoluta da mortalidade de jovens na faixa etária de 10 a 19 anos no então Distrito federal para o triênio 1939, 1940 e 1941. Nele constata-se que a principal causa de morte é, de longe, a tuberculose, que no período matou 1.788 jovens, o que representa 59,2% do total de óbitos registrados. Comparando-a com os homicídios, constata-se que sua ocorrência é cerca de 85 vezes maior do que a destes, que constituem-se na penúltima causa, superando apenas a diabetes.



Fonte: Scorzelli Júnior: Mortalidade no Distrito Federal (1924-1953)

Estes resultados evidenciam que realmente existem vínculos entre a ascensão do tráfico de drogas no Rio de Janeiro e o crescimento dos homicídios entre os jovens. No entanto é preciso ter claro que se esta influência faz-se notar tão claramente nos índices de mortalidade, os de morbidade apresentarão um movimento tão ou mais importante e dramático.

Participando ativamente no dia a dia da ilegalidade e da criminalidade, enfrentando a proximidade da repressão oficial, as constantes lutas pelo poder e a ameaça eminente do ataque de uma facção rival, os jovens são levados a empreender uma radical alteração em seu ritmo de vida, conforme demonstram os depoimentos agrupados no próximo quadro.

**Como Era Sua Vida Antes de Entrar para o Tráfico de Drogas?  
Como Ficou Sua Vida depois que Entrou para o Tráfico de Drogas?**

<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
<i>Uma maravilha mas eu não sabia</i>	<i>Uma porcaria</i>
<i>Era na moral, não era pichado, podia andar na rua tranqüilo</i>	<i>Ficou sinistro, não parava em lugar nenhum, quando tá nesta vida, não pode ficar no mesmo lugar não, senão o X9 dá pra policia</i>
<i>Normal, ia pro baile, depois fiquei um tempo sem ir, aí comecei a andar com uns colegas, aí entrei para o tráfico</i>	<i>Só vivia correndo da policia</i>
<i>É bom. Não corria risco, não tinha inimigos. Saía para os bailes funks. Ia para a praia, varias festas e discotecas, trabalhava, namorava. Eu só saía. Era careta, mas nada me fazia mal</i>	<i>Ganhei muito dinheiro, não ia para casa, só de vez em quando. Saía para roubar também, sempre que aparecia um negócio bom para a gente. Meus amigos me chamaram para assaltar carro forte e morreram</i>
<i>Muito boa, eu morava num sítio lá em Rio do Ouro. Gostava de brincar de carrinho de rolimã com minha irmã. Ia pegar lenha para minha mãe cozinhar. Pegava água. Eu saía com ela, e ela ma beijava. Ela me perguntava se eu tinha vergonha de beijar ela, e eu disse que não pois ela era minha mãe</i>	<i>Eu só andava escaldado. Mesmo quando estou dentro de casa acho que vão me matar. Sonho com os vagabundos me espancando e eu todo estourado, eles arrancando o meu pênis, os dedos, picada de agulha até eu morrer</i>
<i>Ficava em casa, ia para a escola, e na noite ia para a rua brincar</i>	<i>Ficou muito diferente porque não pude mais brincar</i>
<i>Era normal, comum, tinha tudo o que tenho agora que saí. Só que agora, de vez em quando, tenho medo de encontrar alguém ou alguma policia que não sabe que eu saí. Eles podem querer se vingiar</i>	<i>No começo foi bom porque tinha dinheiro só para mim. Não dependia de ninguém e depois foi enjoando, porque a policia me conhecia, me prendia e eu tinha que dar dinheiro para me soltar</i>
<i>Tranqüila</i>	<i>Ficou boa até o dia que fui presa</i>
<i>Tranqüilo, porque não devia nada a ninguém, dormia tranqüilo e andava na rua tranqüilo</i>	<i>Ficou ruim porque temia dos policiais e saía correndo, andava sempre envolvido no tráfico e só isso</i>
<i>Tranqüila</i>	<i>Muito mais difícil, as pessoas discriminam</i>
<i>Lembro que meu avô me colocava na escola, minha vida era normal, até os 8 anos</i>	<i>Ficou uma droga, não dormia direito, ficava com medo todas as noites</i>
<i>Minha vida era normal, eu saía com minha namorada, só estava sem emprego e com confusão familiar</i>	<i>Ficou tensa, não conseguia mais dormir, pois sonhava que estava sendo preso, o que aconteceu logo</i>
<i>Era boa, trabalhava e não pensava em entrar nisso e estudava</i>	<i>Ruim demais, desgraçei minha vida, pixado de policia me vê e me bater, e querer dinheiro eu não ter</i>

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação FIOCRUZ/ENSP/DCS. 1999

As mudanças em suas vidas são drásticas e as implicações na saúde ainda mais intensas. As atividades que passam a desempenhar submetem-nos a um intenso *stress*, ao nervosismo, perigo e medo constantes. A tranqüilidade que diziam ter antes de entrar para o tráfico de drogas - representada pelas atividades 'normais' de um adolescente como ir para escola, brincar na rua e conversar com amigos - é destituída pela imperiosa necessidade de estar pronto para trocar tiros com os invasores e com a polícia e pela tensão constante. O sentimento de perseguição exacerba-se e a desconfiança é generalizada. Ninguém mais é encarado como amigo ou aliado incontestes, pois além das ameaças externas há as internas, representadas pelas traições em busca de um cargo mais importante e melhor remunerado. Muitos vêm os companheiros morrerem a seu lado, enquanto outros são incumbidos pelos

superiores de punirem, com tortura ou morte, a alguém que deu um derrame ou a uma pessoa da comunidade que esteja sob suspeita.

Recorrer às drogas para anestesiarem as preocupações e/ou cumprir as tarefas torna-se um recurso comum, agravando a dependência anteriormente ressaltada e potencializando as implicações na saúde: *“Eu já vi vários amigos meu morrer do meu lado mesmo. Deus me deu muito livramento. Os homens chegavam atirando: bam, bam, bam, bam... muito tiro, muitos homens do meu lado morrendo! Bá, bá, bá, bá... ter que sair correndo, aquele medo de morrer também! Ai no meio eu pulava cada muro, que eu às vezes nem sei como. E eu pulava... um monte de caco mesmo. Eu vinha tão drogadão que eu vinha voando assim, oh, plramlamlamlam... pulava muro, cortava a mão, não sentia nada. Quando eu parava num lugar olhava minha mão toda ensangüentada, rasgada! Era um mundo de medo. E não parava o efeito da droga não. Eu usava outra drogas de novo e ficava no mesmo ritmo.”*

Os relatos que demonstram o estado de nervosismo, *stress* e tensão são vários e permitem antever o que eles sentiam: *“No tráfico não tem amigo não. Perigo que se você dá um mole ele vai ter que te matar, então você não pode ficar amigo. Não pode confiar nem na tua própria sombra. Eu não tinha mais amigo assim. Os outros colegas que não era envolvido não queria mais ser meu amigo, com medo da polícia me pegar e levar eles também preso”*; *“Na boca de fumo nós não tem amigo não. Na boca de fumo o cara que falar que é teu amigo você tem que desconfiar dele, porque ele tá de maldade, tá querendo matar. Ai se ele tiver alguma coisa ele te vê, oferece, mas aí o cara tá doidinho para te matar, mané. O cara fica assim no pensamento: qualquer hora eu vou te matar!. Já tentaram fazer isso, já tentaram fazer covardia comigo. Entendeu? Porque eu tenho a maldade... o cara começou a me dar muita coisa... eu já maldei... falei pera aí que eu vou pagar um banho ali. Eu já não voltei mais né mano!? Aí quando eu fui, os alemão invadiu. Esse cara matou três pessoas da boca”*.

O impacto na auto-estima dos jovens é outro aspecto muito importante. A maioria deles afirma com certo orgulho que portava armas, que atirava nos inimigos e que por isso era respeitado na comunidade. Em um primeiro momento esta posição, que eles imaginam ser de superioridade, torna-os auto-suficientes e mais confiantes. Com o passar do tempo e o avolumar das dificuldades e problemas a compreensão da realidade começa a ficar mais cáustica e eles tendem a perceber que o que as pessoas sentem por eles não é admiração ou entusiasmo, mas uma mistura de interesse, incompreensão, medo e rancor: *“ninguém*

*conversava comigo”; “as pessoas nem me consideravam com nada, só como mosca. Me viam com arma na mão e diziam: esse cara é poderoso, não metam a cara com ele”; “as pessoas só me tratavam bem por interesse e quando eu não tinha nada para dar eles me tratavam de qualquer maneira”; “Todo mundo tinha medo de mim. Eles achavam que não podiam fazer nada contra mim”; “Depois que eu entrei para o tráfico os outros não podiam falar comigo porque os pais não deixavam”.*

Sem amigos no tráfico, perdendo o contato com os antigos colegas e recebendo o medo e desprezo da comunidade, os jovens têm sua auto-estima completamente abalada, o que os leva a tomar posições limiares e atitudes extremas, a gostar menos da vida e a descreer das possibilidades de futuro. Finalizando este tópico transcreve-se um depoimento tocante, capaz de desnudar e sintetizar o quanto a vida no tráfico é produtora de morbidades e como esta age sobre a saúde dos jovens:

*“A gente não pode confiar nem no travesseiro que deita. Naquela hora que você falou, que o cara falou que tá mais aliviado em dormir... Pô, aquilo ali eu dei até um sorriso. Que eu não dormia. Passava noites e noites acordada porque eu não dormia. Depois que entra sua vida muda, a gente não é mais a mesma pessoa, a gente não pode mais fazer as mesmas coisas que a gente era livre. Por exemplo, a gente quer sair, mais você já tá pichado demais, cê já não pode sair, tem que pedir a uma outra pessoa pra ir pra você comprar alguma coisa. Pra você passear, você vai naquela neurose, se você vai, pode dar de cara com os homem, os homem te reconhecer, você ir preso. Ou de outra pessoa vim com recalque de querer matar, vai querer fazer covardia. Depois que entrar cê tem que pensar muitas coisas e não pode se arrepender, pra sair. Quando alguém quer sair tem que dar um motivo muito bom, porque uma pessoa não vai sair da boca assim de bobeira. Por que alguma coisa aconteceu, ou por que já não tem mais vontade. Se entrou, tem que ficar até o final. É entre a vida e a morte ou então na cadeia*

Expostos a um rotina diária estressante, arriscando-se a cada momento; dormindo muito pouco; alimentando-se mal; consumindo drogas em larga escala e negligenciando as implicações que este ritmo de vida causa a sua saúde, os jovens são candidatos potenciais a contrair problemas psicológicos, cardíacos e neurológicos. É verdade que dificilmente eles poderão prevenir-se e que provavelmente só tomarão conhecimento deles se forem apreendidos/presos e passarem por algum exame médico, ou quando algum sintoma revelar-se de forma mais aguda e crítica. No entanto o mais grave é que uma grande parcela deles pode morrer antes mesmo que estes sinais manifestem-se.

#### **d) Morbidade na Família dos Jovens**

Esta forma específica de morbidade configura-se em uma das conseqüências mais nefandas da participação dos jovens no tráfico de drogas, repercussão que pode ser classificada em ‘direta’ - na qual os familiares são atingidos por represália ao jovem - ou ‘indireta’ - quando as implicações derivam dos problemas causados aos jovens.

Dentre elas a indireta é a mais comum, uma vez que representa a convergência das decepções, frustrações, medos, desespero e apreensão que os familiares, em especial as mães, sentem quando tomam conhecimento das situações nas quais os jovens tomam parte. De acordo com os depoimentos, a maioria deles só tomou conhecimento da participação dos jovens no tráfico de drogas quando estes foram apreendidos, o que contribuiu sobremaneira para a potencialização dos problemas: *“Quando a policia me pegou dentro de um barracão, a própria policia deu a noticia, a reação da minha mãe foi de ficar nervosa, o meu pai falou pra caramba”*; *“Meu pai Só soube depois que fui preso. Foi chorando para o DPCA”*; *“Primeira coisa que minha mãe fez foi me levar para a Remar (Itaboraí), mas eu fugi. Começou a perceber que tava chegando em casa tarde. Chegar com dinheiro. Ela falava se pegasse o dinheiro ou roupa ou negócio novo dizia que ia queimar tudo. Aí gastava tudo na rua”*; *“Foi um choque quando eu cheguei na minha casa sendo levado pela policia depois de ser preso. Eles falaram para o meu pais que eu tinha caído da laje, mas eu tava todo roxo de apanhar deles”*; *“minha mãe soube quando fui preso. Ela soube pelo um colega de perto que viu eu sendo preso. Ficou assustada e ficou chorando e meu pai ficou apavorado chorando direto”*; *“Minha mãe chorou muito e foi no movimento me procurar. Se escondi, e fiquei com pena dela, aí vim pedir para ela ir embora. Eu fiquei no tráfico depois que ela descobriu quase oito meses. Só saí porque um movimento de outro morro foi lá e invadiu o Morro do Estado, aí eu tive que sair, senão eu acho que tava até hoje senão morresse antes”*; *“Quando fui preso, pois ela me acompanhou junto com a policia. Sua reação foi de desespero”*; *“Eles não acreditou no que eu falei. Começaram a chorar dizendo que era mentira, mas eu falei que tudo era verdade e eles sofreram muito até o ano passado. Meu pai também me dava conselho e ficou paralisado olhando sem querer acreditar. Ele nunca podia imaginar”*; *“Eles só souberam depois que eu rodei. Eles me davam muitos conselhos e me falavam e perguntavam todo dia se eu estava na boca. Aí eu dizia que não. Aí todo mundo se desesperou. Meu pai nem dormia direito. Minha tia ficou doente e até se internou”*

As manifestações diretas são mais difíceis de acontecer, sendo que dentre os jovens atendidos pelo "Sistema Aplicado de Proteção" não houve nenhum registro de sua manifestação. Apesar disso eles não deixaram de ressaltar a preocupação com as possibilidades e riscos de problemas como estes ocorrerem, pois a todo momento eles mencionavam que o fato de participarem do tráfico de drogas “*colocava em risco toda sua família*”, afirmando já terem presenciados casos em que por causa dos ‘erros’ cometidos pelos envolvidos suas famílias haviam “*sido expulsas do morro para não morrer*”. Note-se que a nada salutar prerrogativa de ‘poderem’ ir embora para não serem mortos geralmente é destinada apenas àqueles que são “*cria do morro*”, ou seja, os que são conhecidos pelo ‘Chefe’ desde que este é criança.

As mórbidas implicações nas famílias constituem-se assim em mais um fator debilitador das condições de vida e saúde dos jovens envolvidos pelo tráfico de drogas, principalmente porque elas intervêm diretamente sobre os atores sociais que guardam as maiores ligações afetivas com eles e, na maioria dos casos, são aqueles que podem efetivamente apoiá-los em suas tentativas de sair do tráfico: “*A família ajudando é bom. Se a família não tiver nem aí, a pessoa fica mais desiludida. Não tá nem aí, quer matar ou morrer, tanto faz.*”

Diante da perplexidade causada pela forma trágica com que tomam conhecimento da inserção do jovem no tráfico de drogas, muitos destes familiares adotam, até mesmo inconsciente, uma reação inicial violentamente desabonadora que pode acabar provocando um afastamento natural, criando um *gap* que o leva a mergulhar ainda mais em suas atividades ilícitas. Mais tarde o movimento inverte-se e geralmente a própria família toma a iniciativa de reconstruir laços de solidariedade e reaproximarem-se.

O resgate destas relações deve ser sempre um dos principais objetivos das políticas públicas que pretendam atuar sobre tais situações. O próprio tráfico de drogas percebeu isso bem antes do poder público, pois as ameaças constantes que pairam sobre a integridade dos familiares representam principalmente uma estratégia de manutenção de poder que tem como objetivo precípua manter o jovem afastado das pessoas que podem realmente incentivá-lo a sair.

#### **e) Morbi-mortalidade nas Comunidades**

O aumento do número de eventos trágicos ligados ao tráfico de drogas potencializou o rancor de determinadas parcelas da população, levando muitos a afirmarem

que o fato do ‘movimento’ encastelar-se nos morros e favelas estaria vinculado ao apoio que eles receberiam da comunidade local.

Para eles o tráfico de drogas seria na realidade um bloco compacto, homogêneo e monolítico, que se espalharia pela sociedade, tomando para si o controle absoluto das comunidades pobres. Ao proceder desta forma não se preocupam muito em distinguir pessoas honestas de criminosos, mimetizando-os e agrupando-os enquanto ‘focos do perigo’, de forma a favorecer seu enfoque repressivo.

Ao demonstrar como as pessoas que são obrigadas a conviver diariamente com o tráfico de drogas enfrentam sérias ameaças a sua integridade, o presente tópico procura mais uma vez desfazer o preconceito de que os traficantes seriam ‘bandidos sociais’ e que por isso as comunidades os apóiam: *“Comunidade não ajuda em nada! Comunidade só fica falando pra caramba, só fala negócio que não presta. Vitrolando com alguém: não quero você andando com esse menino, que ele já foi preso”*.

O tráfico de drogas procura manter estas pessoas sob o seu controle. As festas por ele patrocinadas, a distribuição de remédio, comida e até eletrodomésticos são estratégias para criar uma relação que se aparentemente pode ser considerada como amigável, perde seu disfarce quando se percebe que o vínculo envolve a obediência cega e aqueles que não o seguem são exemplarmente punidos.

As regras de convívio são estabelecidas sem consultas prévias e as comunidades têm que cumpri-las: *“O chefe trata tranquilo, fortalece os moradores... remédio, gás... ele não quer nada em troca. Só quer... vamos dizer, o apoio dos moradores né? Que nunca cagüete também, que morador que caguetar morre. Família que é mandada embora é porque cagüeta. Isso é pra não matar”*; *“o toque de recolher é pra preservar a vida dos próprios moradores. De repente sobe um carro lá e tá comendo bala e eles estão no meio do fogo cruzado. É pra preservar a vida deles mesmo. Se eles quiser contrariar é com eles mesmo.”*; *“Quando manda alguém pra fora é que foi alguma pessoa da família que teve um erro. Ou eles fecha com a polícia ou é x9. Aí os cara botam pra ralar pra não matar”*; *“ladrão que rouba na favela, na comunidade vai e ganha um tiro na mão. O tráfico não gosta que roube na comunidade porque suja pra eles. É polícia e os moradores ficam com raiva”*; *“tem que ter uma certa autoridade na comunidade. Eu mesmo já fiz isso. Briga de moradores mesmo. Eu já falei: oh rapaz para com essa briga aí! Aí dei uns tiros pro alto. Eles pararam. Calminho. Aí ficou tudo tranquilo de novo. Por causa de uma briguinha a polícia pode vir, pode lombrar o morro. Aí os viciados não pode mais andar tranquilo. Aí*

*vai impedir a venda”; “Um morador não pode tirar a vida do outro lá na comunidade, senão quem segura o 121 é o patrão. Aí o que matou perde a vida também”.*

Como se já não bastasse o risco de morrer durante os confrontos entre facções rivais ou pela troca franca de tiros com a polícia, os moradores são obrigados a aceitar as regras impostas pelo tráfico, que têm como único objetivo proteger suas atividades, não importando se para isso tenham que matar alguém. O “erro” do morador é sempre imperdoável porque intervem direta ou indiretamente no fluxo do mercado, atrapalhando os lucros. É por isso que muitos jovens referem-se à lei do tráfico como sendo o *“tudo pelo certo”*

E é aí que surge a principal implicação de morbidade: na maioria dos casos o “erro” é consequência direta de uma atitude corriqueira que qualquer cidadão poderia tomar, uma vez que condiz não apenas com o livre arbítrio e a liberdade de pensamento, mas porque segue as leis oficiais do País. Aqueles que delatam - o “erro” maior - estão simplesmente agindo de forma a garantir sua integridade e a da comunidade e deveriam ser apoiados pelo poder público. Como não o são ficam a mercê das represálias do tráfico de drogas.

Conviver diariamente com este lapso de autoridades; a dúvida de qual a norma a ser seguida; o medo de que uma atitude, por mais banal que seja, possa ser considerada um “erro” e desperte a ira do tráfico; os tiroteios constantes; o varejo das drogas a céu aberto e próximo às residências; e a ação ostensiva do tráfico ao utilizar-se de suas casas como esconderijo e ao aliciar direta ou indiretamente os jovens consitui-se em uma rotina tão ou mais estressante do que aquela a que os próprios traficantes estão submetidos, principalmente porque para os moradores não resta nenhuma alternativa, a não ser esperar e tentar sobreviver com o máximo de alegria possível. Pior: para os partidários da repressão até mesmo esta (falta de) opção é encarada como uma forma de apoio ao tráfico. A morbi-mortalidade expressa-se em suas múltiplas e variadas facetas, surgindo de vários lados e ângulos.

#### **f) Morbi-Mortalidade na Sociedade**

A expressão na Sociedade da morbi-mortalidade advinda da inserção dos jovens no tráfico de drogas assume também um caráter específico, envolvendo tanto o conjunto das implicações aqui trabalhadas, quanto os agravos impostos ao restante da população. Pinçadas do contexto na qual estão situadas e subitamente expostas na mídia, suas

repercussões têm sido as piores possíveis, constituindo-se no principal manancial de argumentos dos partidários da ação repressiva.

A despeito dos protestos encolerizados, parece ser lógico que todos os problemas aventados neste tópico estejam intrinsecamente ligados às relações sociais, política e econômicas travadas no País. Situações como as que foram descritas não encontram um ambiente propício para proliferar de uma hora para outra. Elas decorrem e manifestam-se a partir de um contexto histórico-processual marcado pela negação de direitos, exclusão social e ineficácia de políticas públicas, conforme destacado no capítulo 2. Em certa medida são o preço a pagar por décadas de um projeto de poder que atende aos interesses do mercado e a ele condicionam os problemas da sociedade civil. A caminhada do Brasil rumo ao mundo globalizado só fez potencializar esta dependência, preterindo as políticas de Saúde, Educação, Emprego e Reforma Agrária em nome do combate cego e recessivo à inflação, numa trama eleita que explodiu as taxas de desemprego, reduziu o poder de compra do assalariado, tornou iníquo o salário mínimo e criou uma grande desesperança e descrença.

As rotinas estressantes transbordam para as ruas e só assim tornam-se conhecidas para uma parcela da população que insistia em negar sua existência. As balas perdidas – que o general torturador, partidário da repressão e ex-secretário de segurança do Estado um dia classificou debochadamente de ‘balas achadas pelos que são atingidos’ - são as principais porta-vozes desta trágica experiência.

Amedrontados, os cidadãos procuram mudar sua própria rotina, passando mesmo a achar que o problema nelas reside: as janelas que têm vista para os morros são fechadas e blindadas; os condomínios recebem grades, sistemas de segurança sofisticados e contratam seguranças armados; as pessoas passam a freqüentar locais onde sentem-se seguras, basicamente *shopping-centers*; os pais distribuem celulares e pagers aos filhos para poderem monitorá-los e reduzir o medo causado por sua ausência. Para isso são incentivados pela própria Polícia, cujos representantes constantemente aparecem na mídia para aconselhar que as pessoas não saiam de casa sozinhas, não andem de carro por lugares perigosos e evitem usar adereços valiosos. A vida na cidade ganha contornos de pura tensão social, levando muitos a desejar mudar para um lugar calmo, onde possa ficar longe dos problemas. Como não podem experimentam uma frustração que amplia ainda mais o ritmo estressante do cotidiano.

Com a escassez de resultados os rancores potencializam-se. O problema agora não se situa apenas na rotina estressante, expandindo-se para a esfera do “outro”, daqueles que seriam os seus causadores direto. Os consumidores começam a ser perseguidos, mas como boa parte pertence à mesma classe social e freqüentam os mesmos lugares dos que agora sentem-se atingidos as pressões são diluídas na recriminação velada, porém não ostensiva, no suborno aos policiais que os prendem e no recurso derradeiro de apelar para o poder de influência do pai. As atenções voltam-se então para os que vendem as drogas para os consumidores. Contra eles preconceitos são erguidos ao lado dos muros e das grades e palavras de ordens são desferidas em nome da segurança pública.

Neste momento é possível dar-nos conta de que a morbi-mortalidade advinda da participação dos jovens no tráfico de drogas repercutiu de forma trágica na sociedade, deixando rastros de mortes, ferimentos e medo, e voltou-se justamente contra eles, que passaram a ser tipificados como os responsáveis pelo desencadear dos problemas. Sob o efeito deste retorno um determinado tipo de atuação policial é intensificado, patrocinando espetaculares invasões em morros e favelas, com direito a agentes escondendo sua identidade com toucas ninjas e a já tradicional perfilação de balas e munições formando o número ou nome da Delegacia que participou da atuação. Os resultados são sempre os mesmos: mortos e feridos; mortalidade e morbidade; reclamações dos moradores quanto a ação da polícia que atira em qualquer um.

Os elos da engrenagem são continuamente postos em movimentos: com a intensificação da repressão policial as regras do tráfico recrudescem e a comunidade precisa conviver com toques de recolher, revistas na ida para o trabalho e na volta para casa, que passam a ser utilizadas como esconderijo de pessoas, armas e drogas... Os jovens, bombardeados pela “*adrenalina*”, precisam ficar atentos para não morrer, não serem presos, não perder drogas ou armas. Com a proximidade do perigo consomem cada vez mais drogas, endividando-se cada vez mais, exacerbando suas dependências.

Os ciclos de morbi-mortalidade encadeiam-se. O movimento torna-se tão constante que eles são naturalizados e encarados como uma realidade determinística. Suas implicações no campo da Saúde Pública são extremamente ampliadas e complexificadas, pois já não se restringem mais apenas àqueles 88 jovens que foram atendidos pelo “Sistema Aplicado de Proteção”. O raio de ação das atividades que eles exerciam no tráfico de drogas expandiu-se de tal forma que atingiu a um número muito maior de pessoas,

extrapolando os limites do indivíduo e abarcando suas famílias, comunidades e a parcela da população que por algum motivo encontrava-se em sua área de atividade.

Neste trajeto o estado de saúde da coletividade foi sendo atingido e abalado de várias maneiras e intensidades, indicando que a inserção dos jovens no tráfico de drogas constitui-se efetivamente em problema e objeto de estudo da Saúde Pública, cuja investigação e intervenção constituem-se em passos decisivos para a (re)construção de um Rio de Janeiro menos perigoso, mais democrático e saudável.

## VI) Considerações Finais

Ao encaminhar-me para a conclusão deste trabalho constato, por entre o desgaste do processo e a vontade de aprofundar-me nas investigações, que o espraiar de implicações e agravos atinge de forma peculiarmente múltipla e diversa ao Pesquisador, pois além de envolvê-lo enquanto um integrante da sociedade, surpreende-o afigurando um preocupante sentimento de limitação.

Trabalhando, estudando, conhecendo, conversando e convivendo com aqueles jovens tive a oportunidade de compreender melhor alguns aspectos de suas vidas, atrevendo-me, inclusive, a tentar elucidar determinadas relações sociais que por eles são travadas. Longe de pretender a “verdade”, dediquei-me a apresentá-las neste trabalho, procurando compartilhá-las com a sociedade e contribuir para a efetivação de um debate democrático que discuta a questão do tráfico de drogas livre de conceitos e concepções pré-concebidas.

O mesmo processo que é capaz de revelar contornos e nuances demonstra o quanto a superação dos problemas está intrinsecamente vinculada à esfera das políticas públicas. A julgar pela forma como a maioria dos governantes tem conduzido sua administração - salvo, claro, as tradicionais e honrosas exceções – os fóruns e canais de interlocução que seriam responsáveis por desenvolver tais discussões vêm tendo, a despeito do agravar dos problemas, sua importância e atribuições restringidas, afastando-se progressivamente das possibilidades de intervenção não apenas do Pesquisador, mas da sociedade como um todo. É importante frisar que esta dinâmica engloba desde o puro e simples fechamento, até a restrição orçamentária, passando pela indefectível apropriação de espaços públicos por ‘grupos fechados’ que se aferrolham ao poder.

Ao centralizar minhas críticas e observações no papel do Estado, não pretendo colocá-lo como uma instância de poder que prepondere acintosamente sobre a sociedade civil, nem tão pouco retirar dos indivíduos a capacidade de ‘construir sua própria história’. Entretanto é preciso compreender que para os jovens envolvidos com o tráfico de drogas as possibilidades de escolha são bastante reduzidas, em grande parte pelos problemas públicos aqui mencionados. Além disso a própria hierarquia interna do tráfico, com suas leis e punições, restringem ainda mais as possibilidades e opções.

O tráfico de drogas possui hoje uma abrangência internacional e a resolução dos problemas que acarreta está logicamente atrelada a uma ação coordenada dos Países atingidos. Entretanto a superação dos problemas sociais que permitiram a potencialização de sua atividade e poder no Rio de Janeiro está inelutavelmente vinculada à elaboração, implantação e implementação de um conjunto articulado de políticas sociais que envolvam os Poderes Federais, Estaduais e Municipais. Cabe à sociedade civil participar direta e efetivamente deste processo, assumindo seu protagonismo social.

Neste sentido é motivo de crescente preocupação o fato de que, ao menos pelos próximos três anos, a maior parte das diretrizes político-econômicas do País já estão traçadas e, com exceção de esparsas e pouco apoiadas iniciativas, parecem estar voltadas mais para atender a desígnios pessoais e às vicissitudes de uma economia dependente do capital especulativo e do sistema financeiro internacional, do que às políticas sociais. Em lacônicas e desalentadoras palavras, isto significa que grande parcela dos problemas aqui debatidos continuarão a ser relegados e tratados da mesma forma indolente, fomentando o avolumar de vulnerabilidades em outros jovens e mais uma vez permitindo que o tráfico de drogas apresente-se como uma possibilidade de mercado.

Espera-se pela (re)ação da sociedade civil, que cansada de ver seus protestos não atendidos ou mal interpretados consiga fazer valer seus direitos e pressione o poder público. É importante e alvissareiro constatar que um número cada vez maior de cidadãos está dispondo-se a participar desta intervenção. No entanto é preciso filtrar influências ideológicas e eleitoreiras que procuram aproveitar-se de tal comoção para desvirtuá-la. As ações planejadas necessitam revelar um objetivo concreto, pois somente desta maneira conseguirão amearhar a solidariedade e o apoio da maioria da população, já escaldada e cansada de mobilizar-se inocuamente. Há que se evitar e contornar o generalismo de campanhas tão abrangentes e que por assumir posições demasiadamente amplas e abstratas podem, em um primeiro momento, receber o beneplácito dos mais diversos da sociedade, dos retrógrados aos progressistas, mas logo em seguida, quando pretendem agir de forma mais incisiva, atacando os problemas específicos, acabam sendo desmobilizadas. O salário mínimo digno, os direitos do cidadão ou a paz nas metrópoles são posições não apenas consensuais, mas unânimes. A cisão reside nas possibilidades de atingi-las e nas formas de conquistá-las.

A vida que aqueles jovens levaram enquanto participavam do tráfico de drogas não pode ser compreendida como um movimento apartado da sociedade. Foi muito comum

ouvir e ler que a maioria da população enfrenta problemas tão graves quanto os que eles sofrem e mesmo assim não “parte para a marginalidade”. Intrigante e ambíguo raciocínio, repetido tanto pelos diretamente envolvidos na pesquisa, quanto pelos que tomavam conhecimento do tema deste trabalho. Proferido por alguns ele assumia o salutar papel de desvincular pobreza de criminalidade, pretendendo demonstrar que a maioria das pessoas que são assediadas pelo tráfico de drogas desenvolve mecanismos de convívio, auto-proteção e sobrevivência, negando-se a participar de suas atividades. Discorrido por outros foi absolutamente destituído deste caráter, assumindo o porte de uma sentença em julgado, que funciona como a prova cabal de que os que enveredam por “aquela vida” devem ser afastados do convívio social. A todos sempre respondi que é preciso desvencilhar-se das concepções apartadoras. Os jovens envolvidos pelo tráfico de drogas fazem parte da sociedade e sua participação não os transforma em “Soldados” e “Inimigos”, nem os afasta dos problemas que a população convive. Pelo contrário: acrescenta vários outros!

Uma análise mais detida em seu ‘Perfil’ ilustra como os problemas que enfrentam não foram superados por sua inserção no tráfico de drogas, nem deixaram de existir e de fustigá-los diariamente. A escolha pelo envolvimento naquela atividade parece revelar uma atitude imiscuída de fuga e procura, afastamento dos problemas e aproximação da satisfação de seus anseios, sinergia de sensações, sentimentos e ações.

O mais grave é que quando um jovem procura sair e reconstruir seu convívio social os problemas continuam lá, presentes e aguardando uma manifestação: falta de oportunidade de trabalho, baixa escolaridade, moradia insalubre, preconceitos, estigmas... . Reencontram-se como velhos conhecidos que são. É pesaroso constatar, mas a ‘vida no tráfico’ é um componente do cotidiano carioca, não um apêndice que pode ser retirado de uma hora para outra, ou uma questão menor, que enquanto atingia apenas a favelados e pobres podia ser vista como exótica e secundária.

As implicações e agravos na saúde dos jovens, de suas famílias, comunidades e na população como um todo denunciam e desnudam esta postura. A Saúde Pública vem abordando de forma cada vez mais ampla e complexa estas situações. As propostas e ações que aspiram às “Cidades Saudáveis”, os programas voltados para a “Promoção à Saúde”, surgem neste contexto como uma tentativa de retomar o debate sobre as políticas sociais, enfocando-o não mais pelo viés do mercado, mas pelas necessidades da população, conforme afirmado na Carta de Ottawa: “As pessoas não poderão alcançar sua plena saúde potencial a menos que sejam capazes de assumir o controle de tudo o que determina seu

estado de saúde... que provém do real poder das comunidades, da posse e do controle que tenham sobre seus próprios empenhos e destinos”. (Radis, 2000)

Diante dos argumentos apresentados neste trabalho, tenho consciência que surgirá o inescapável “O que fazer?”. Já fui muitas vezes interpelado neste sentido, algumas até de forma irada. Reafirmo minha posição: a questão dos envolvimento de jovens com o tráfico de drogas deve ser debatida pela sociedade a partir do viés de um conjunto articulado e coeso de políticas públicas que se voltem para a melhoria das condições de vida da população e procure retirar do tráfico de drogas uma grande parte das oportunidades de expansão que ele explora, oferecendo-se aos cidadãos subsídios para diminuir suas vulnerabilidades. Sob este panorama seria possível delinear-se estratégias de atuação nas quais a ação policial fosse apartada da lógica da guerra e dirigida não apenas para impedir o varejo das drogas, estendendo os famosos “braços da lei” aos demais setores que verdadeiramente lucram com o tráfico.

Neste amplo contexto a sociedade poderia superar alguns de seus preconceitos mais arraigados. É preciso trazer para o debate o fato de que o tráfico de drogas é um componente, ilícito e criminalizado, de uma sociedade de mercado cujos vultosos dividendos são diariamente lavados e reinvestidos em atividades oficiais, sendo claros os indícios que apontam para sua participação e interesse na indústria bélica, nas bolsas de valores e no dito ‘processo de modernização’ dos países em desenvolvimento, principalmente no que diz respeito às privatizações. Em esfera micro e muito menos rentosa, mas nem por isso desimportante, surgem os gastos dos que participam do varejo das drogas, que majoritariamente destinam-se ao consumo de drogas, roupas e adereços pessoais como relógios, pulseiras e celulares. Seria anacrônico tomar posições sobre a legalização das drogas antes da concretização dos fóruns e debates, mas é inevitável afirmar que, quaisquer que sejam, precisam levar em conta este perfil mercantil.

Por mais que a análise sócio-política deixe transparecer neste momento final toda minha preocupação, angústia e até mesmo um certo pessimismo, o exemplo dos 88 jovens que me ajudaram a construir este trabalho desautoriza qualquer esmoecimento e revigora esperanças e horizontes.

Durante os doze meses que os acompanhei demonstraram uma incrível vontade de viver e lutar por uma vida digna. Não posso precisar quantos saíram do tráfico de drogas e quantos permaneceram pois, conforme nossa Equipe deixou claro nos Relatórios Parcial (1999) e final (2000) da avaliação do “Sistema Aplicado de Proteção”: “É impossível (e até

mesmo leviano) que qualquer pessoa vinculada ao Projeto afirme que ‘tantos por cento saíram do tráfico e outros tantos permaneceram’. A complexidade da curta e sofrida vida destes adolescentes exige muito mais seriedade tanto dos profissionais quanto das autoridades públicas envolvidas. A preocupação com os resultados do Projeto, apesar de sempre presente, não pode ser traduzida em uma pressão quantitativa e financeira, que pasteuriza a vida dos adolescentes em critérios e parâmetros fixos, burocráticos e impessoais, que pouco levam em conta sua situação sócio-econômica e os problemas públicos que eles e suas famílias continuaram a enfrentar após o término do Programa.”

Apreendi com eles que um ponto de apoio, por menor que seja, pode servir de alavanca para mover o mundo e a vida. Confesso - por mais anti-científico que alguns possam julgar - que em determinados momentos foi inevitável comparar meus problemas com os deles. Surpreendentemente percebi que havia situações em que eles imbuíam-se da esperança e vigor que minhas dificuldades particulares - via de regra menos graves - quase me privavam. Iniciei esta dissertação procurando entendê-los melhor, desenvolvi-a com sua total ajuda e cooperação, muitas vezes apoiando-me exclusivamente em suas perspectivas de melhoria de vida, e concluo-a com a gratidão por terem ensinado-me o que nenhum curso pode transmitir.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu MA, 1987. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. IPLANRIO/ Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro.
- Almeida A, 1992. **Movimentos Sociais e História Popular: Santo André nos anos 70 e 80**. Ed. Marco Zero/CNPq. São Paulo.
- Arbex Junior J 1993. **Narcotráfico: Um Jogo de Poder nas Américas**. Ed. Moderna. São Paulo.
- Assis SG, 1999. **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta. A Vida de Jovens Infratores e de Seus Irmãos Não-Infratores**. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro
- Azevedo A, 1997. **O Cortiço**. Click Editora. Rio de Janeiro.
- Barreto L, 1983. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Ediouro. Rio de Janeiro.
- Bastos FI e Coutinho K 1999. **A Epidemia pelo HIV/AIDS Entre Usuários de Drogas Injetáveis no Brasil: Cenários**. *In site do DATASUS Erro! Indicador não definido*.
- Batista VM, 1998. **Difíceis Ganhos Fáceis. Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro**. Instituto Carioca de Criminologia. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro
- Baudelaire C, 1996. **O Poema do Haxixe**. Ed. Integral. Rio de Janeiro.
- Becker G, 1997 **A Educação Iguala as Oportunidades**. *In: Revista Brasil em Exame. Setembro/1997. Ed. Abril. São Paulo*.
- Benchimol JL, 1990. **Pereira Passos um Haussmam Brasileiro**. FIOCRUZ. Rio de Janeiro.
- Bodstein RCA, 1986. **Práticas Sanitárias e Classes Populares no Rio de Janeiro**. *in Revista do Rio de Janeiro, Voll n° 4*. Niterói. Rio de Janeiro.
- Byck R (Org) 1989. **Freud e a Cocaína – Notas de Anna Freud**. Espaço e Tempo Editora. São Paulo.

- Carlini, EA 1995. **Medicamentos, Drogas e Saúde**. ED. Hucitec. São Paulo.
- Castilho EA e Chequer P 1997. **Epidemiologia do HIV/AIDS no Brasil**. In *Políticas, Instituições e AIDS – Enfrentando a Epidemia no Brasil*. Jorge Zahar / Abia
- Castro MGH, 1991. **Descentralização e Política Social no Brasil: As Perspectivas dos Anos 90**. In *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, nº32. São Paulo.
- Castro MGH, 1991. **Descentralização e Política Social no Brasil: As Perspectivas dos Anos 90**. In *Espaços & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, nº32. São Paulo.
- Cavaliere PF et al, 1973. **Delinqüência Juvenil na Guanabara. Introdução à Teoria e Pesquisa Sociológica da Delinqüência Juvenil na Cidade do Rio de Janeiro**. Ed. Raval. Rio de Janeiro.
- CEBRID, 1998. **IV Levantamento sobre o Uso de Drogas entre Estudantes de 1º e 2º Graus do Brasil**. CEBRID. São Paulo.
- Chagnon NA, 1968. **Yanomamö. The Fierce People**. General Editors. USA.
- CLAVES Centro Latino-Americano de Estudos Sobre Violência e Saúde, 1998. **Avaliação do Programa de Redução de Drogas Injetáveis (PRD) do Ministério da Saúde**. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ 1991. **Levantamento Sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro. *mimeo*.
- Costa ACG, 1985. **De Menor a Cidadão**. Ministério da Ação Social. Brasília.
- Cruz Neto O e Moreira MR, 2000. **Treinamento de Profissionais e Multiplicadores Realizados pelo NEPAD/UERJ – Abordagem Avaliativa**. Rio de Janeiro. *mimeo*
- \_\_\_\_\_ 1999. **A Concretização de Políticas Públicas em Direção à Prevenção da Violência Estrutural** in *Ciência e Saúde Coletiva Vol 4, nº1*. ABRASCO. Rio de Janeiro.

Cruz Neto O, Moreira MR et al, 1998. **Estudo Sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro – Análise Comparativa: Angra dos Reis, Paraty, Barra Mansa, Resende e Rio Claro.** FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

Cruz Neto O, 1995. **Corpos e Sonhos Destruídos: Relações entre Violência, Pobreza e Exclusão Social.** Tese de Doutorado. ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

Da Matta R, 1997. **A Casa e a Rua - Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil.** Ed. Rocco. Rio de Janeiro.

DATASUS, 2000. **Estatísticas de Incidência do HIV no Brasil.** *site do DATASUS Erro! Indicador não definido.*

DPCA - Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente . 1999. **Estatísticas.** Rio de Janeiro. *Mimeo.*

Duchiade MP 1995. **População Brasileira: Um Retrato em Movimento.** P 14-56. *In MCS MINAYO (ORG) Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80.* Editora Hucitec. Rio de Janeiro.

Duque Arrazola LS, 1997. **O Cotidiano Sexuado de Meninos e Meninas em Situação de Pobreza.** *In: Madeira FR (org). Quem Mandou Nascer Mulher?. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro.*

Equipe de Avaliação SAP, 2000. **Adolescentes Envolvidos Pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Sumário Avaliativo.** *Mimeo*

\_\_\_\_\_, 1999. **Adolescentes Envolvidos Pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Relatório Parcial de Avaliação.** *Mimeo*

\_\_\_\_\_, 1999. **Entrevistas com os Técnicos.** Rio de Janeiro. *mimeo*

Escohotado A, 1997a. **O Livro das Drogas. Usos e Abusos, Desafios e Preconceitos.** Dynamis Editorial. São Paulo.

\_\_\_\_\_, 1997b. **A Proibição: Princípios e Consequências.** *In: Melo Ribeiro M e Seibel SD. Drogas: Hegemonia do Cinismo.* Fundação Memorial da América Latina. São Paulo.

Foucault M, 1986. **Microfísica do Poder.** Ed. Graal. Rio de Janeiro.

Frigotto G, 1989. **A Produtividade da Escola Improdutiva. Um (re)Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista.** Cortez: Autores Associados. São Paulo

FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor, 1987. **Diagnóstico Integrado para uma nova Política de Bem-Estar do Menor - Relatório Final.** FUNABEM/MPAS. Rio de Janeiro.

Gusmão S, 1941. **Relatório do Juizado de Menores do Distrito Federal – 1939.** Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, 1942. **Relatório do Juizado de Menores do Distrito Federal - 1941.** Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

Iamamoto MV, 1995. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico.** Cortes Editora. São Paulo.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1982. **Dados da Realidade Brasileira: Indicadores Sociais.** Vozes/IBASE. Petrópolis. Rio de Janeiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1985. **Indicadores Sociais da Década de 80.** Rio de Janeiro.

IPPUR/UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, 1995. **Como Anda o Rio de Janeiro: Análise da Conjuntura Social.** Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, 1997. **Peças de Ficção - 08/01/1997.** Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil, 1999. **“Andando nas Nuvens” – 28/11/1999.** Rio de Janeiro

Jornal do Brasil, 1999. **Retratos dos Soldados das Drogas – 21/11/1999**. Rio de Janeiro

Jornal O DIA, 2000. **Garotinho diz que Polícia Não é Confiável. 28/04/00**. Rio de Janeiro

Jornal Tribuna da Imprensa, 2000. **OMS: Sistema de Saúde da França é o Melhor do Mundo - 21/06/2000**. Rio de Janeiro.

Marx K, 1987. **O Capital. Vol 1**. Ed Difel. São Paulo

\_\_\_\_\_, 1983. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Editora Martins fontes. São Paulo.

Masur J e Carlini EA, 1989. **Drogas – Subsídios para uma Discussão**. Ed. Brasiliense. São Paulo.

Meirelles ZV, 1998. **Vida e Trabalho de Adolescentes no Narcotráfico numa Favela do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

Mello Filho JC, 1999. **Da Severidade da Reação Penal do Estado à Proteção Integral de Crianças e Adolescentes**. in *Adolescência, ato Infracional & Cidadania*. ABONG/Fórum DCA. São Paulo/Brasília.

Militello V, 1997. **A Descriminalização do Uso de Drogas: A Experiência Italiana**. In: *Melo Ribeiro M e Seibel SD. Drogas: Hegemonia do Cinismo*. Fundação Memorial da América Latina. São Paulo.

Minayo MCS e Souza ER 1998. **Violência e Saúde Como um Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva**. In *História, Ciência e Saúde*. Volume IV (3).

Minayo MCS, 1991. **A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública**. In: *Cadernos de Saúde Pública* 6(3). FIOCRUZ. Rio de Janeiro.

MIS - Museu da Imagem e do Som ,1974. **Depoimento do Cantor Donga**. *A Música de Donga* (Áudio). Rio de Janeiro

Misse M, 1999. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, 1997. **Cidadania e Criminalização no Brasil: O Problema da Contabilidade Oficial do Crime**. In: *O Crime Violento no Rio: Um Exame Preliminar da sFontes*. Série Iniciação científica nº 8. UFRJ. Rio de Janeiro.

Moreira MR 1996. **São João de Meriti: A Cidadania Violentada**. Monografia - UERJ. Rio de Janeiro.

Neto JP, 1983. **Ditadura e Serviço Social**. Cortez Editora. São Paulo.

Oliveira JS (org), 1983. **Desigualdade Social no Brasil**. IBGE. Rio de Janeiro.

Oliveira LAP & Mendes MMS, 1995. **Mortalidade Infantil no Brasil - Uma Avaliação de Tendências Recentes**. In *Minayo MCS (org). Os Muitos Brasis. Saúde e População na Década de 80*. Editora Hucitec. Rio de Janeiro.

Onram AR, 1971. **The Epidemiological Transitions: a Theory of the Epidemiology of population Change**. *Milbank Mem. In Duchiate MP 1995. População Brasileira: Um Retrato em Movimento*. . *Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*. Editora Hucitec. Rio de Janeiro

Pacheco e Silva AC, 1974. **Hippies, Drogas, Sexo e Poluição**. Martins. Rio de Janeiro.

Passeti E 1997. **Drogas, Democracia Midiática e Libertarismo**. In *Drogas: A Hegemonia do Cinismo*. Memorial. São Paulo.

Pereira TS, 1996. **Direito da Criança e do Adolescente: Uma Proposta Interdisciplinar**. Editora Renovar. Rio de Janeiro.

Perlman JE, 1977. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Pinheiro ME, 1985. **Serviço Social: Infância e Juventude Desvalidas**. Cortez Editora. Rio de Janeiro.

- Pinheiro PS et al, 1982. **A Violência Brasileira**. Editora Brasiliense. Brasília.
- Procópio A, 1999. **O Brasil no Mundo das Drogas**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro.
- Ribeiro et al, 1995. **Família, Crianças e Trabalho**. In: *Indicadores Sociais: Uma Análise da Década de 1980*. IBGE. Rio de Janeiro.
- Rizzini I, 1997. **O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. USUÁRIO Editora Universitária. Rio de Janeiro.
- Rocha LC, 1987. **As Drogas**. Editora Ática. São Paulo.
- Roio JLD 1997. **Mundialização e Criminalidade**. In *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. Memorial. São Paulo.
- Sader E 1987. **Democracia é Coisa de Gente Grande?** In *Fogo no Pavilhão – uma Proposta de Liberdade para o Menor*. Editora Brasiliense. São Paulo.
- Safiotti HI, 1997. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo**. In: *Safiotti HI e Muñoz-Vargas (orgs). Mulher Brasileira é Assim*. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro
- Santos BR, 1992. **A Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente**. In: *OS Impasses da Cidadania: Infância e Adolescência no Brasil*. IBASE. Rio de Janeiro.
- Scorzelli Júnior A, 1954. **Mortalidade no Distrito Federal (1924-1953)**. Tese de Concurso à Docência Livre. Rio Janeiro.
- Segunda Vara da Infância e da Juventude – Comarca da Capital 1998. **Relatório Anual de Atividades 1997**. Rio de Janeiro. *Mimeo*.
- Silva EAS, 1973. **Tóxicos no Direito Penal Brasileiro**. Editora Jurídica José Bushatsky. São Paulo.

- Silva NCR, 1997. **Do Código de Menores ao ECA: Um Perfil de Atenção Sócio-Institucional ao Adolescente Autor de Ato Infracional.** *In Em Pauta. Revista da FSS/UERJ, nº 11.* Rio de Janeiro.
- SIM – Sistema de Informação de Mortalidade, 1998. **CD-ROM Estatísticas de Mortalidade 1975-1997.** Ministério da Saúde. Rio de Janeiro.
- Soares, LE (coord), 1993. **Criminalidade Urbana e Violência: O Rio de Janeiro no Contexto Internacional.** ISER. Rio de Janeiro
- Somoza A, 1990. **Coca, Cocaína e Narcotráfico.** Ícone Editora. São Paulo.
- Souza e Minayo, 1995. **O Impacto da Violência Social na Saúde Pública do Brasil: Década de 80.** *In Minayo MCS (ORG) Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80.* Editora Hucitec. Rio de Janeiro
- Souza ER, 1994. **Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública da Década de 80.** *In Cadernos de Saúde Pública 10 (supl 1).* FIOCRUZ. Rio de Janeiro.
- Souza ER, Assis SG e Passos da Silva CMF, 1997. **Violência no Município do Rio de Janeiro: áreas de Risco e Tendências da Mortalidade entre Adolescentes de 10 a 19 anos.** *In Revista Panamericana Salud Publica 1(5).* Pan am
- Sucena LFM, 1999. **Juventude, Exclusão e Tráfico de Drogas: O Adolescente em Conflito com a Lei no Município do Rio de Janeiro.** Monografia. UERJ. Rio de Janeiro.
- Tancredi LF, 1982. **Drogas e Drogadicção.** *In Sanchez AMT Drogas e Drogados: O Indivíduo, a Família, A sociedade.* EPU. São Paulo.
- Tiba I, 2000. **Anjos Caídos. Como Prevenir e Eliminar as Drogas na Vida do Adolescente.** Editora Gente. São Paulo.
- Valadares L, 1991. **Cem Anos Pensando a Pobreza (Urbana) no Brasil.** *In Corporativismo e Desigualdade.* IUPERJ/Rio Fundo Editora. Rio de Janeiro.

- Velho G, 1998. **Nobres e Anjos: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia.** Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro.
- Vieira E, 1987. **Estado e Miséria Social no Brasil: De Getúlio à Geisel.** Cortez Editora. São Paulo.
- Violante MLV, 1989. **O Dilema do Decente Malandro. A Questão da Identidade do Menor – FEBEM.** Cortez Editora. São Paulo.
- Volpi M 1997. **O Adolescente e o Ato Infracional.** Cortez Editora. Rio de Janeiro.
- Woodak A e Des Jarlais D.,1994. **Estratégias para a Prevenção da Infecção pelo HIV entre Usuários de Drogas e Destes para os seus Parceiros.** *in Drogas e AIDS: Estratégias para a Redução de Danos.* Ed. HUCITEC.
- Woodak A, Fisher R e Crofts N, 1994. **Uma Crise Emergente no Âmbito da Saúde Pública – A infecção pelo HIV/AIDS entre UDIs nos Países em Desenvolvimento.** *In Drogas e AIDS: Estratégias para a Redução de Danos.* Ed. HUCITEC
- Xavier C, 2000. **Cidade Saudável – Uma Filosofia e uma Idéia.** *In Revista Tema nº 19. Maio. Programa Radis. FIOCRUZ*
- Yunes J e Rajs D, 1994. **Tendencia de LA Mortalidad por Causas Violentas en la Poblacion General y Entre los Adolescentes y Jovns de la Region de las Americas.** OPAS. Washington.
- Zaluar A,(coord), 1980. **Desvendando Máscaras Sociais.** Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro.
- Zaluar A,1996. **A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local.** *In Velho G e Alvito M (orgs) Cidadania e Violência.* Editora UFRJ e Editora FGV. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_, 1985. **A Máquina e a Revolta - As Organizações Populares e o Significado da Pobreza.** Editora Brasiliense. São Paulo.

\_\_\_\_\_, 1994. **Condomínio do Diabo**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro.